

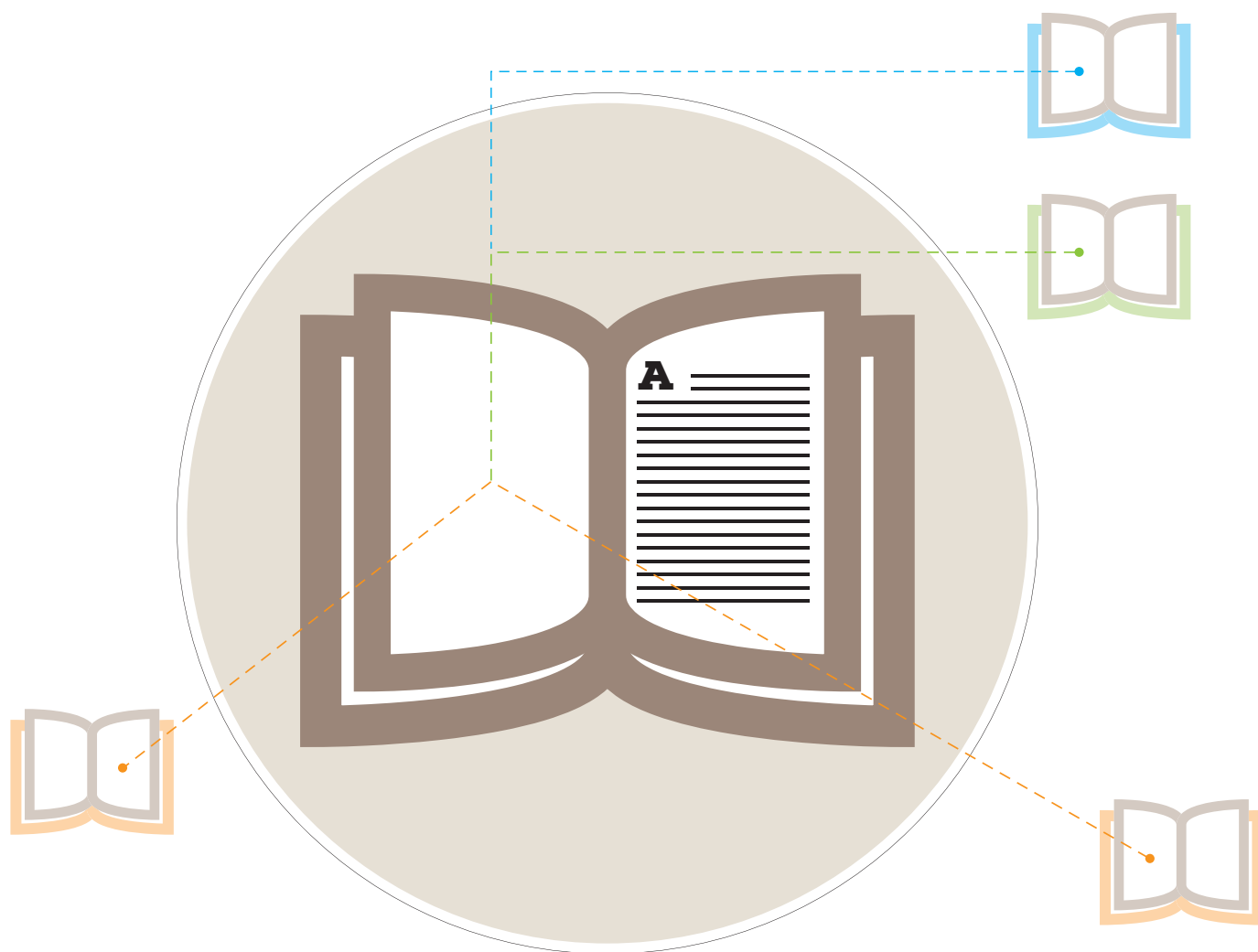


III Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus

Museu de Cerâmica de Sacavém

31 outubro 2014

*Desafios da gestão integrada
dos acervos nos museus*



Índice

Texto institucional	3
Breve apresentação do tema do Encontro	6
<i>Conceição Serôdio e Margarida Amaral, Câmara Municipal de Loures</i>	
Empregabilidade e carreiras em Informação-Documentação: novos ciclos de aprendizagem académica e ciclos de competências profissionais	15
<i>Paula Ochoa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa</i>	
Arquivo – Biblioteca – Museu e Sistema de Informação: em busca..... da clarificação possível...	26
<i>Armando Malheiro da Silva, Faculdade de Letras da Universidade do Porto</i>	
Sistema de informação e documentação como eixo da planificação e da programação museais e cerne do conhecimento e da mediação de património e coleções	36
<i>Graça Filipe, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Instituto de História Contemporânea (IHC)</i>	
Gestão, organização e representação da informação nas instituições de memória: identificar para integrar	44
<i>Cristina Cortês e Paula Moura, Universidade de Aveiro</i>	
Objetos, Documentos, Livros e uma língua franca	66
<i>Alexandre Matos, Departamento Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Sistemas do Futuro - Multimédia, Gestão e Arte, Lda.</i>	
BAD - Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus: propostas de trabalho 2012 - 2016	71
<i>Conceição Serôdio, BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas</i>	
Assim vê-se melhor: um olhar sobre o Museu Nacional do Teatro enquanto sistema de informação.	86
<i>Cristina Sampaio, Isabel Cartaxo e Sofia Patrão, Museu Nacional do Teatro</i>	
(In)Tangível: do património tangível e intangível, a sua necessária articulação. Projetos em concretização e futuros.	92
<i>Pedro Félix, Museu do Fado/ INET-md</i>	
O Arqueólogo Português (f. 1895), de repositório a base de dados: desafios para o futuro.	100
<i>António Carvalho, Lúcia Cristina Coito, Ana Melo e Luís Raposo, Museu Nacional de Arqueologia</i>	
Notas biográficas.....	117

O Município de Loures, reconhecendo a importância destes serviços, tem vindo a assumir o papel de dinamizador e promotor da discussão em torno dos Centros de Documentação. Em 2004, aquando da realização do primeiro encontro, a reflexão centrou-se no papel dos Centros de Documentação na missão dos Museus, ou seja, procurou-se, naquele momento, posicionar e afirmar os Centros de Documentação no contexto das instituições em que se inserem.

No II Encontro, realizado em 2012, quase dez anos depois do primeiro, destacou-se a importância dos Centros de Documentação enquanto produtores e divulgadores de conhecimento, vocacionados para uma orientação histórico-pedagógica inscrita em programas formativos, apostando-se, por essa via, na valorização constante de uma aprendizagem progressiva das comunidades. Foi, de igual modo, reforçada a importância de se encarar o acervo dos Centros de Documentação como bens museológicos integrados nas coleções dos museus. Ainda neste II Encontro foi constituído o “Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus” da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

Neste Encontro de 2014, e depois de dois encontros de afirmação dos Centros de Documentação, estamos a refletir sobre os Desafios da Gestão Integrada dos Acervos dos Museus. Creio que a própria temática deste III Encontro mostra que o caminho percorrido desde 2004 deu os frutos desejados, permitindo-nos, enfim, discutir uma perspetiva integrada de gestão dos vários tipos de acervo que integram os museus. A importância desta temática, associada à necessidade de se potenciar a comunicação das coleções dos museus para o público, permitindo por essa via a divulgação do trabalho museológico, são objetivos determinantes que levaram a que cerca de 150 profissionais da área manifestassem interesse neste Encontro com a sua presença.

Se me permitem, vou agora olhar um pouco para o trabalho desenvolvido pelos Centros de Documentação da Rede de Museus Municipais de Loures. Neste momento, Loures disponibiliza aos seus municípios três centros de documentação: Centro de Documentação Anselmo Braamcamp Freire, no Museu Municipal de Loures; Centro de Documentação Manuel Joaquim Afonso, aqui no Museu de Cerâmica de Sacavém e, desde janeiro deste ano, o Centro de Documentação João Camillo Alves no Museu do Vinho e da Vinha – Bucelas.

É nosso entendimento que estes espaços têm um papel fundamental na democratização do acesso ao conhecimento, com a disponibilização do acervo documental aos vários públicos que nos visitam. É nossa convicção, contudo, que essa disponibilização não pode ser passiva, ou seja, não basta disponibilizar o que nos é solicitado. É preciso ter um papel proativo na divulgação do acervo existente. É fundamental dar a conhecer o que temos e qual o seu potencial.

É por isso que em Loures, a par da disponibilização do acesso para a realização de trabalhos académicos, temos uma política de proatividade na sua divulgação, desenvolvendo-se um conjunto de ações que têm por objetivo central dar a conhecer o espólio dos Centros e, através dele, a história do nosso concelho.

Das atividades promovidas destaco, para o público em geral, as Mostras Bibliográficas e Documentais sobre história local, acompanhadas pela disponibilização; A Peça do Mês; A Fotografia do Mês; a edição do Boletim Bibliográfico e visitas no âmbito do Património Industrial de Loures.

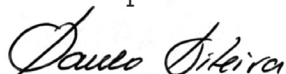
Os Centros de Documentação de Loures são ainda parte integrante de um conjunto de atividades promovidas pelo Município, nomeadamente na realização de exposições e na programação regular da Rede de Museus, onde de facto já se verifica um trabalho conjunto nos vários acervos dos Museus, mote deste nosso III Encontro.

As comunicações foram e serão apresentadas em formato de atas digitais e disponibilizadas para todos na nossa página Institucional.

Para concluir, continuamos, e continuaremos, a dar grande relevância a esta temática, num diálogo profícuo entre profissionais de Museus em torno da necessidade de um trabalho conjunto e pluridisciplinar, na gestão da informação e comunicação dos acervos museológicos ao público.

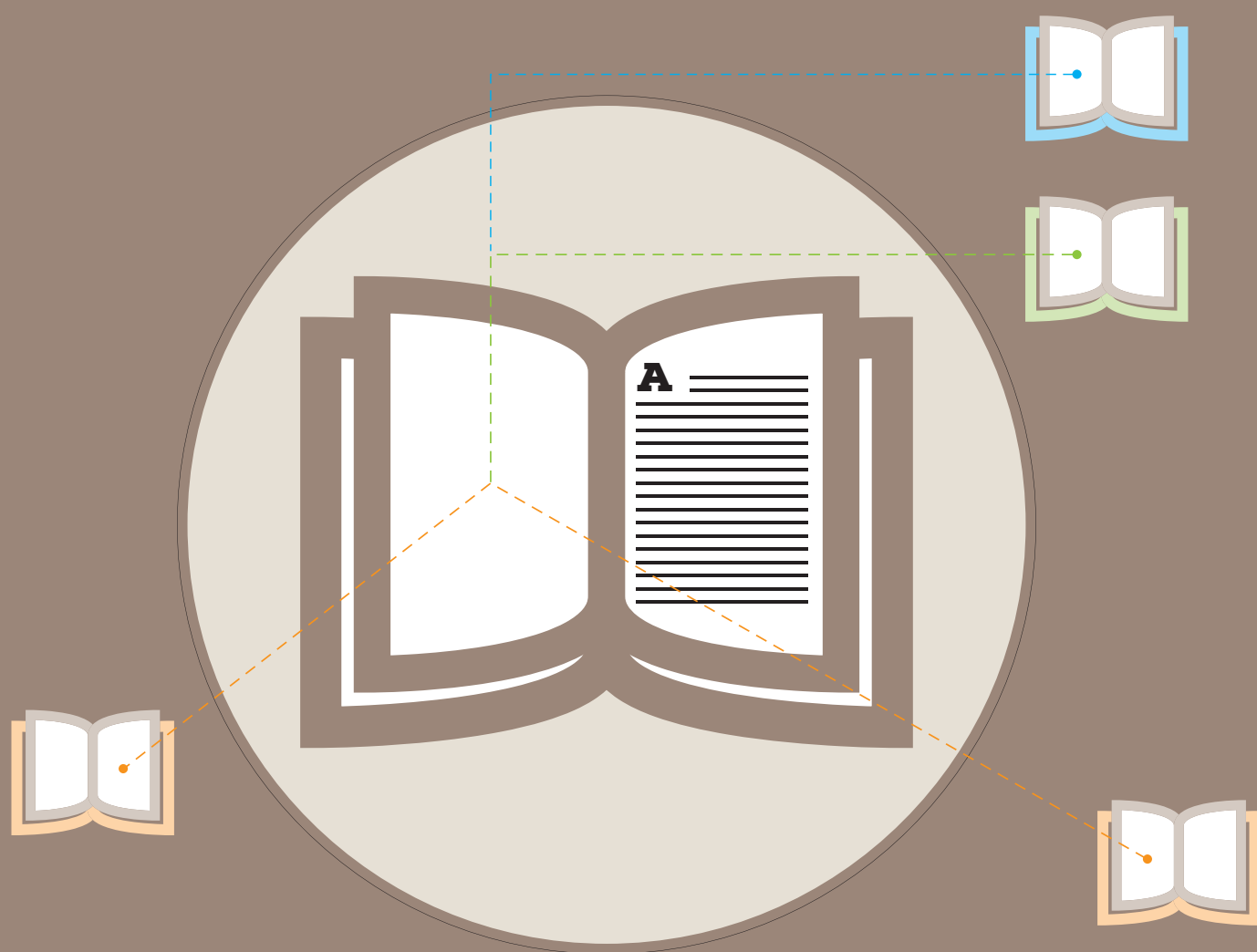
Profícua leitura das atas e até ao IV Encontro.

Vice-presidente



Paulo Piteira

III Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus



Breve apresentação do tema do III Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus – Desafios da gestão integrada dos acervos nos museus.

Conceição Serôdio e Margarida Amaral, Museus de Loures, Câmara Municipal de Loures

Resumo

A ideia destes Encontros surge da constatação prática da necessidade de articulação entre os técnicos: de arquivos, bibliotecas, ou centros de documentação, do inventário, ou seja, todos os técnicos ligados aos Museus que documentam as várias coleções do acervo museológico. Em sintonia com a emergência do uso dos computadores e das tecnologias de informação e comunicação nas Instituições de Memória, considerado um fator de aproximação, integração e articulação de bibliotecas, museus e arquivos, pelas exigências de sistemas integrados ou redes. Bem como, a necessidade de metodologias, formatos, técnicas e tecnologias de processamento comuns para um amplo intercâmbio de dados. De igual importância a utilização de vocabulários controlados e tesouros, entre outros instrumentos, por mais avançadas que sejam as novas tecnologias impõe um trabalho pluridisciplinar aos profissionais destas Instituições. Consequentemente arquivo, biblioteca, reservas e demais setores alimentam-se mutuamente, num ciclo de informação partilhada, pois cada um desses setores necessita de informações dos demais, dado existir sempre documentos ou objetos que se relacionam entre si. Nesta visão integradora, o trabalho articulado ao privilegiar o intercâmbio de informações, certamente contribuirá para uma melhor análise, representação e interpretação, do plural acervo do Museu.

Palavras-chave: Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus, Gestão integrada de acervos, Museus.

Introdução

A nível internacional o tema do III Encontro é discutido nas organizações: como a IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions, 1927; o ICOM - International Council of Museums, 1946; e o ICA - International Council on Archives, 1948. Estas organizações promovem políticas para as Bibliotecas, Arquivos e Museus, através de vários grupos de trabalho específicos, a criação e utilização, a nível mundial, de um conjunto de linhas de orientação para o registo e gestão da informação. Em Portugal a DGLAB e a DGPC transportam para a realidade portuguesa as diretrizes das organizações internacionais - IFLA, ICA, ICOM. A Lei-Quadro dos Museus Portugueses - Lei n.º 47/2004, aponta para o caminho de gestão integrada dos acervos museológicos de modo a permitir a gestão dessa informação como um todo.

Assim no Artigo 3º - Conceito de Museu:

1 - Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite:

a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos;

b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.

Contexto e objetivos do III Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus

Primeiro Encontro a 15 de outubro de 2004, com o apoio do IPM/RPM, subordinado ao tema "O papel dos Centros de Documentação na missão dos Museus", evidenciou o interesse desta reflexão conjunta, manifestada quer pela adesão das instituições que se propuseram apresentar as práticas de trabalho, quer pelas discussões suscitadas entre os participantes e que levaram para o seu quotidiano profissional.

Segundo Encontro a 2 de março de 2012, sob o tema "Os Centros de Documentação e a Produção de Conhecimento nos Museus" continuou a apresentar, em ambiente de diálogo e de troca de experiências, a realidade nos museus portugueses. O conjunto plural de oradores reunido atravessa espaços geográficos, realidades institucionais e pensamentos múltiplos praticados nas áreas documentais dos seus museus.

Destes Encontros nasceu também a proposta de um Grupo de Trabalho de Sistemas de Informação em Museus, concretizado e aceite pela BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas em Abril de 2012.

Este III Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus tem como tema - "Desafios da gestão integrada dos acervos nos Museus", procura trazer à discussão a reflexão teórica que começa a surgir no mundo

académico, continuar a dar a conhecer algumas boas práticas de gestão de documentação das coleções nos museus em Portugal, e a promover o diálogo entre os profissionais dos museus em torno da necessidade de um trabalho conjunto e pluridisciplinar na gestão da informação e comunicação dos acervos museológicos ao público.

Objetivos do III Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus:

- Discutir a relevância da gestão integrada da documentação no Museu, ao abordar em conjunto todos os acervos arquivísticos, bibliotecnómicos e museológicos;
- Promover a produção de conhecimento nos museus a partir dos seus acervos;
- Desenvolver a comunicação das coleções dos museus para o público;
- Divulgar aos públicos o trabalho museológico;
- Dinamizar o debate entre os profissionais da Museologia e Documentação;
- Abrir espaço para a partilhar de experiências entre os profissionais dos museus.

As organizações internacionais e nacionais e alguma bibliografia sobre o tema proposto para este III Encontro de Centros de Documentação de Museus – Desafios da gestão integrada dos acervos nos museus.

A elevação da memória a elemento estruturante das sociedades desenvolvidas tornou os museus de hoje em centros dinâmicos de cultura e de lazer, abertos a toda a comunidade. A exigência do público, no conhecimento dos acervos museológicos, impulsiona a visão do museu como um sistema de informação e potencializa o valor informacional do objeto museológico. Deste modo, o acervo do museu repartido pela biblioteca, arquivo e reservas exige equipas multidisciplinares, basicamente formadas por profissionais de informação: museólogos, bibliotecários, arquivistas numa articulação interna dos diferentes setores do museu. Este trabalho conjunto e pluridisciplinar dos profissionais do museu, é a base para a concretização do sistema de informação integrado.

Os organismos internacionais que administram e supervisionam toda a documentação de referência: IFLA, ICA, ICOM promovem através de vários grupos de trabalho a criação e utilização, a nível mundial, de um conjunto de linhas de orientação para o registo e gestão da informação dos acervos das Instituições de Memória. Estas organizações internacionais: IFLA (bibliotecas), ICA (arquivos), ICOM (museus), do ICOMOS (monumentos e sítios) e CCAAA (arquivos audiovisuais), acordaram em intensificar a cooperação entre as suas organizações de modo a terem uma agenda comum para a salvaguarda do património cultural ¹.

¹ GWINN, N. (2009). LAMMs and international collaboration. Paper presented at Scientific Symposium: Changing World, Changing Views of Heritage: the Impact of Global Change on Cultural Heritage: Technological Change, 7 October 2009, Valletta, Malta. http://www.international.icomos.org/adcom/malta2009/pdf/ADCOM_200910_SYMP_1_Documentation_Nancy_Gwinn.pdf

Na IFLA o Grupo de Trabalho LAM partilha estas preocupações como muito bem expressa esta reflexão: “As pessoas desde longa data têm reunido coleções, as mesmas podem ser informais, mas quando se tornam institucionalizadas e mantidas ao longo do tempo, são tipicamente referidas como bibliotecas, arquivos e museus. Há boas razões porque as bibliotecas, arquivos e museus tomaram caminhos separados, mas a era da informação resultante de novas tecnologias de informação e comunicação, junta-as como nunca aconteceu antes. (...) Desta forma, o foco vira-se para as mudanças no conceito de coleção, na emergente era da informação e para os desafios colocados às Instituições de Memória. (...) Em última análise, argumentamos que as diferenças entre os mundos separados das bibliotecas, arquivos e museus, deviam ser subordinadas à emergente necessidade de fortalecer o que chamamos de infraestrutura epistémica da economia baseada no conhecimento, através de uma nova visão do colecionismo e das coleções.”² No relatório (IFLA Professional Reports: 108) as bibliotecas, arquivos e museus são apontados como parceiros naturais para a colaboração e cooperação entre si, na medida em que muitas vezes servem uma mesma comunidade, de maneira semelhante. Bibliotecas, arquivos e museus apoiam a aprendizagem ao longo da vida, preservam o património comum, e facultam o acesso à informação³.

Na esfera destas preocupações, também o Comité Internacional de Documentação do Conselho Internacional de Museus visa promover um entendimento partilhado de informação sobre o património cultural. Assim, apresenta um quadro semântico comum e extensível onde a informação sobre o património cultural pode ser mapeado. O CIDOC - CRM destina-se a ser uma linguagem comum para os sistemas de informação e guia de boas práticas de modelação conceptual. Desta forma, fornece a “cola semântica” necessária para mediar as diferentes fontes de informação do património cultural: museus, bibliotecas e arquivos. Dentro do ICOM importa apresentar o Comité Internacional de Museologia (ICOFOM) responsável por pesquisar, estudar e difundir as bases teóricas da museologia como disciplina científica independente, este analisa criticamente as principais tendências da museologia contemporânea. Criado em 1977, é composta por membros de todos os continentes que trabalham em museus e ano após ano o ICOFOM organiza encontros científicos e académicos em diferentes países de modo a garantir a partilha de conhecimento entre os profissionais em todo o mundo. Além disso, ICOFOM reuniu um vasto corpus teórico através de uma importante série de publicações, a Série ICOFOM Study (ISS) a maior coleção bibliográfica sobre museologia até hoje. Muito interessante é verificar, que em 2015 o 38th ANNUAL ICOFOM SYMPOSIUM propõe como tema: *Museology exploring the concept of MLA (Museums-Libraries-Archives)*.

² OHEDSTROM, M.L. & King, J.L. (2002). *On the LAM: library, archive, and museum collections in the creation and maintenance of knowledge communities*. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/59/63/32126054.pdf> (Archived by WebCite at <http://www.webcitation.org/6GIFQ4bkA>)

³ <http://www.ifla.org/publications/ifla-professional-reports-108>; <http://www.lemproject.eu/library/books-papers/public-libraries-archives-and-museums-trends-in-collaboration-and-cooperation>

Também o atual panorama bibliográfico traz até nós as preocupações supramencionadas. Os livros que aqui apresentamos expõem princípios, preocupações e formas de trabalho conjunto que permitem a inter-relação de todas as coleções. É essencial que todos nós usufruamos e tenhamos conhecimento de alguns documentos orientadores, que podem auxiliar neste processo de uma gestão integrada em museus. Com este propósito indicamo-vos alguns documentos que acompanham e problematizam toda esta temática:



As “**Declaração de Princípios de Documentação em Museus**” e as “**Diretrizes Internacionais sobre Objetos de Museus**” assumem-se como referências internacionais resultantes de um trabalho conjunto entre diferentes profissionais na nossa área. A sua tradução para português cria e dissemina padrões, modelos e normas para otimizar as melhores práticas em gestão de acervos, tornando mais clara a função e os objetivos da organização documental de um museu.

http://issuu.com/sisem-sp/docs/cidoc_guidelines/1?e=5520473%2F9572165



A obra “**Museologia e Documentacion**” revela todo o interesse para a aplicação prática da documentação nos museus e para a compreensão de novas correntes museológicas.

Editor: TREA
ISBN: 9788497044943
Coleção: El Libro de Bolsillo

⁴ <http://network.icom.museum/cidoc/working-groups/documentation-standards/>

⁵ http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofof/pdf/ENG_ICOFOM_2015_CALL_FOR_ABSTRACTS.pdf



"**Museum Librarianship**" revela que a biblioteca, enquanto recurso de informação, é uma unidade ativa que suporta e apoia o museu.

Editor: Mcfarland & Co Inc Pub
ISBN 10: 0786408677



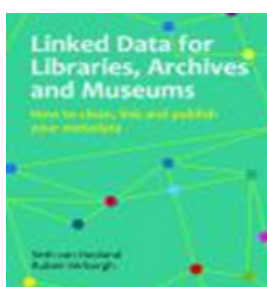
O guia "**The Future of Museums and Libraries**", por seu turno, levanta questões pertinentes para a nossa área, fornecendo-nos um posicionamento objetivo quanto ao rumo a trilhar em face dos desafios que se levantam no futuro aos museus e bibliotecas.

<http://www.imls.gov/assets/1/AssetManager/DiscussionGuide.pdf>



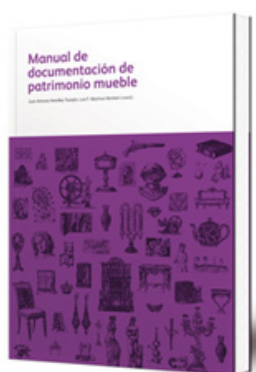
"**The best of both worlds**", melhor forma de apresentar o livro passa por citar as palavras do próprio autor: "Ainda que a tecnologia digital apresente desafios, também oferece possibilidades... Museus, bibliotecas e arquivos do país, este é o momento em que podemos jogar o papel que os fundadores dos Estados Unidos imaginaram para o sistema educativo da nossa república. Podemos ajudar a que todas as pessoas, não só uns quantos, aprendam acerca da nossa cultura, a cultura de outros países, e a vida em todas as suas dimensões."

<http://www.si.edu/content/gwc/BestofBothWorldsSmithsonian.pdf>



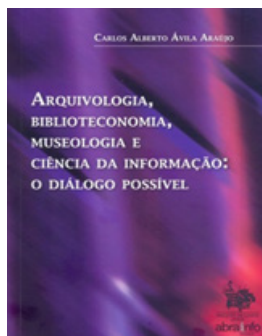
No tocante ao livro "**Linked Data. Libraries, archives and museums**", nele se pretende apresentar a melhor forma de agilizar o processo de criação de novos metadados em bibliotecas, arquivos e museus. A solução passa pela criação, ligação e publicação de metadados de boa qualidade como os *Linked Data*, que permitem que as coleções possam ser acessíveis e divulgadas de forma sustentável.

Seth van Hooland e Ruben Verborg
ISBN 978-1-85604-964-1



Quanto ao “**Manual de documentação de património móvel**” trata-se de uma análise sobre dezasseis tipologias patrimoniais, elaborada por diferentes especialistas peritos na matéria nas áreas em que se notabilizaram.

<http://www.juntadeandalucia.es/culturaydeporte/web/publicaciones/publicacion/5264f06f-fd29-11e3-b9fc-000ae4865a05>



Finalmente, no que concerne à obra “**Arqueologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**”, o autor foca a importância do diálogo entre as diferentes áreas mencionadas no título, propondo uma abertura à novidade, através da coragem para questionar e da capacidade para enfrentar e superar conflitos e antagonismos. A abertura ao novo transforma o conhecimento e reorganiza-o.

Edição: Briquet de Lemos
ISBN 978-85-85637-54-5

Conclusão

Os Encontros Nacionais de Centros de Documentação de Museus, com um tema distinto em cada edição têm grande adesão e participação quer de oradores, quer de inscritos, facto relevador da pertinência e atualidade dos mesmos. Estes Encontros evidenciam, desde sempre, a necessidade de integração dos acervos museológicos no contexto do sistema de documentação das coleções e a necessidade do trabalho conjunto e pluridisciplinar na abordagem mais alargada do conceito do objeto museológico. Este novo olhar, reforça a dinâmica e inovação operada nos museus, uma vez que os Centros de Documentação, em conjunto com as Exposições e os Serviços Educativos, abrem à sociedade a disseminação do conhecimento produzido no interior dos museus. Por outro lado, o valor estratégico da informação museológica contribui para enriquecer a procura, troca, consumo e a produção de conhecimento na sociedade contemporânea.

Do inquérito de avaliação deste III Encontro de Centros de Documentação de Museus – Desafios da gestão integrada dos acervos nos museus, transcrevemos quatro comentários sobre o motivo da participação no Encontro 2014 que nos pareceram bastante pertinentes e que demonstram a importância deste encontro:

A associação das diferentes temáticas (museus, bibliotecas, arquivos) num conceito unificador;

A necessidade de conhecer outras realidades e arranjar soluções para a minha realidade;

Atualizar conhecimentos; aprofundar a interdisciplinaridade;

Procura de «respostas» a dúvidas que me surgiram no âmbito da organização e dinamização do centro de documentação do museu municipal.

Os temas e a relevância cada vez mais corrente e de importância extrema para os profissionais interligados, quer por interação com os museus, quer pela gestão integrada da documentação, pelos arquivos, bibliotecas, museus e serviços de documentação.

Como arquivista acredito que este encontro não só se tornará uma mais-valia na área, como tornará o diálogo mais acessível!

Aos oradores agradecemos a partilha das suas reflexões imbuídas do espírito de serviço público que nos congrega a todos.

Aos participantes agradecemos a vontade de se juntarem a nós nesta discussão.

Agora as Atas do III Encontro, disponibilizadas também na página institucional da C.M. Loures na *Web*, fixam em texto a reflexão apresentada pelos oradores, para todos os interessados.

Agradecemos desde já o acolhimento do convite para continuar este futuro urgente de reflexão e partilha, com a participação de cada um de nós.

Referências bibliográficas

CAMACHO, Clara Frayão – “Gestão de Museus: modelos, desafios e mudanças”, *Museologia.pt*, IMC, ano II, nº2, 2008, pp. 149-143

CLARO, João Martins – “A Lei Quadros dos Museus Portugueses”, *Museologia.pt*, IMC, ano III, nº3, 2009, pp. 49-55

DUFF, W.; CARTER, J.; CHERRY, J. M.; MACNEIL, H.; HOWARTH, L.C. (2013). From coexistence to convergence: studying partnerships and collaboration among libraries, archives and museums [Em linha]. *Information Research*, 18(3) paper 585. Disponível em: <http://www.informationr.net/ir/18-3/paper585.html>

DUPONT, CHRISTIAN (2007). Libraries, Archives, and Museums in the Twenty-First Century: Intersecting Missions, Converging Futures? [Em linha]. *RBM: A Journal of Rare Books, Manuscripts, and Cultural Heritage*, 8 (1), 13-19. Disponível em: <http://rbm.highwire.org/content/8/1/13.full.pdf>

GIVEN, L. M.; MC TAVISH, L. (2010). What's Old Is New Again: The Reconvergence of Libraries, Archives, and Museums in the Digital Age. *The Library Quarterly*, 80(1), 7-32.

KIRCHHOFF, T., SCHWEIBENZ, W., & SIEGLERSCHMIDT, J. (2009). Archives, libraries, museums and the spell of ubiquitous knowledge. *Archival Science*, 8(4), 251-266

MANZUC, Z. (2009). Archives, libraries and museums as communicators of memory in the European Union projects [Em linha]. *Information Research*, 14 (2). Disponível em: <http://www.informationr.net/ir/14-2/paper400.html>

OLEIRO, Manuel Bairrão – “Gestão e Museus – Contributo para uma reflexão”, *Museologia.pt*, IMC, ano II, nº2, 2008, pp. 163-167

PASTORE, E. (2009). *The Future of Museums and Libraries: A Discussion Guide*. (IMLS-2009-RES-02). Institute of Museum and Library Services. Washington, D.C. Disponível em: <http://www.ims.gov/assets/1/AssetManager/DiscussionGuide.pdf>

ZORICH, Diane M.; WAIBEL, Günter; ERWAY, Ricky (2008). Beyond the Silos of the LAMs: Collaboration among Libraries, Archives and Museums. Disponível em: <http://oclc.org/research/activities/lamsurvey.html>

Empregabilidade e carreiras em Informação-Documentação: novos ciclos de aprendizagem académica e ciclos de competências profissionais

Paula Ochôa - Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Investigador integrado do CHAM – Centro de História d'Aquém e Além Mar

Resumo

As oportunidades ligadas à gestão integrada da informação abrangem também os perfis de desempenho e as carreiras dos profissionais de informação-documentação. Aprender a reconhecer novos ciclos de competências e a gerir a carreira em momentos de transição, é um tema que tem vindo a ganhar destaque por ter implicações na empregabilidade de várias gerações de profissionais com perfis diferenciados, que já competem num mercado de trabalho à procura de perfis híbridos. Visões mais integradoras e convergentes obrigam a trajetórias de maior escolaridade e a ciclos de formação frequentes, acompanhando o desenvolvimento e as tendências da inovação aberta, nomeadamente a importância da gestão do conhecimento e da informação intra e interprofissional e organizacional, em estreita colaboração com as universidades. Neste contexto, apresenta-se a estratégia da Universidade Nova para a gestão e curadoria da informação.

Introdução

O tema deste Encontro visa debater os desafios da gestão integrada da informação, abrangendo uma multiplicidade de abordagens, desde os casos práticos e as boas práticas existentes, até às questões epistemológicas e filosóficas resultantes. Uma das perspetivas de abordagem diz respeito aos **modelos de gestão integrada** emergentes, a que não podemos ficar alheios pela importância de algumas das suas dinâmicas de reflexão que procuraremos explicar:

- Os caminhos de integração dos modelos de gestão da qualidade e da avaliação de desempenho;
- O modelo de integração da cultura no conceito de desenvolvimento sustentável;
- A gestão das carreiras e da empregabilidade;
- O modelo de gestão das competências;
- O modelo dos ciclos académicos.

Algumas das questões mais fundamentais estão ainda relacionadas com os papéis profissionais e as várias identidades profissionais que, cada novo ciclo de competências, necessárias à eficácia da gestão integrada da informação, irá provocar. A gestão de novos modelos de negócio, novas formas de gerir dados e conteúdos, associados a novos modelos de desempenho valorizam um maior conhecimento do setor cultural, competências de visão sistémica e de gestão, focalizados na sustentabilidade da Cultura. Empregabilidade e carreiras evidenciam a possibilidade de ter como pilares a **diferenciação das competências e a sua constante atualização**, em detrimento de perfis de desempenho tradicionais assentes em modelos de qualificação mais tradicionais. Compreender e preparar esta fase de transição parece ser inevitável.

Caminhos de integração dos modelos de gestão da qualidade e da avaliação de desempenho

Uma das áreas em que a convergência dos modelos tem vindo a ser defendida é a que envolve os modelos de gestão da qualidade, nomeadamente os modelos de Excelência europeus – EFQM (European Foundation for Quality Management, 2012) e CAF (Common Assessment Framework, 2013), nas suas versões mais recentes. O discurso organizacional deve agora ter em conta a análise da **sustentabilidade organizacional**, a par da orientação para os resultados, a orientação para os clientes, a liderança, a gestão de processos, a agilidade organizacional, a gestão de riscos, o desenvolvimento profissional, as parcerias e a responsabilidade social. O envolvimento dos cidadãos-clientes enquanto **coavaliadores** constitui uma novidade e uma nova perspetiva na avaliação dos serviços de informação. O **acesso, a participação e a experiência** são três dimensões da qualidade decorrentes dos padrões emergentes do consumo cultural e que caracterizam **as atuais transições entre indicadores e políticas, informação e conhecimento dos setores da cultura**, recomendando-se a utilização de **indicadores e métodos de avaliação intersetoriais** (Austen et al., 2012).

Uma outra área emergente diz respeito à análise dos **impactos organizacionais**. A publicação recente da ISO 16 439 – Methods and procedures for accessing the impact of libraries (2014) veio reforçar a necessidade de convergência dos setores da cultura (bibliotecas, arquivos e museus), promovendo a **agregação de indicadores e a gestão dos vários níveis de impactos**: individual, na comunidade e na vida social. Esta tendência de normalização de dados possibilita a existência de **estatísticas comparáveis para demonstrar a eficácia, a eficiência, valor e impacto na sociedade, com registo de impactos a nível regional, nacional ou internacional**, abrindo caminho para formas de avaliação de desempenho colaborativas.

A proposta de inclusão de **indicadores de sustentabilidade** e cultura, em modelos de gestão da qualidade para serviços de informação, é um caminho de gestão integrada a que deve ser dada atenção (Ochôa, Pinto, 2014b) pela importância estratégica que possuem.

Esta tendência surge também expressa na recente Declaração de Florença (2014), ao ser defendida a **produção contínua de indicadores de impactos para monitorizar e avaliar os contributos da cultura para o desenvolvimento sustentável**.

O modelo de integração da cultura no conceito do desenvolvimento sustentável.

O ano de 2014 ficará para a história do conceito de desenvolvimento sustentável como aquele em que foi amplamente discutido o alargamento da visão tripartida Ambiente, Economia, Social ao conceito de inclusão de um **quarto pilar de sustentabilidade – a Cultura**.

A discussão levada a cabo pela ONU, em colaboração com a UNESCO visou o desenvolvimento de uma agenda após 2015, discutindo algumas das principais questões ¹:

- Quais as medidas que devem ser tomadas para maximizar o contributo da cultura para o desenvolvimento económico, social e ambiental?
- Qual o papel do património cultural e das indústrias criativas?
- Que tipo de parcerias entre *stakeholders* deve ser desenvolvida para fortalecer esses contributos?

O tema do envolvimento dos *stakeholders* – qualquer grupo ou pessoa identificável que pode afetar os objetivos da organização ou que é afetado pelos objetivos da organização ou do qual a organização depende para a sua contínua sobrevivência (Metjtof, 2011) – não é recente mas ganha uma outra dimensão e importância no âmbito do desenvolvimento sustentável pelo seu alargamento a **múltiplos stakeholders, multiníveis de análise e modelos multisetoriais**. Esta foi, aliás, a visão apresentada na 10ª Conferência do Conselho da Europa dos Ministros da Cultura dedicada à governança da Cultura (Moscou, 15-18 abril 2013), em que foi claramente expresso que “it is the responsibility of all members states represented here today to form a governance model tht allows all voices to be heard in a well-tuned choir – a multi-stakeholder, multi-level, multi-sectorial model. How do we go bout this? First, by creating better measurement and indicators of access and participation as well as by monitoring the impact of financing of culture”, continuada pela Declaração de Florença (4 outubro 2014) no âmbito do 3º Fórum Mundial da UNESCO sobre Cultura e Indústrias Culturais, reconhecendo que “Inclusive economic and social development requires systems of governance for culture and creativity that meets people’s demands and

¹ This resolution builds on two previous resolutions, adopted in 2010 (A/RES/65/i66) and 2011 (A/RES/66/208) respectively, and represents an important breakthrough for culture in the development agenda and the linkages with the three pillars of sustainable development. It also acknowledges that culture contributes to inclusive economic development, as cultural heritage, cultural and creative industries, sustainable cultural tourism and cultural infrastructure are sources of income generation and job creation, including at the community level, thus improving living conditions and fostering community-based economic growth, and contribute to empowering individuals. Culture also contributes to inclusive social development for all, including local communities and indigenous peoples, with respect for cultural diversity, safeguarding of the cultural and natural heritage, fostering of cultural institutions and strengthening of cultural and creative industries; it also contributes

needs. Transparent, participatory and informed systems of governance for culture involve a diversity of voices, including civil society and the private sector, in policymaking processes that address the rights and interests of all members of society. It also involves cooperation among all relevant public authorities in all sectors – economic, social, environmental – and at all levels of government”.

Os conceitos de **sustentabilidade** e **sustentável** estão ligados à criação e manutenção de condições em que pessoas e a natureza convivem em harmonia, garantindo os aspetos sociais, económicos e ambientais para as gerações presentes e futuras. **O uso de indicadores e métricas de sustentabilidade são essenciais para uma visão de gestão integrada e sistémica**, permitindo equacionar vários aspetos em mudança (antecipar e avaliar condições/tendências, prevenir e antecipar impactos, apoiar a tomada de decisão...) e estabelecendo **contextos, políticas e planeamento convergentes**. O desenvolvimento de evidências e novos indicadores de desempenho incidem com particular ênfase na **avaliação de políticas públicas para a cultura e na construção de um índice de participação cultural dos cidadãos europeus**.

Em Portugal, encontra-se em curso o mapeamento cultural através do **Plano Cultura 2020**, uma iniciativa do Secretário de Estado da Cultura, desenvolvida pelo Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, em articulação com um conjunto alargado de universidades e investigadores. Consiste numa série de nove estudos, com diferentes áreas de ação, todas elas relacionadas com as recomendações feitas pela Comissão Europeia para a governação e programação de fundos nos próximos sete anos, procurando contribuir para que decisores políticos, **agentes culturais**, agentes económicos e a sociedade em geral, estejam mais preparados para tomar decisões e operar em domínios relacionados com a área da cultura.

Os impactos das políticas culturais são pouco conhecidos pela dificuldade em definir indicadores precisos que permitam medir os efeitos diretos e indiretos dos setores culturais na sociedade e na economia, permitindo identificar, de forma mais clara, os contributos específicos da Cultura para a competitividade e a internacionalização da economia portuguesa, para a formação e o emprego, para o desenvolvimento e a coesão territorial, bem como para aferir quais os instrumentos financeiros mais adequados e qual a melhor forma de estabelecer a articulação e a coordenação entre diferen-

to environmental sustainability, since the protection of cultural and biological diversity and the natural heritage is crucial to sustainable development, while supporting traditional systems of environmental protection and resource management can contribute to the increased sustainability of fragile ecosystems and the preservation and sustainable use of biodiversity, reducing land degradation and mitigating the effects of climate change. The UN General Assembly further acknowledges that culture contributes to peace and security, as a valuable resource for empowering communities to participate fully in social and cultural life, facilitating inclusive governance and dialogue at the national, regional and international levels and contributing to conflict prevention and resolution, as well as to reconciliation and recovery.

tes fontes de financiamento, para rentabilizar e maximizar o investimento público.

Desde 2012 que a estratégia nacional para a cultura tem vindo a realçar os valores que lhe estão associados:

- O valor social;
- O valor educativo;
- O valor económico;
- O valor institucional;
- O valor territorial.

Estas diferentes vertentes de valor implicam a conceção de uma **infraestrutura de avaliação de custos e benefícios mais completa**, de modo a facilitar o planeamento e avaliação da sua sustentabilidade. Esta estratégia é complementada pelo reforço dos conceitos chave da Cultura:

- **Pluralidade** da manifestação cultural através de políticas públicas que promovam o seu acesso, presença e pluralidade, enquanto bem social básico;
- **Coesão e valorização das competências patrimoniais** (naturais, construídas, móveis e simbólicas) e da criação contemporânea enquanto condição da liberdade individual e colectiva. Valorização estratégica para a competitividade, emprego e inclusão (elemento crucial da coesão social);
- **Identidade**, processo dinâmico e participado, individual e coletivo, esclarecendo os percursos das diferentes comunidades, institucionalizando valores e o património comum. As instituições são consideradas aglutinadoras de valores intangíveis;
- **Crescimento**, elemento gerador de bem-estar em torno da visão de crescimento pessoal e social, funcionando como garantia da sustentabilidade;
- **Cultura**, fator de diferenciação e competitividade, realçando a participação e a cidadania, coesão e inclusão, responsabilidade e crescimento sustentável, qualificação e adaptação.

A um nível macro, deve ainda ser considerada a Estratégia europeia para a sociedade da informação, nomeadamente a Agenda Digital (2010-2020) e os seus sete pilares:

1. Mercado único digital;
2. Interoperabilidade e *standards*;
3. Confiança e segurança;
4. Acesso rápido à Internet;
5. Investigação e inovação;
6. Melhoria da literacia digital, competência e inclusão;
7. Benefícios TIC para a sociedade.

As **transições da sustentabilidade**, um conceito de gestão que caracteriza esta fase de gestão da mudança das organizações, incluem a gestão da informação como um elemento essencial:

- Informação para o desenvolvimento sustentável – integrando três partes:
 - desenvolvimento da tecnologia de informação sustentável;
 - desenvolvimento sustentável da conservação da informação;
 - desenvolvimento sustentável da partilha da informação.

- Informação sustentável, referindo-se aos recursos de governança que facilitam a integração e participação da informação neste processo.

Todas estas perspectivas implicam novas estratégias organizacionais de curto, médio e longo prazo e uma renovada atenção aos valores que transmitiremos aos nossos **stakeholders**. A título individual, importa pensar nas suas implicações nas carreiras de Informação-documentação e o seu impacto na empregabilidade.

A gestão das carreiras e da empregabilidade

O conceito de **empregabilidade** – a capacidade relativa de que um indivíduo dispõe para obter um emprego que o satisfaça, tendo em conta a interação entre as suas características pessoais, competências e o mercado de trabalho – tem reforçado um outro aspeto relacionado, **a gestão das carreiras**, envolvendo um maior interesse na capacidade de gerir trajetórias diferenciadas, desenvolvendo cada profissional um capital de competências único. A carreira, enquanto **sequência individualmente percebida de atitudes, comportamentos e experiências**, relacionados com o trabalho e outras experiências, realça o papel das transições profissionais e dos ciclos de competências (Ochôa, 2012) e do inevitável surgimento da obsolescência profissional (Ochôa, Pinto, 2014).

A nível internacional tem sido intenso o debate em torno das trajetórias académicas e profissionais, com particular destaque para os estudos prospetivos que permitem analisar cenários possíveis a médio e longo prazo. Um desses estudos, coordenado por Marchionni e Moran (2012) colocam na **estratégia e nos valores** escolhidos o foco da atenção profissional: “the values we bring to the problems and strategies determine what policies and systems we develop and apply and what costs and constraints we are willing to bear.” Contribuir para a mudança das formas tradicionais de gerir serviços de informação, identificando as tendências, oportunidades e impactos da atividade na sociedade, estabelecendo objetivos e metas de desempenho adequados, parece ser um dos papéis que os profissionais I-D podem realizar.

O modelo de gestão das competências

O debate em torno do desenvolvimento de competências de informação documentação tem vindo a ganhar maior importância pela sua importância estratégica para a gestão da informação organizacional e pelos múltiplos impactos que o desempenho dos profissionais pode originar. Entre as atuais discussões realçamos a da (in)visibilidade das competências (Barata, Ochôa, no prelo) no mercado de trabalho que parece começar a apresentar uma retração no recrutamento e uma menor valorização dos perfis de desempenho existentes: bibliotecários arquivistas, especialistas em ciências documentais, mestres em Ciência da Informação e Documentação e doutorados em Ciência da Informação. Estes perfis traduzem, na sua maioria, um valor de competências de especialização em bibliotecas e arquivos, muito

valorizado nas três últimas décadas e ainda realçado pelo Euroreferencial de Competências ID (2001). Todavia, o mercado de competências encontra-se também em mudança e apresenta estratégias de convergência e integração de gestão de competências (individuais e organizacionais), de que são exemplo as estratégias europeias e a estratégia nacional de competências, em desenvolvimento pela OCDE (2014-2015).

O mapeamento de competências é uma dinâmica europeia que vale a pena conhecer:

- Estudos europeus de meta-análise para discutir as necessidades das competências sectoriais e a sua transferibilidade intersectorial;
- A Agenda Cultural Europeia 2007, realçando as competências e a mobilidade e assumindo o património cultural enquanto motor para uma Europa mais sustentável e coesa, preservando-o, conservando-o e renovando-o;
- A Classificação das Competências, qualificações e ocupações (ESCO);
- A estratégia nacional de competências (OCDE, Building an effective skills strategy for Portugal, 2014).

A Estratégia nacional de competências, a decorrer desde o início de 2014 até ao próximo ano, envolve quatro fases, abrangendo várias partes interessadas:

1. Desenvolvimento de competências relevantes;
2. Activação da oferta de competências;
3. Uso de competências de forma eficaz;
4. Reforço do sistema de competências.

Algumas das questões a que os representantes das partes interessadas procuraram responder permitiram o diagnóstico dos pontos fracos e fortes das modalidades de gestão de competências a nível nacional:

- Como Portugal tem maximizado o potencial de competências?
- **Quais são as mudanças em curso?** Quais as prioritárias? Que ações devem ser desenvolvidas e por quem?

Este debate alargado irá evidenciar a convergência de competências dos profissionais I-D, a aproximação a outros grupos profissionais e o desenvolvimento de perfis de desempenho diferenciados. Esta fase exige uma maior atenção por parte dos profissionais pois o valor das suas competências pode não ser evidente como foi noutros momentos de transição profissional.

Uma das consequências desta fase é o aumento da importância dos ciclos académicos que cada profissional possui ao longo da sua trajetória profissional. As tendências de gestão de carreira envolvem também um maior interesse na capacidade de gerir trajetórias diferenciadas, desenvolvendo cada profissional um capital de competências único. Para o concretizar, os profissionais deverão privilegiar a aprendizagem no desenvolvimento de estratégias de adaptabilidade na carreira (Savickas, 2002). Este conceito é definido como "the capability of an individual to make a series of successful transitions where the labour market, organization of work and underlying occupational and organizational knowledge bases may all be subject to considerable change (Bimrose et al., 2011, p. II).

O modelo dos ciclos académicos

Promover o diálogo interdisciplinar e o desenvolvimento de visões convergentes é uma outra dinâmica em curso, a cargo das universidades, cuja oferta formativa reflete as principais tendências de aprendizagem ao longo da vida com ciclos de aprendizagem frequentes e direcionados para novos públicos que procuram desenvolver novas competências e combater a obsolescência profissional. Os novos ciclos funcionam como elementos agregadores de conhecimentos essenciais para as necessidades do mercado de trabalho e para melhorar os níveis de empregabilidade dos profissionais, face à diluição progressiva das fronteiras profissionais. Entre as principais estratégias desenvolvidas podemos destacar a valorização dos 2º e 3º ciclos de estudos, os cursos interdisciplinares, as parcerias interorganizacionais e as abordagens integradas.

A proposta da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa de constituir em 2014 uma nova Pós Graduação em Gestão e Curadoria da Informação, enquadra-se nesta última estratégia de desenvolvimento de abordagens integradas em Ciência da informação. Após dez anos de funcionamento do Mestrado em Ciência da Informação e Documentação (MCID), com uma estrutura vocacionada para a profissionalização em bibliotecas e arquivos, a nova proposta apresenta três áreas chave de desenvolvimento de competências:

- A gestão e curadoria da informação;
- A gestão e comportamento organizacional;
- O Marketing e a comunicação organizacional.

Esta visão, alicerçada nas dinâmicas anteriormente enunciadas ao longo desta apresentação, visa formar especialistas com competências que os habilitem a gerir propostas e iniciativas interdisciplinares no domínio da gestão e curadoria da informação, marketing e comunicação, **diagnosticando tendências, analisando evidências, avaliando impactos e o valor dessas atividades para as partes interessadas.**

Bibliografia recomendada

Allen, J.; Grip, A. de (2007). *Skill obsolescence, lifelong learning and labor market participation*. Maastricht: Maastricht University.

Arnseth, H. C; Gilje, O., and Erstad, O. (2012). "Trajectories of learning lives: continuities and discontinuities in lifelong learning across contexts." *Lifelong learning in Europe 1* (2012): 12-19.

Arthur, M. B., Khapova, S. N., and Wilderom, C. P. M. (2005). "Career success in a boundaryless career world." *Journal of Organizational Behavior* 26 (2005): 177-202.

Barata, P; Ochôa, P. (no prelo) Os profissionais de informação-documentação a caminho da invisibilidade : uma reflexão a partir da análise dos cargos de direção intermédia da Administração Central do Estado

Behrens, S.G., et al. (2012). *Competency lifecycle roadmap. Toward performance readiness*. Hanscom: Carnegie Mellon University, 2012.

Bimrose, J., et al. (2011). *The role of careers adaptability in skills study*. London: UK Commission for Employment and skills, 2011.

Cedefop (2010). *The skill mismatch: analyzing skill mismatch and policy implications*. Luxembourg: EU Publications office, 2010.

Davenport, T.H. (2005). *Thinking for a living*. How to get better performance and results from knowledge workers. Boston: Harvard Business School Press, 2005.

Felstead, A., Gallie, D., Green, F., and Zhou, Y. (2007). *Skills at Work*, 1986 to 2006. Project funded by ESRC Centre on Skills, Knowledge and Organisation Performance. Disponível em http://kar.kent.ac.uk/4845/1/2006_Skills_Survey-FinalDraft3.pdf.

Felstead, A., Gallie, D., Green, F., Zhou, Y. (2010). "Employee involvement, the quality of training and the learning environment: an individual level analysis". *International Journal of Human Resource Management* 21, 10 (2010): 1667-1688.

Field, J. (2012). "Transitions and lifelong learning: signposts, pathways, road closed?" *Lifelong Learning in Europe 1* (2012): 5-11.

Gallie D, Zhou Y, Felstead A Green F (2012). "Teamwork, skill development and employee welfare." *British Journal of Industrial Relations* 50, 1 (2012): 23-36.

Graf, A. (2012). "Life cycle oriented personnel development". *Lifelong Learning in Europe 1* (2012): 20-30.

Grenier, A. (2012). *Transitions and the lifecourse: challenging the constructions of growing old*. Bristol: The Policy Press, 2012.

Heinz, W. R (2009). Structure and agency in transition research. *Journal of Education and work*, 22 (5), 391-404.

Heinz, W. R., Marshall, V.W., eds. (2003). *Social dynamics of the life course: transitions, institutions, and interrelations*. New York. Aldine de Gruyter, 2003.

Marchionini, G.; Moran, B. B. (ed.). (2012) – Information professionals 2050: educational possibilities and pathways. Chapel Hill: School of Information and Library Science. Disponível em: <http://sils.unc.edu/sites/default/files/publications/Information-Professionals-2050.pdf>

Marshall, J.G., Solomon, P., Rathbun-Grubb, S., eds. (2009). "Workforce Issues in Library and Information Science [special issue]." *Library Trends*, 58,2 (2009).

Marshall, J.G., et al., eds. (2010). "Workforce Issues in Library and Information Science, part 2 [special issue]." *Library Trends* 59, 1-2 (2010).

Marshall, V.W. (2011). *Risk, vulnerability, and the life course*. Inaugural presentation. Lausanne: Lives Working paper 2011/1.

Mercer, C. (2011). "Which skills for culture in a globalised and digitised world?" *European Culture Forum* 20 (21 October 2011).

OCDE (2013) – *Melhores competências melhores empregos melhores condições de vida: uma abordagem estratégica das políticas de competências*. 1.ª ed. São Paulo: Fundação Santillana Brasil.

Ochôa, P. (2012) – *Transições profissionais na sociedade da informação: percursos identitários e ciclos de competências de bibliotecários portugueses (1973-2010)*. Tese de doutoramento Universidad de Alcalá . Disponível em <http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/17109/TESES%20PAULA%20OCHOA.pdf?sequence=1>.

Ochôa, P.; Pinto, L.G. (2014a) Moments of Obsolescence: Competences and Career Life Cycles Revisited Through Information Society Policies. *International Journal of Advances in Management Science*, 2014, 3(3), 79-87. doi: 10.14355/ijams.2014.0303.01.

Ochôa, P.; Pinto, L.G (2014b) Sustainability Metrics in Library and Information Services: A Quality Management Framework disponível em: <http://docs.lib.purdue.edu/iatul/2014/plenaries/5/>

Ochôa, P; Pinto, L. G. (2008) – Towards a new model of LIS competences management in Portugal: implications for the praxis and academia studies. *Education for Information*, vol. 26 (1): 43-54.

Ochôa, P. Pinto, L. G. (2009). "Career, skills and dilemmas." In Varlejs, J., and Walton, G., eds. *Strategies for regenerating the library and information profession*. München: K. G. Saur, 2009: 342-354.

Rodrigues, M. J. (2007) – *Innovation, skills and jobs. Pilot project to develop a European foresight methodology to identify emergent jobs and their skills needs*. Brussels: European Commission.

Salmela-Aro, K. (2009). "Personal goals and well-being during critical life transitions: the 4 C's – channeling, choice, co-agency and compensation." *Advances in Life course research* 14 (2009): 63-73.

Savickas, M. (2002). "Career construction: a developmental theory of vocational behavior." In D.A. Brown. ed. *Career choice and development*. San Francisco, CA: Jossey, Bass, 2002: 149-205.

Savickas, M. (2005). "The theory and practice of career construction." In S.D. Brown and R.W. Lent, eds *Career development and counseling: Putting theory and research to work*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2005.

Savickas, M. (2012). "Life design: a paradigm for career interventions in the 21st century." *Journal of Counselling and development* 90 (2012): 13-19.

Schmid, G.; Gazier, B., eds (2002) *The dynamics of full employment: social integration by transitional labour markets*. London: Edward Elgar Publisher., 2002.

Warhurst, C. and Thompson, P. (2006). "Mapping knowledge in work: proxies or practices?". *Work, Employment and Society* 20, 4 (2006): 787-800.

Winterton, J., Delamare-Le Deist, F., and Stringfellow, E. (2005). *Typology of knowledge, skills and competences: clarification of the concept and prototype*. Thessaloniki: Cedefop, 2005.

Arquivo-Biblioteca-Museu e Sistema de Informação: Em busca da classificação possível...

*Armando Malheiro da Silva
FLUP e CETAC.Media*

Resumo

Longas práticas consideradas imutáveis podem e devem sofrer alteração. É o que está sucedendo no domínio específico da descrição de documentos bibliográficos, arquivísticos e de “coleções museológicas”, em que a busca de um padrão uniforme está na ordem do dia. A especialização e separação descritivas dominaram, mas hoje são postas em causa em nível do senso comum e, sobretudo, porque as Tecnologias de Informação e Comunicação permitem objetivamente interligar bases de dados diferentes para uma busca relacional e interligada. No entanto, o desafio que se põe, para que este movimento integrador se consolide, é buscar uma justificação que vá além do senso comum e encontre respaldo epistemológico. Nesta comunicação, apresenta-se, de forma abreviada, este novo caminho a seguir e explorar.

Palavras-chave:

Arquivo, Biblioteca, Museu e Sistema de Informação. Perspetiva sistêmica e integradora. Novo paradigma epistemológico.

Abstract

Long considered immutable practices can and should be changed. It is what is happening in the specific field of bibliographic description of documents, archival and “museum collections” in which the search for a uniform standard is on the agenda. The descriptive specialization and separation have dominated, but today are called into question in common sense, because the Information and Communication Technologies allow objectively link different databases to relational and interconnected search. However, the challenge that arises for this integrator movement to consolidate is to seek a justification to go beyond the common sense to find epistemological support. This communication presents, in short, this new way that we must forward and explore.

Keywords:

Archive, Library, Museum and Information System. Systemic and integrative perspective. New epistemological paradigm.

1. Evento oportuno...

Estamos no III Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus, oportunidade excelente – acho eu... – para uma pergunta que não pretende ser uma provocação, mas tão só um início de conversa socrática (Sócrates, ? – 399 a.C.): um documentalista, que trabalhe num museu, não poderá assumir as funções de um museógrafo e, por extensão, de um museólogo?

Uso, preventivamente, a distinção, fixada nos dicionários e glossários da área, embora se note, em muitas dessas fontes, uma flagrante sobreposição semântica ou sinonímia.

Museografia – Designam-se, sob esta palavra, as técnicas de identificação e descrição de documentos conservados em museus (Faria; Pericão, 2008: 852).

Museologia – Teoria, atividades e técnicas relativas à organização e gestão de museus, assim como à aplicação de legislação sobre as mesmas (Faria; Pericão, 2008: 852).

As autoras citadas, bibliotecárias de Coimbra, distinguem, apoiadas na etimologia e no significado dos sufixos, a atividade, essencialmente descritiva e técnica, de uma abordagem mais abrangente e pretensamente científica que coloca, em foco, o Museu como instituição e espaço documental.

Uma evidência trivial é a de que Arquivo, Biblioteca, Museu e até Documentação, antecedida por Centro de, são palavras que nomeiam “coisas” diferentes, ainda que a primeira seja, intuitivamente, a de um edifício ou espaço construído e natural, um serviço instalado num espaço concreto, aonde se vai “buscar informação, conhecimento e se aprende” com o que lá é custodiado/guardado, preservado e exposto. Por causa desse primeiro sentido, tornou-se inevitável e até natural definir a Arquivologia/Arquivística, a Bibliotecologia/Biblioteconomia e a Museologia como ciências, respectivamente, do Arquivo, da Biblioteca e do Museu...

2. Do Paradigma Custodial ao Pós-Custodial

Voltemos à pergunta com que comecei e avancemos com respostas. Há duas possíveis: **não** e **sim**.

A resposta **não** foi sendo construída na Modernidade, acompanhando uma natural especialização profissional e científica, inerentes ao capitalismo e ao positivismo. É certo que, antes dos séculos XVII e XVIII, livrarias, cartórios e gabinetes de curiosidades coexistiam, sincreticamente, no mesmo espaço e ao serviço da mesma entidade, essencialmente privada. Mas, com o advento dos Museus de História Natural, essenciais ao desenvolvimento da Paleontologia, da Biologia, da Geologia, da Arqueologia e de outras ciências, bem como a autonomização das “galerias de retratos e coleções de pintura” em Museu ou, ainda, o aparecimento de Museus “generalistas”, assentes na estratégia deliberada, como no British Museum e no Museu do Louvre, por parte dos profissionais deste tipo de instituição cuidarem da sua formação à parte da que foi sendo dada, em conjunto, a bibliotecários e arquivistas, nomeadamente na célebre École National des Chartes (1821). Tanto do ponto de vista da(s) matriz(es) científica(s) dominante(s), como da função prática exigida (guardar documentos e artefatos considerados importantes para a Memória da Nação), todos estes profissionais emergiram

do mesmo paradigma (segundo Silva e Ribeiro, 2012; Silva e Ribeiro, 2011; e Silva, 2006) – custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista. E todos eles, do ponto de vista científico, ficaram marcados, ou condicionados pela História e, em particular, pela História de Arte, bem como pela Filologia e pelas “Humanidades” em geral. A distinção sensorialmente justificada (visão e tato) entre documentos manuscritos e impressos e os “objetos” tri-dimensionais, como amostras de rochas, utensílios vários, mobiliário, pinturas, esculturas, etc., determinou que os museólogos e conservadores de museu se passassem a situar e a considerar em outra categoria.

É certo, porém, que esta distinção viria a ser contrariada por um visionário e um dos pais da [ciência da] Documentação, o belga Paul Marie Gislain Otlet (1868-1944) que, no seu *Traité de la Documentation* (1934), ampliou consideravelmente a noção de documento, incluindo uma variedade de artefactos, desde o livro a uma pintura. Uma importante ressignificação, que obrigou Suzanne Briet (1894-1989), em *Qu'est-ce que la documentation?* (1951), a explicar, através do exemplo do antílope, que o documento dependia do sujeito-investigador capaz de extrair dele informação. Documento passaria a ser a informação extraída de qualquer coisa ou ser vivo, e não mais informação registada num suporte. Suzanne Briet ousou ir mais longe do que seu mestre Otlet. Entretanto, a pergunta que se impõe é esta: não terá ido longe demais? Não terá confundido conteúdo com continente? Informação com documento? Confusão, aliás, fácil de fazer no âmbito do senso comum... Mais adiante voltaremos a este importante tópico.

A especialização técnica operou-se dentro do paradigma custodial e permanece aí enquanto esse paradigma, em natural crise, persistir. Debaixo do “guarda-chuva” da Cultura, conceito progressivamente mais equívoco e abrangente, e do Património, categoria judicativa ou juízo de valor jurídico-político e administrativo, Arquivo, Biblioteca/Documentação e Museu foram trilhando caminhos especializados, autónomos, que ainda não desapareceram...

A resposta **não**, dada atrás, justifica-se historicamente dentro do paradigma custodial. Na transição paradigmática, que estamos a viver e que tem origem naquilo a que Daniel Bell, na década de setenta, chamou a “sociedade pós-industrial” e, depois, Manuel Castells caracterizou como “Era da Informação” e “sociedade em rede”, alterações importantes estão a impor-se como a necessidade de superarmos lógicas de custódia, através de estratégias sofisticadas e ampliadas de acesso, não apenas aos artefactos, mas ao seu conteúdo – à informação. Numa perspectiva macro, a transição paradigmática, em curso, na área científica da Informação-Documentação acompanha a substituição do paradigma dominante positivista (Boaventura Sousa Santos, 1987) pelo paradigma da complexidade (Edgar Morin). A religação de saberes, a busca de um conhecimento científico comum, implica que certos especialistas descubram entre si (arquivistas, bibliotecários, documentalistas e museólogos) mais proximidade e semelhanças que insanáveis diferenças.

Dos procedimentos instrumentais de guarda, descrição, inventariação, ordenação de documentos e “peças”, chegamos à urgência de compreender e explicar as propriedades e o fluxo da dinâmica informacional, desde a origem até à sua comunicação para ser criada nova informação.

O novo paradigma, que emerge em paralelo com a sobrevivência ou persistência forte do anterior, é o pós-custodial, informacional e científico. Dentro deste paradigma, a anterior especialização cede o passo ao imperativo da inter e transdisciplinaridade (Olga Pombo, 2004). O conceito operatório de documento pode e deve ser reexaminado e pode ainda ajudar na construção de um objeto comum. Documento é informação registada num suporte. É, portanto, um artefato material produzido sempre a partir de um mentefato ou informação (conteúdo). Há documento em sentido estrito e em sentido lato: os gráficos (escritos, sonoros e pictóricos) entram na primeira categoria; os tridimensionais (desde uma cadeira, uma escultura até um edifício) entram na segunda. Há documento da primeira e segunda categorias no Museu, e, da primeira, no Arquivo, na Biblioteca e no Centro de Documentação.

Nas plataformas digitais, há informação relacionável, seja oriunda do Arquivo, da Biblioteca ou do Museu. Os chamados arquivos e bibliotecas digitais, bem como os museus virtuais são plataformas digitais. O suporte unifica hoje o que separou durante séculos e, ao unificar, mostra que o estudo teórico-prático, da informação e sua comunicação, cabe no perfil de um cientista da informação, “sucedâneo-síntese” de arquivista, bibliotecário, documentalista e museógrafo/museólogo. Um cientista da informação que não nega a existência do documento, mas enfatiza cada vez mais a presença do *docmedia* (Silva, 2011 e 2012), ou seja, da relação dinâmica e jamais estática das funções inscritiva e transmissora. É que para haver documento é indispensável que haja, antes de tudo inscrição ou registo, e este pode ocorrer antecipando a função transmissora, mas também pode resultar em simultâneo, por exemplo, com as boxes digitais associadas à televisão normal ou interativa (herdeiras dos gravadores analógicos de vídeo).

3. A Ciência da Informação trans e interdisciplinar

Não é consensual, no Mundo, o entendimento dos profissionais da informação sobre CI – há tradições e perspectivas diferentes. Não cabe aqui detalhá-las e, por isso, deixo uma sinopse da CI trans e interdisciplinar ensinada e desenvolvida na Universidade do Porto em três níveis: licenciatura, mestrado e doutoramento.

Ciência da Informação é a ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno infocomunicacional perceptível e cognoscível, através da confirmação, ou não, das propriedades inerentes à génese do fluxo, organização e comportamento informacionais (*origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação*) (Silva, 2006 e DeltCI – online).

E, por sua vez, **informação** é:

conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada (Silva e Ribeiro, 2002: 37; Silva, 2006: 25).

Complementando a definição, amplia-se a caracterização do fenómeno infocomunicacional, a que se reporta a definição de informação com que operamos, pelo enunciado das suas propriedades:

Estruturação pela ação (humana e social) – o ato individual e/ou coletivo funda e modela estruturalmente a informação;

Integração dinâmica – o ato informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da ação;

Pregnância – enunciação (máxima ou mínima) do sentido ativo, ou seja, da ação fundadora e modeladora da informação;

Quantificação – a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável ou mensurável quantitativamente;

Reprodutividade – a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização;

Transmissibilidade – a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável (Silva e Ribeiro, 2002; 42; 2006: 25).

E a **comunicação** é sinónimo de interação humana e social e pressupõe necessariamente informação sob a forma de mensagens ou conteúdos transmitidos, partilhados, em suma, comunicados (Lamizet e Silem, 1997: 120-123). O termo info-comunicacional identifica, em pleno, um fenómeno humano e social representado de forma parcial ou repartida pelos conceitos Informação e Comunicação.

No que toca ao aparato metodológico, essencial para que a investigação fundamental e empírica seja executada, tem de ser enfatizado o método **quadripolar** (Paul De Bruyne et al, 1974), dispositivo adequado às exigências do conhecimento da fenomenalidade infocomunicacional, uma vez que não se restringe a uma visão meramente instrumental. A sua dinâmica investigativa resulta de uma interação entre quatro polos – o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico – permitindo uma permanente projeção dos paradigmas interpretativos, das teorias e dos modelos na operacionalização da pesquisa e na apresentação dos resultados da mesma. Nesta dinâmica quadripolar de investigação, assume particular relevância o polo teórico, uma vez que ele sustenta a componente técnica e instrumental e dá sentido à explanação de resultados em que se consubstancia o polo morfológico.

Embora haja diferentes teorias e modelos que sustentam o modo de ver e de pensar o fenómeno/processo informacional, verifica-se que as abordagens sistémicas (**teoria sistémica**) têm tido uma notória preferência por parte de variados autores.

4. De “Lugar(es) de Memória” a Sistema de Informação

A História e as supostas “Ciências e Técnicas do Património” (Arqueologia, História de Arte, Museologia e “Ciências Documentais”, incluídas integralmente no paradigma custodial) apropriam-se dos “lugares” institucionais, enfatizados por Pierre Nora (1984), contudo subalternizam aquilo que é naturalmente o foco central das Ciências da Comunicação e Informação – a informação e as condições da sua comunicabilidade.

A centralidade na infocomunicação (ver livro *e-infocomunicação*: Passarelli, Silva e Ramos, 2014) altera a espacialidade de referência e obriga que busquemos o objeto científico dentro do edifício e da instituição Arquivo, Biblioteca e Museu. Não é a instituição que emerge como o objeto de estudo, é a informação-documentação, nela contida, custodiada e acessível, que convoca a indagação científica. Esta diferenciação de objeto é necessária, mas não impede os que queiram manter, à *outrance*, uma ciência do Arquivo, da Biblioteca ou do Museu.

O que importa, aqui, frisar é que a CI não se organiza para estudar espaços físicos desse tipo e instituições, embora possa integrá-las numa abordagem infocomunicacional, porquanto ela constrói o seu objeto com o trinómio atrás referido e com o contributo da teoria sistémica:

Informação – Documento – Comunicação

O foco está, assim, no Sistema de Informação. E se o foco é este, a resposta à pergunta do início é **sim** – o documentalista pode assumir as funções do museólogo.

Põe-se, aqui e agora, a pertinente pergunta: Sistema de Informação – o que é? Um **sistema da informação** é constituído pelos diferentes tipos de informação registada, ou não, externamente ao sujeito (o que cada pessoa possui em sua memória é informação do sistema), não importa qual o suporte, e de acordo com uma estrutura (entidade produtora/receptora) prolongada pela ação na linha do tempo. A estrutura de um SI é um aspeto complexo, porque ela é paradoxalmente autónoma e indissociável da informação, propriamente dita: o sujeito de ação (seja pessoa ou instituição), que produz e recebe fluxo informacional, é distinto deste, mas é essencial para que este exista (Silva, 2006; DeltCI).

Isabel Marques, no artigo *O Museu como sistema de informação* (Marques, 2008-2009: 267-290), defende uma visão integradora do Museu, através do conceito operativo de SI:

- A informação produzida no âmbito das funções do Museu é resultante da interação com a informação proveniente das demais coleções;
- Uma visão integradora do acervo do Museu implica um maior enfoque nas potencialidades informativas do acervo, contribuindo assim para que a informação (administrativa, científica, técnica, etc. relacionada com o património cultural) seja devidamente contextualizada, registada, armazenada, inter-relacionada, recuperada, reproduzida e acedida;
- Pensar o Museu como um SI implica superar divisões convencionais ainda vigentes como é o caso da distinção entre coleção museológica, bibliográfica e arquivística;
- Implica, também, tomar consciência da possibilidade de quebrar as barreiras estabelecidas pelo peso histórico de categorização das coleções e permitir uma maior reflexão sobre novas abordagens de inter-relações informacionais dos objetos;
- Implica, ainda, uma reavaliação das práticas habituais (gestão, inventariação, incorporação, documentação, exposição, administração, etc.) no sentido de se tornarem mais eficientes e mais operacionais, num contexto integrador das funções e objetivos do museu, enquanto instituição cultural (Marques, 2008-2009: 280).

Que uma museóloga tenha ousado contrariar os conceitos, as lógicas e as práticas da sua área profissional e tenha aderido à via sistémica, como base de uma abordagem infocomunicacional, é facto raro e merecedor de relevo. Mas, seria injusto se não evocasse aqui a tese de doutoramento de Cristina Cortês, uma documentalista, que mostrou a possibilidade de combinar em interface comum as bases de dados catalográficas usadas para cada um dos três “segmentos” – Arquivo, Biblioteca e Museu. O modelo, que propõe, viabiliza uma normalização técnica que tem implicações epistemológicas profundas, responde à pergunta inicial e aponta para a presença forte da Museologia no seio da CI.

Aliás, o caminho apontado por Cristina Cortes é o mesmo que a ISBD, edição consolidada (2007-2011), consagra, ou seja, tenta unificar, com as naturais diferenças de pormenor, o padrão descritivo dos diferentes “recursos” dispersos pelas três instituições – Arquivo, Biblioteca e Museu (Justino, 2012). Trata-se de um desiderato prático que atrai, hoje, cada vez mais, os profissionais desses três setores e pode-se falar, claramente, de um clima de forte unanimidade quanto à sua conveniência utilitária. Tanto mais que a tecnologia informática, expandindo-se e invadindo todos os domínios profissionais, vem exigir esse padrão comum, oferecendo, em troca, uma dupla comodidade – para o mediador/profissional e para o utilizador que se serve dos instrumentos de acesso para localizar o que pretende ou o que o surpreenda.

No entanto, a importância maior do SI e da visão sistémica e integradora, valorizada nesta intervenção, não se esgota no lado prático que está a vir ao de cima e a mobilizar os profissionais num esforço comum. Essa importância remete-nos para um nível mais fundo e essencial que é de ordem epistemológica: os artefactos dispersos por serviços de Arquivo, de Biblioteca, Centros de Documentação e Museus, só divergem na materialidade do suporte, porque, ao mesmo tempo, exibem um denominador comum.

Todos derivam de um mentefato e, nesta medida, são informação. E é este fundamento epistemológico que justifica a integração descritiva: só pode haver uma descrição padronizada e substancialmente comum, porque ela se centra num mesmo fenómeno – o infocomunicacional. Ao serem essencialmente espaços de informação e de comunicação, arquivos, bibliotecas e museus convocam uma abordagem científica unificada e substanciada nas Ciências da Comunicação e Informação (Silva, 2014; e Silva; e Ramos, 2014). Uma abordagem científica que, entre outras possibilidades teóricas, recorre à teoria sistémica e pode, assim, operar com o conceito de SI a fim de garantir um patamar crítico e integrador da complexidade e da variedade tipológica da informação, produzida e acumulada (tanto em nível bibliográfico, documental-arquivístico ou tridimensional-artefactos museográficos), assim como da complexidade e variedade de situações comunicativas e comunicacionais.

Nesta comunicação, pretendia-se o que espero tenha sido feito: uma explicação abreviada do imperativo epistemológico de uma abordagem integradora da informação-documentação bibliográfica, arquivística e museográfica. Que seja estimulante e motivadora de múltiplas e fecundas reflexões...

Referências

BRIET, Suzanne (1951). *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; e SCHOUTHEETE, Marc de (1974). *Dynamique de la recherche en sciences sociales: les pôles de la pratique méthodologique*. Paris: Presses Universitaires de France-PUF.

Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação – DeltCI. In url: <http://www.ccje.ufes.br/arquivologia/deltci/> (acesso em 30-12-2014).

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça (2008). *Dicionário do Livro: da escrita ao livro electrónico*. Coimbra: Edições Almedina. ISBN 978-972-40-3499-7.

JUSTINO, Ana Cristina Fernandes Cortes Santana (2012). *O Desafio da Homogeneização Normativa em instituições de Memória. Tese apresentada a Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Url: <http://pt.scribd.com/doc/213407188/Justino-Ana-O-desafio-da-homogeneizacao-normativa-em-instituicoes-de-memoria#scribd> (acesso em 31-12-2014).

LAMIZET, Bernard; SILEM, Ahmed (dir.) (1997). *Dictionnaire encyclopédique des sciences de l'information et de la communication*. Paris: Ellipses-Édition Marketing S.A. ISBN 2-7298-4766-9.

MARQUES, Isabel da Costa (2008-2009). O Museu como sistema de informação. *Museu*. Porto, 4ª série, 17. P. 267-290.

MORIN, Edgar (s.d). *Paradigma perdido: a natureza humana*. 5ª ed. Mem-Martins: Publicações Europa-América.

OTLET, Paul (1934). *El Tratado de la Documentación: El libro sobre el libro: teoría y práctica*. Traducción Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia. ISBN 84-7684-766-1.

SANTOS, Boaventura Sousa (1987). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento.

SILVA, Armando Malheiro da (2006). *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto*. Porto: Edições Afrontamento; CETAC. com. ISBN 971-36-0859-5.

SILVA, Armando Malheiro da (2014). As Ciências da Comunicação e Informação no espaço ibero-americano: inércia e evolução. In *Comunicação ibero-americana: os desafios da Internacionalização - Livro de Atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana* Editores Moisés de Lemos Martins & Madalena Oliveira. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. E-book. ISBN 978-989-8600-29-5. p. 471-490.

SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando (2014). As Ciências da Comunicação e da Informação: casos e desafios de uma interdisciplina. In PASSARELLI, Brasilina; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando (2014). *e-infocomunicação: estratégias e aplicações*. São Paulo: SENAC; Escola do Futuro. ISBN 978-85-396-0725-9. p. 49-77.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2002). *Das "ciências documentais" à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo formativo*. Porto: Edições Adrontamento. ISBN 972-36-0622-4.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2011). *Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação*. Recife: Néctar. ISBN 978-8560323-33-3.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2012). Documentation-Information and their paradigms: characterization and importance in research, education and Professional practice. *Knowledge Organization. International Journal*. Wurzburg, vol. 39, 2. ISSN0943-7444. p. 111-124.

Sistema de informação e documentação como eixo da planificação e da programação museais e cerne do conhecimento e da mediação de património e colecções.

Graça Filipe, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Instituto de História Contemporânea (IHC).

Resumo:

Contribuindo para a reflexão sobre centros de documentação em museus, num âmbito profissional pluridisciplinar, trazendo um tema transversal quer a profissionais de museu e aos seus usuários, quer a documentalistas, bibliotecários e arquivistas – o dos sistemas de informação e documentação – pretendo também abordar aspectos fundamentais para a programação e o funcionamento dos museus, tanto inerentes à preservação e gestão dos acervos, como à sua comunicação.

Procurarei fundamentar a necessidade de um sistema de informação para cada contexto museal.

No plano de enquadramento teórico e para além de uma proposta de definição básica, a minha abordagem concilia os termos e conceitos estruturantes que tenho utilizado principalmente na docência e na investigação aplicada ao contexto de museu, com algumas conclusões práticas extraídas precisamente daquele contexto e do trabalho levado a cabo ou partilhado com outros profissionais, de forma dinâmica, para operacionalização de programas e para a gestão de projectos de preservação e de comunicação de patrimónios e acervos, tendo em vista um universo cada vez mais amplo de usuários e de públicos.

O sistema de informação integra a documentação e o inventário museológico, mas é mais amplo e complexo. A instalação de um sistema de informação serve também como plano estratégico de integração de documentação e arquivos e de informatização das bases de dados existentes numa dada instituição.

O sistema de informação e documentação de museu relaciona acervos geridos ou relacionados com a entidade museal, o conhecimento produzido, os sujeitos e os contextos dessa produção, ligando-os ao tempo e ao espaço de criação patrimonial. O sistema de informação de museu, registando dimensões materiais e imateriais do património, detém assim um potencial quase inesgotável de articulação com outros sistemas de informação, em particular entre instituições de memória.

Finalmente enuncio algumas questões em aberto, quanto à formação, à constituição e à avaliação do trabalho de equipas e profissionais que desenvolvam programações, métodos e práticas no domínio da informação e documentação nos museus e quanto à sua relação com os alargados e diversificados usuários da informação que aquelas instituições possam comunicar.

Palavras-chave:

Sistema de informação; planificação e programação museais; acervo museal; inventário museológico; instituições de memória.

1. Introdução

O texto da minha comunicação tem por principal objectivo contribuir para a reflexão convocada, sobre centros de documentação em museus, num âmbito pluridisciplinar, trazendo um tema transversal quer a profissionais de museu e aos seus usuários, quer a documentalistas, bibliotecários e arquivistas.

Através deste contributo reflexivo pretendo também abordar aspectos fundamentais para a planificação, a programação e o funcionamento dos museus, tanto inerentes à preservação e gestão dos acervos museais, como à sua comunicação, aspectos esses que fundamentam a necessidade de um sistema de informação para cada contexto museal.

Para os profissionais de museu que estudam e gerem coleções, assim como para os investigadores, qualquer que seja o seu campo disciplinar, que usam os objetos de museu como estrutura ou recurso das suas investigações, o inventário museológico, com seu rigor científico, é insubstituível como ferramenta de conhecimento e de acesso à informação. A crescente possibilidade de aplicação das tecnologias digitais à documentação dos acervos museais e dos contextos de proveniência dos objetos que os constituem tem dado lugar a sistemas de informação progressivamente mais abrangentes, quanto à natureza das fontes acessíveis aos investigadores e aos profissionais.

Como e por quem pode ser implementado um sistema de informação de/no museu?

A criação e o funcionamento de um sistema de informação implicam a existência de um centro de documentação? Mesmo reconhecendo um nível relativamente elevado de exigências técnicas e humanas para esta dinâmica de trabalho, quais as mais-valias de um centro de documentação de museu, que importa ponderar?

2. Termos e conceitos estruturantes

No plano do enquadramento teórico, parece ser pertinente dar novos desenvolvimentos ao tema, apesar da importância que já lhe é dada por diversos grupos profissionais ligados a estudos culturais, a estudos de património e de museus (ou à museologia), às ciências da informação e, de forma abrangente, à produção de conhecimento sobre as realidades presentes e de conhecimento e acesso à informação sobre património cultural e natural.

A minha reflexão e os aspectos concretos de que trato conciliam termos e conceitos estruturantes que tenho utilizado principalmente na docência e na investigação aplicada ao contexto de museu, com a experiência e algumas conclusões práticas extraídas precisamente deste contexto e do trabalho levado a cabo ou partilhado com outros profissionais. Gostaria de

ressaltar as mais-valias que a constituição, desenvolvimento e qualificação do Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal trouxeram ao meu trabalho ao longo de muitos anos, principalmente no que se relaciona com a investigação, o estudo e a divulgação de património e com a comunicação expositiva.

Parece-me fundamental reconhecer que, no contexto de museu, qualquer trabalho assume contornos dinâmicos, dependendo das prioridades e do tipo de programas a operacionalizar e de projetos a gerir - projetos de preservação de patrimónios e acervos; e projetos de comunicação, tendo em vista um universo cada vez mais amplo de usuários e de públicos, que é nossa ambição alcançarmos, em particular através dos meios digitais que atualmente podemos ter à nossa disposição.

No entanto, considero imprescindível que todo o trabalho de museu - as atividades desenvolvidas pelo museu - decorram de planificação e de programação museológicas específicas e inerentes à razão de ser (missão) dessa unidade ou sistema museal, independentemente da tutela, da dimensão das coleções ou acervo, enfim, do número de membros da sua equipa técnica e do modelo de gestão em que se enquadram.

Um dos aspetos a destacar, com respeito a esta problemática - implementação de centros de documentação e de sistemas de informação - é que a programação museológica deverá responder a necessidades muito bem identificadas e conhecidas pela equipa do museu, em cada contexto social e patrimonial, através de um adequado modelo de gestão, de ponderação e equilíbrio, específico para cada entidade museal, entre os eixos funcionais de preservação e de comunicação.

Ao definir e identificar os meios e os processos de produção e de circulação de informação, o modelo de gestão (digo: gestão museal) é delineado para estruturar o funcionamento do museu e simultaneamente prever uma equipa profissional, com a formação e os perfis de competências que conduzam e operacionalizem os vários programas.

É assim importante que a configuração e perfil funcional do museu estejam plasmados em serviços (áreas, secções, departamentos ou qualquer outro tipo de unidade de gestão que se adote) equipados, instalados e com planos de atividades não só exequíveis (do ponto de vista dos meios e dos prazos), como também sujeitos a avaliação.

Como sabemos, um modelo de gestão define-se em função dos instrumentos de gestão e dos órgãos de gestão (sendo uns inerentes à estrutura organizacional hierárquica, principalmente dependentes do tipo de tutela e seu quadro legal; e sendo outros órgãos de gestão fundamentalmente de carácter científico e técnico, não hierárquicos). Ora, entre os instrumentos de gestão, destacam-se o programa museológico - ou programas - e o sistema de informação do museu.

Considero o sistema de informação um dos eixos da planificação e da programação museológicas e creio que pode ser o cerne do conhecimento e da mediação de património e das coleções (em sentido lato) de um museu.

Designo por sistema de informação o um conjunto de elementos - documentos - e de processos - apoiados num plano e em procedimentos normalizados - que o museu detém, portadores de dados e potenciadores de informação que os tornam relevantes como objeto de investigação e de co-

nhhecimento, utilizáveis em contexto museal, matéria-prima para interpretação e para comunicação.

Entre esses documentos e entre os dados para informação que contêm, deverá existir uma coesão interna e uma unidade de propósito, relacionadas com a missão, com as funções do museu e com a sua vocação, tendo por objetivo a relação dinâmica com os usuários e os públicos.

O sistema de informação integra a documentação e o inventário museológico, mas é mais amplo e complexo. Num sistema de informação podem coexistir e habitualmente coexistem diferentes bases de dados, hoje em dia tendencialmente digitais.

3. Sistema de informação - sujeitos, método e operacionalização em contexto museal

O sistema de informação e documentação do museu relaciona acervos geridos ou relacionados com a entidade museal, o conhecimento produzido, os sujeitos e contextos dessa produção, ligando-os ao tempo e ao espaço de criação patrimonial.

O sistema de informação de museu, registando dimensões materiais e imateriais do património, detém assim um potencial quase inesgotável de articulação com outros sistemas de informação, em particular entre instituições de memória.

Definir e instalar um sistema de informação, mesmo quando se trata de uma operação relativamente autonomizada de outras vertentes de programação museológica, pode servir também como plano estratégico de integração de documentação e arquivos e de informatização das bases de dados existentes numa dada instituição.

A utilização de diferentes suportes ou programas informáticos para a digitalização das coleções não deveria já constituir um problema de fundo, mas de facto creio que ainda nos confrontamos com dificuldades significativas no momento de ser tomada essa decisão. O principal problema poderá até ser o da aquisição propriamente dita, quer pelos custos do *hardware* e do *software* em questão, quer pela constituição e composição de equipas técnicas profissionais nos museus. As equipas deveriam ter uma afetação estável, para se tornarem produtivas para este tipo de projectos e desde logo que possam receber a formação necessária, actualizada e suficiente para conferir eficiência à gestão da informação, desde a sua produção e uso interno, ao seu acesso público - quer para uso de outros profissionais e de investigadores, quer para utilizadores com os mais diversos motivos de interesse pelas coleções e patrimónios museais.

Referi-me a dois aspectos sem dúvida importantes - as ferramentas de registo e de gestão digital e os recursos humanos, mas têm de ser enunciadas algumas das que creio serem condições basilares para a conceptualização e a definição de um sistema de informação de museu ou sistema documental, na óptica da programação museológica e remetendo para o contexto ora de criação de um novo museu, ora de inovação ou de qualificação de práticas de uma dada instituição museal.

O sistema de informação é a meu ver um instrumento e um processo indispensável para a preservação do acervo e abarcando todas as operações inerentes à sua incorporação, passando por registo, inventário e cataloga-

ção, pela conservação e pelo estudo ou projetos de investigação, base de interpretação, comunicação e mediação.

Volto porém a enfatizar a necessidade de linhas e instrumentos programáticos solidamente definidos e conhecidos de toda a equipa técnica, para que esta possa ter um papel ativo e assumir colaborativamente as tarefas de planificação de atividades e de avaliação interna.

São importantes todos os termos e elementos de programação museológica, consagrados, recorde-se, na Lei-Quadro dos Museus Portugueses¹, desde a missão, vocação e objetivos, a política de incorporações, aos programas de coleções, de comunicação expositiva e não expositiva ou de divulgação, entre outros.

Na origem das principais dificuldades em implementar um sistema de informação de museu, desde logo pela ausência de um plano de inventário ou de digitalização de inventários pré-existentes, encontra-se o défice de uma equipa técnica atribuída às funções de preservação do acervo, que desenvolva com regularidade e em períodos de tempo que permitam dar sistematização, rentabilidade e produtividade ao trabalho documental, de tratamento das fontes de informação (coleções tridimensionais, fundos documentais ou arquivos) e de produção de bases de dados - para estudo, para gestão de acervos e para divulgação.

Para a definição de métodos e planos de trabalho neste domínio é tão importante contar com profissionais de museu entrosados com as coleções e conhecedores da missão, objetivos e vocação da entidade museal, como com técnicos experientes e que desenvolvam competências na área informática, e ainda com profissionais formados em ciências da informação.

A mais-valia de constituição de um centro de documentação no museu está mais do que demonstrada por várias práticas e pode ser avaliada comparando experiências e realidades diferenciadas. Refiro-me, naturalmente, a centros de documentação estruturados e com um funcionamento gerido por técnicos com formação adequada. Dessa avaliação importará tirar ilações em relação à produção da informação e ao acesso à informação - internamente e externamente à instituição museal.

O inventário museológico, que faz parte e tem uma importância crucial no sistema de informação e documentação, deve estar intimamente relacionado com as outras vertentes do programa de acervo/coleções. O inventário é ao mesmo tempo ferramenta e método de trabalho transversal às funções que o museu implementa, para as quais se definem objetivos e nas quais se empregam recursos humanos e tecnológicos, que operacionalizam o trabalho de museu. Este trabalho, na diversidade, multiplicidade e especificidade de ações e de tarefas, visa cumprir, da melhor forma possível, a missão ou razão de existência do museu. Esta razão de existir, implícita ou explícita, reflete diretamente o acervo incorporado e gerido. Para que o museu seja socialmente sustentável, precisa de fazer evoluir a sua missão - e a programação museológica - para responder dinamicamente aos problemas do seu tempo, dos seus usuários, dos seus públicos.

¹ Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto - Lei-Quadro dos Museus Portugueses. D.R. nº 195/2004 I Série A

Como sabemos, de acordo com a Lei-Quadro já referida, o inventário e documentação elenca-se entre as sete funções museológicas e «Os bens culturais incorporados são obrigatoriamente objeto de elaboração do correspondente inventário museológico».

O inventário museológico tem funções complementares que o tornam uma ferramenta e um método de trabalho imprescindível ao museu: função administrativa, função científica, função documental e de gestão.

Os procedimentos básicos de inventário em vigor nos museus reportam a normas estabelecidas pelo menos desde 1945, no âmbito do Conselho Internacional de Museus (International Council of Museums - ICOM) e foi a partir dessa base normativa que foram desenvolvidos os princípios e os requisitos, nomeadamente aqueles que continuamos a aplicar nos atuais sistemas documentais de museus, cada vez mais complexos graças à sua integração/articulação com outras áreas disciplinares, científicas e tecnológicas. Nunca acho demais recordar estes aspetos e sublinhar o papel e os recursos que se encontram à nossa disposição através do Comité Internacional do ICOM para a Documentação (CIDOC) ².

Do que se conhece da realidade dos museus portugueses (mesmo de uma parte dessa realidade com melhores parâmetros qualitativos, associados à credenciação), será pertinente e justifica-se que se continuem a estabelecer metas e planos de inventário. Creio que tal aconselha o estabelecimento de metodologias próprias, em cada contexto museal/patrimonial, de diagnóstico, identificação de problemas e seleção de prioridades. Algumas serão até de carácter estrutural, como no caso de museus que não disponham nem de política de incorporações, nem de programa de colecções (contemplando as funções museológicas ativadas na instituição ou para que se possa recorrer a parcerias e a projetos em rede).

No âmbito e seguindo a lógica da metodologia de diagnóstico, é fundamental a identificação de públicos, utilizadores e níveis de acesso prioritários, assim como dos principais recursos de informação existentes ou potenciais pelo funcionamento e actividades do museu.

Para além de todo esse trabalho de diagnóstico e de planificação do trabalho de registo, inventário e documentação, é fulcral, para a implementação de um sistema de informação, que sejam elaborados instrumentos e normas de gestão adequados aos objetivos, nomeadamente manuais de procedimento, com uma inerente capacitação de toda a equipa.

A importância da digitalização das colecções é outro aspeto consensual, até pelo facto de que as várias tarefas e processos associados à digitalização das colecções incrementa a multidisciplinaridade e o trabalho em equipa.

Sabemos, porém, as carências de inúmeras instituições neste campo. Assim como os inúmeros problemas inerentes à constituição de bases de dados digitais, em particular a preservação digital.

Por isso vale a pena lembrar que o custo humano e financeiro, inerente aos equipamentos e meios tecnológicos requeridos por um projecto de digitalização e difusão em linha das colecções de um museu pode ter um retor-

² São diversos os recursos disponíveis em linha, no website do ICOM-CIDOC.

no muito mais rápido e seguramente mais relevante, em termos de acesso público, que outros investimentos por vezes mal avaliados, como acontece com exposições temporárias ineficazmente divulgadas ou publicações que servem um número muito restrito de leitores que beneficiam da sua distribuição.

Talvez se deva ainda colocar seriamente a questão, em termos de cultura institucional dos museus, da preparação dos principais decisores e dos próprios profissionais para a flexibilidade e fluidez ³ do universo digital.

4. Considerações finais

Procurei valorizar no meu texto a importância e necessidade de uma gestão sistematizada da informação produzida e utilizável a partir dos museus, tentando salientar que «a documentação é a espinha dorsal do museu», como escreveu Andrés Usillos ⁴.

Poderia finalmente voltar às questões que de certa forma fui tocando e deixando em aberto, quanto à formação, constituição e avaliação do trabalho de equipas e profissionais que desenvolvam programações, métodos e práticas no domínio da informação e documentação nos museus e quanto à sua relação com os alargados e diversificados usuários da informação que aquelas instituições possam comunicar. Por um lado, considero necessária a integração nos museus (ou no trabalho de museu) de técnicos das ciências da informação. Assim como a perspectiva (e prospectiva) de instituições híbridas – com coleções museais, arquivos e bibliotecas. Também me parece indispensável a alfabetização museal no seio das ciências de informação.

Em muitos casos e por demasiado tempo têm sido subestimados os arquivos de museus. Penso que não apenas por falta de recursos, mas também porque aos olhos de muitos profissionais os arquivos não conseguem competir com as coleções. Refiro-me aos arquivos propriamente ditos, no sentido e com a distinção usada por Marie Anne Chabin e por Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes ⁵: os documentos «de nascença» (arquivos), enquanto os de museu são documentos «de batismo», pois o seu estatuto foi-lhes conferido por representatividade histórica, estética ou outra, a posteriori a sua origem.

Um aspeto que quase não referi, mas que deveria ser igualmente equacionado, é o da documentação do intangível (ou do património imaterial) e respetivo acesso à informação. Pensarei em retomá-lo noutra ocasião.

³ Citamos os termos usados por Deborah Whyte, quando se questionava também quanto a este tipo de desafio tecnológico, enquanto coordenadora dos arquivos digitais do Museu de Brooklyn (2009, I Seminário Internacional de Arquivos, Museus e Pesquisa, organizado pela Universidade de São Paulo).

⁴ Andrés Gutiérrez Usillos. 2010. *Museologia y documentación. Criterios para la definición de un proyecto de documentación en museos*. Gijón: Ediciones Trea S.L., p. 135.

⁵ Marie Anne Chabin e Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes apud Ana Maria de Almeida Camargo. 2010. *Arquivos de Museus* In Magalhães, A.G. (org), *Atas do I Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa*, 9 e 10 de novembro de 2009. São Paulo:MAC/USP, pp. 23-24.

Há perguntas que se deveriam fazer em cada museu, colaborativamente entre os seus técnicos e entre estes e as entidades científicas parceiras (por exemplo ao nível de cursos de mestrado, em diversos domínios disciplinares):

- Sabe-se que acervos estão por registar ou por inventariar e por digitalizar?
- Há um plano para esse trabalho - nomeadamente que tratamento documental e de conservação requerem, quantitativa e qualitativamente, para se tornarem acessíveis aos diferentes tipos de interessados (públicos)?
- Existe um diagnóstico sobre qual o contributo de cada museu, através das suas coleções, para uma ou várias áreas de desenvolvimento científico disciplinar, caso se reunissem os meios e recursos para um projecto sustentado?
- Há um plano e estão identificados meios para ampliar o acesso e a comunicação digitais do património, por exemplo como alternativa temporária à falta de recursos para a comunicação expositiva?

E, dirigida principalmente às associações de profissionais, às instituições de ensino – ciências de informação, museologia, principalmente - e às tutelas de museus, podíamos colocar a questão de que redes de conhecimento foram ou estão a ser constituídas para melhorar a rendibilidade dos sistemas de informação já implementados ou em vias de serem criados?

Lisboa, 31 de outubro/20 de dezembro de 2014.

Gestão, organização e representação da informação nas instituições de memória: Identificar para integrar

Cristina Cortês, Paula Moura
Universidade de Aveiro

Resumo

A necessidade de aceder à informação de forma rápida, eficiente e eficaz tornou-se, nos dias de hoje, um requisito essencial. Deste modo, às organizações é exigida uma abertura para a mudança assim como a disponibilidade para implementar uma visão estratégica que proporcione uma vantagem competitiva no mercado em que atuam.

Quando se tenta projetar esta problemática para as instituições culturais/memória, os problemas ganham a mesma importância, uma vez que, independentemente do objetivo e da missão da organização, tem de estar bem definido nos seus objetivos o papel da informação, face ao digital e aos desafios que este coloca.

O recurso às tecnologias de informação e comunicação, à Internet em geral e a web 2.0, em particular na sua dimensão participativa/colaborativa, vieram acelerar todos os processos de transformação, na medida em que, evidenciaram novas formas de trabalho e de disseminação da informação, com alterações no modo como lidamos com a mesma.

A par desta realidade, a web 2.0 trouxe uma filosofia muito ligada à participação, à cooperação, dinamizando a expressão da inteligência coletiva e a democratização no acesso, produção e partilha de informação, tendo a *Internet* como plataforma.

Neste contexto, se por um lado a informação disponibilizada pelas instituições de memória, em suporte digital cresceu exponencialmente, por outro lado, a organização, a representação da informação continua a ser realizada de forma similar às adotadas em décadas transatas, no que ao tratamento das diferentes tipologias de informação diz respeito (biblioteca, arquivo, museu).

Assim, tornou-se essencial questionar a necessidade da existência de todas estas normas, dada a sua multiplicidade e variedade, os seus diferentes usos e adoções para cada instituição/organização cultural. Falar de sistemas de informação harmonizados neste contexto será igualmente um foco muito importante nesta apresentação, dada a necessidade constante de facilitar o acesso aos recursos de informação custodiados nestas instituições, interligá-los, enriquecê-los, utilizá-los, sem nunca perder a sua integridade e o seu contexto. Aqui falamos de interoperabilidade, em metadados, na sua representação, com base em modelos concetuais e nas normas de representação de dados na *web* semântica.

Assim, o objetivo deste trabalho é partilhar uma reflexão, sobre o recurso à gestão da informação nas organizações culturais, dando especial enfoque na identificação das diferentes tipologias documentais, na sua normalização, tratamento, acesso e disponibilização de informação, com recurso ao digital, proporcionando, assim, uma melhor organização da sua oferta.

Enquadramento

A necessidade de aceder à informação em tempo útil, de forma eficaz e eficiente por parte das organizações, obriga-as a um repensar e reajustar das suas estruturas e processos de negócio, sob pena de se tornarem obsoletas e perderem o foco da sua vantagem competitiva no mercado.

Assim, torna-se essencial a adoção de metodologias e técnicas de trabalho que potenciem a melhor utilização da informação, com vista à concretização efetiva dos seus objetivos.

O recurso às tecnologias de informação e comunicação vieram auxiliar este processo e criar oportunidades de investimento para as organizações. Mas, o fator chave de integração de todo o manancial informativo contido nas mesmas, só será possível se se pensar na organização como um todo (sistema) composto por várias partes, que têm necessidades de informação diferentes e que, no decurso das suas atividades precisa de dar resposta aos problemas de forma expedita.

A massificação do uso da *Internet* - novo instrumento de comunicação - veio revolucionar e tornar mais ágeis os hábitos de trabalho, por um lado, na medida em que facilita as atividades relacionadas com o tratamento, organização e descrição das coleções, facilitando a realização deste processo de forma mais expedita. Por outro lado, veio criar novas necessidades, de relacionar, de interligar e criar mais relações entre as coleções, fruto das exigências sentidas, quer do profissional do museu, quer dos seus visitantes e utilizadores.

A adoção de uma política digital, por uma via de acesso integrado à informação, viria assegurar a qualidade da informação que é produzida, bem como o seu tratamento, recuperação e acesso, de forma segura, protegida e controlada. Com base nestas premissas já se realizaram inúmeros projetos associados à digitalização de acervos/coleções promovendo assim a democratização no acesso, produção e partilha de informação, tendo a *Internet* como plataforma.

No entanto, a organização e a representação da informação eletrónica, continuam a ser praticadas de forma similar à informação disponível em suportes tradicionais. Neste cenário, tornou-se questionável a necessidade da coexistência de diferentes normas para efetuar a organização e a representação de informação no digital. No fundo, poder-se-á pôr em causa a necessidade desta multiplicidade de normas, num cenário onde diferentes sistemas de informação partilham os mesmos objetivos na altura da recuperação da informação.

Neste sentido, um utilizador, quando efetua uma pesquisa, num cenário digital, não é relevante a origem da mesma, ou seja, se provem de um arquivo, de uma biblioteca ou de um museu mas sim ter acesso à informação que pretende, de forma a satisfazer as suas necessidades informacionais (Kirchhoff, Schweibenz, & Sieglerschmidt, 2008).

Efetivamente, arquivo digital, biblioteca digital, repositório digital e museu Virtual incluem na sua génese sistemas de informação, na medida em que todos os sistemas reúnem informação social, concebida pela ação humana, materializada sob a forma eletrónica e passível de ser comunicada de forma assíncrona, síncrona e multidirecional. Todavia, os sistemas de informação que têm a *internet* como plataforma, por si só, não são autónomos. De facto, estes estão intrinsecamente ligados e dependentes das instituições de memória a que pertencem e foram desenvolvidos para comunicar a memória cultural dessas instituições. Esta ligação estreita esteve na génese do aparecimento de variados termos e, em concreto, os conceitos mais comumente usados e conhecidos de: arquivo digital, biblioteca digital, repositório digital e museu virtual.

Informação em museus: uma abordagem pela gestão

Quando se fala em informação associada aos museus não se poderá somente pensar naquela que está associada e contida nas coleções, ter-se-á de abordar outras cambiantes: a informação bibliográfica contida nos museus, que apesar de ser tratada e estar acessível através de sistemas de informação próprios, a sua integração e a relação direta com a informação/objeto museológico é, na maior parte das vezes, omissa; e a informação administrativa, que documenta e atesta a existência da instituição e respetiva atividade, cuja produção e crescimento têm obedecido a critérios mais ou menos subjetivos.

Em organizações como museus há necessidade de fazer uso de diferentes tipos de conhecimento para o exercício das atividades, daí haver necessidade de ter acesso a várias tipologias e formas de informação. Não só se torna relevante a consciência do significado da informação, mas igualmente perceber e identificar quem são os seus utilizadores e potenciais interessados, de maneira a estabelecer formas de contacto para acesso e uso da informação (Orna & Pettit, 1998, p. 19).

Dadas estas características, a ideia de identificar e definir o que é informação no contexto de uma organização não se apresenta como uma tarefa simples. Grande parte das discussões sobre sistemas de informação, recursos de informação, tecnologias de informação, entre outros, partem do pressuposto que todos conseguem identificar o que é realmente informação e de que esta representa um dado adquirido, no que ao seu entendimento diz respeito, indiscutível, por isso, e sem margem para dúvidas.

Mas a experiência relata algo diferente, a ver pelas respostas que muitos gestores de empresas dão quando questionados sobre o que a informa-

ção significa para eles. Tendencialmente estas respostas têm um enfoque muito grande na sua componente tecnológica, valorizando de seguida as questões de cariz financeiro e, secundarizando, de forma improvisada, o objeto da questão. Aqui está bem patente a dificuldade em se atingir um consenso na sua definição, na medida em que estarão sempre presentes as experiências pessoais de cada um, aportando para uma realidade específica, por um lado, e, por outro, o desconhecimento em reconhecer o que é realmente informação, dado que poderão lidar com ela diariamente mas não a identificar como tal (Orna & Pettit, 1998).

Numa tentativa de esclarecimento desta importante etapa, no processo de gestão de informação de uma organização, será igualmente importante ter presente a noção de que a tendência de acumulação de informação numa organização é condição incontornável e de que, independentemente da sua proveniência (resultado da sua atividade ou a recursos externos), o processo de recolha de informação, para a satisfação das necessidades internas, terá de ser feito de acordo com regras, conhecidas e aceites por todos os membros. Rotina contabilística, política geral da empresa, procedimentos internos padrão, regulamentações emanadas de entidades superiores (ex. Governo) são excelentes exemplos no auxílio ao estabelecimento de regras, relativamente ao tipo de informação que interessa, onde procurá-la e como extraí-la (Choo, 2003, pp. 65-66).

Numa perspetiva de organização museológica poder-se-á olhar para o museu, como um armazém dividido em três níveis, sob a perspetiva da informação e do conhecimento, sendo que, num primeiro patamar, teremos aquela informação com a qual nos deparamos aquando da entrada numa instituição desta natureza, o acervo, a coleção. Esta traz consigo uma série de informação associada ao objeto, desde a sua composição física, proveniência, produção, função, datas associadas, entre outras (segundo patamar).

Da aglutinação de informação, que é representativa do trabalho de bastidores e do conhecimento dos profissionais que zelam pelas coleções, apresenta-se-nos o terceiro patamar. Aqui, os profissionais buscam recursos de informação que suportem o seu conhecimento e sua posterior materialização na forma de produtos que, numa última fase, prestarão serviço no auxílio à interpretação das coleções por parte do visitante, através das legendas dos objetos, dos catálogos, das informações interativas de ajuda, do esclarecimento, etc. (Orna & Pettit, 1998, p. 25).

Pensando nesta visão museológica, mas sob uma perspetiva correlacional e de circuito informacional, o percurso da informação realizado dentro de uma organização exige o conhecimento das fontes, dos serviços e dos sistemas, do seu ciclo de vida e adoção de critérios de qualidade, a definição das tarefas e o papel de cada elemento da instituição na gestão da informação. Assim, a estruturação do fluxo de informação, desde a sua entrada, ou criação, passando pela sua utilização, definição de repositórios de armazenamento temporário e permanente permitirão ajustar as políticas de gestão com o ciclo de vida da informação (Ponjuán Dante, 2007, pp. 30-31).

Tentando perceber todo o processo de tratamento inerente a uma peça museológica, desde a sua entrada no Museu, passando por todo o processo administrativo, de descrição, de conservação e de colocação em reserva ou de exposição. Aqui apenas estamos a enunciar as tarefas mais importantes dentro do processo de tratamento do objeto/colecção, tarefa de assaz relevância, tendo em conta a necessidade de controlo de informação e de posterior recuperação, acesso e utilização da mesma pelos diferentes utilizadores. Desde a entrada de um objeto ou colecção num museu, seja a título de empréstimo ou permanente, é acionado todo um mecanismo de agregação de informação, onde são inseridos dados relativos à sua procedência, estado de conservação e tratamento, armazenamento, exposição, entre outras (Peset Mancebo, 2002, p. 108).

A diversidade de informação

Dada a variedade de fontes informação que poderão ser identificadas no processo de recolha e aquisição (fontes internas e externas, formais e informais), torna-se essencial uma boa gestão da mesma, através da implementação de estratégias de seleção e avaliação das fontes. “A seleção e a utilização de fontes de informação têm de ser planeadas, controladas e avaliadas tal como qualquer outro recurso vital da organização” (Choo, 2003).

Alguns exemplos de fontes de informação de uma organização são: as fontes documentais; as pessoais e as institucionais. Podemos partir desta definição, tendo em conta o tipo de organização, para identificar as diferentes fontes de informação. Para além das enunciadas poderão ainda ser consideradas as fontes materiais e até os próprios serviços de informação (Ponjuán Dante, 2007, p. 23).

Fontes Documentais	Fontes Pessoais	Fontes Institucionais
Planos de trabalho Relatórios financeiros Faturas Livros Documentos oficiais	Especialistas (<i>expert</i>) Consultores Investigadores Bibliotecários Analistas	Bibliotecas Arquivos Imprensa Instituições financeiras Associações profissionais

Quadro 1 – Exemplo de fontes de informação típicas de organizações
(Ponjuán Dante, 2007, p. 24)

Aqui pode constatar-se que a informação provém de fontes internas (documentos produzidos no exercício de uma atividade) e de fontes externas (documentação bibliográfica, publicações periódicas, normas e legislação, documentação produzida no âmbito de eventos – conferências, por exemplo – formação profissional, entre outras), que servirão de apoio à documentação e estudo das coleções, com vista a uma melhor comunicação com o seu público, através da disseminação de informação veiculada a partir das exposições e programas educativos que enceta (Ponjuán Dante, 2007, p. 23).

As fontes internas serão aquilo que os arquivistas chamam de documentos de arquivo. Documentos que sejam produzidos naturalmente como prova e que constituem testemunho da gestão de uma organização, família ou pessoa e, que por acumulação, se transformam no fundo documental que constitui o arquivo dessa mesma entidade. Documento de arquivo, serão todos os documentos produzidos e recebidos por uma pessoa ou organização, no exercício da sua atividade com vista ao cumprimento dos seus fins, objetivos, sendo para o efeito conservados como prova e informação (Herrera, 2007, pp. 23-95).

De acordo com a Direção-geral do Livro, do Arquivo e das Bibliotecas (DGLAB), um documento de arquivo é:

"Unidade estruturada de informação registada, produzida e/ou recebida por uma pessoa ou organismo no decurso das suas atividades, e que possua suficiente conteúdo, contexto e estrutura para fazer prova dessas atividades." (Portugal. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Barbedo, Gomes, & Henriques, 2000)

A gestão eficaz da informação exige não só o conhecimento das fontes de informação, dos serviços e sistemas de informação existentes, mas também o seu ciclo de vida e critérios de qualidade, ou seja, terá de existir uma definição clara da política de gestão da informação e qual o papel de cada um neste processo.

Nesta dinâmica de circulação da informação, categorizam-se pessoas criadoras, geradoras, recetoras de informação e aquelas que apenas controlam formas de armazenamento da mesma. Numa perspetiva de maior relação com a informação englobam-se também as pessoas que lidam com a informação sob o ponto de vista de utilizadores, processadores, distribuidores ou gestores de informação.

Partindo destas considerações deve ter-se presente a importância da definição de fluxo da informação dentro da organização, desde a sua criação até à utilização final, enunciando locais de armazenamento temporários e definitivos, tipificando todos os seus passos dentro da cadeia informacional, desde formas de circulação, armazenamento, análise e reavaliação do fluxo, de forma a otimizar os processos (Ponjuán Dante, 2007).

Inerente a todo este processo está a determinação de prazos de conservação e de eliminação da documentação – ciclo de vida da informação. Esta operação é importante na medida em que define o tempo de vida médio de cada tipo de informação que é criada e integrada na organização. Este processo será sempre reavaliado e reajustado à dinâmica da organização, de forma a operar segundo bases reais.

A definição dos tempos médios de vida para cada tipologia de informação que é criada ou integrada na organização, é resultado de um trabalho de tipificação das fontes, de serviços e sistemas, para posteriormente se proceder a uma análise e apurar da sua importância e uso da mesma nos processos gerais da organização (Ponjuán Dante, 2007).

Sob uma perspectiva arquivística, esta tarefa fica mais facilitada no que diz respeito às fontes internas (informação produzida no exercício da atividade da organização), se agregado ao plano geral de gestão de informação da empresa estiver consagrado um plano de gestão documental, que irá acompanhar desde a produção do documento até ao seu destino final.

Aqui, com a definição das funções da organização, a normalização dos procedimentos e o desenho do fluxo de informação, poder-se-á racionalizar a produção documental e evitar documentos desnecessários (duplicados, versões, etc.) que imputam grandes custos às organizações, no que ao armazenamento diz respeito, aumentando assim a eficácia e a eficiência no uso dos mesmos.

A gestão documental irá igualmente partir do estudo da organização para atribuição de uma classificação da informação produzida, de acordo com as funções e serviços existentes, incluindo sistemas de identificação, formatos de representação da informação, formas de preservação, conservação e eliminação de documentos, controlo e garantia no acesso continuado aos documentos, prevendo e agilizando a possível obsolescência dos suportes, entre outras. O grande objetivo será assegurar a segurança jurídica, a transparência da administração e os direitos dos cidadãos (Heredia Herrera, 2007).

Sobre a perspectiva museológica e dada a “malha” de informação (entendida como o fluxo de informação que resulta da atividade do museu e das suas relações com o exterior e os seus utilizadores) que circula e o conhecimento necessário para potenciar esta informação e a tornar em ação concreta, torna-se assim essencial identificar as diferentes tipologias e centros produtores, para a articular e gerir de forma integrada, estabelecendo as relações necessárias entre a mesma, quer se trate de informação sobre as coleções, sobre os visitantes ou sobre alguma tecnologia multimédia, uma vez que, toda ela tem um papel representativo, num todo que é o museu e nas suas metas e objetivos a alcançar (Orna & Pettit, 1998).

A gestão da informação no Museu obriga assim que se tenha conhecimento sobre: os diferentes tipos de informação que se utilizam na organização; o fluxo de informação, a partir da representação dos processos através dos quais a informação circula; o ciclo de vida da informação e o nível de conhecimento das pessoas sobre a gestão da informação, por outras palavras, a sua cultural informacional.

Cenário atual na organização e representação da informação, nas instituições de memória

Considerando que a *Internet* é “o maior repositório de informação a nível mundial” (Pereira, 2006, p. 12), a procura e recuperação da informação nela contida, torna-se uma tarefa árdua de realizar, mesmo quando se efetua através dos motores de pesquisa, como é o caso do *Google*. Vários organismos uniram esforços para uniformizar a metainformação, ao nível

do utilizador final, com o objetivo de potencializar a pesquisa e recuperação da informação e, a nível organizacional, para a troca de informação apenas possível pela interoperabilidade. Mas como se encontra atualmente o cenário na organização e representação da informação, nas instituições de memória? Tomemos como dimensão de estudo a identificação e descrição, compreendidas pelas variáveis de descrição/catalogação/inventário, indexação, controlo de autoridade bem como formatos, e cruzemo-las com as diferentes Instituições de Memória (Arquivo, Biblioteca e Museu).

Descrição/catalogação/inventário

A identificação e seleção da informação, assim como a criação dos pontos de acesso, são efetuados através do processo de catalogação, na Instituição de Memória, Biblioteca, pela descrição arquivística, na Instituição de Memória, Arquivo, e pelo inventário museológico, na Instituição de Memória Museu. Apesar das diversas Instituições de Memória apresentarem diferentes terminologias, os objetivos gerais são os mesmos.

Na Instituição de Memória, Arquivo, a norma comumente usada para a descrição do seu acervo é a ISAD(G). A ISAD (G) “estabelece orientações gerais para a descrição arquivística” (ICA, 2002, p. 9) incidindo o seu foco na proveniência da informação. Reflexo deste facto, o tratamento da informação é efetuado do Geral - o fundo - para o Particular, - documento -, em níveis sucessivos, refletindo a estrutura hierárquica da proveniência da informação. Para ajudar na realização “desses objetivos as regras identificam e definem vinte seis (26) elementos, que podem ser combinados para constituir a descrição de uma entidade arquivística” (ICA, 2002, p. 10).

A Instituição de Memória, Biblioteca, decorre todavia a outra norma, a ISBD consolidada. Esta tem como principal objetivo fornecer “(...) consistency when sharing bibliographic information” (IFLA, 2010, p. V). Para tal, estabelece quais os elementos, respetiva sequência e pontuação, que devem figurar no registo bibliográfico para identificar univocamente as manifestações, em qualquer país e em qualquer língua.

Tendo em conta o primeiro ponto da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação sobre os “(...) dados criados por bibliotecas, arquivos, museus e outras comunidades” (IFLA, 2009, p. 2) a ISBD consolidada sofreu, em 2010, uma revisão. No entanto, esta revisão ficou um pouco aquém das expectativas principalmente por não introduzir conceitos do modelo concetual FRBR-ER¹. A grande mudança consistiu na adição de mais uma zona, a zona 0, às já existentes oito (8) zonas. Para cada zona existem elementos Mandatários (M), Condicionais (C) e Opcionais (O).

¹ De acordo com a terminologia utilizada pelos FRBR e apontada pelos “Princípios Internacionais de Catalogação”, os registos bibliográficos devem refletir as manifestações (IFLA, 2009, 2010).

Na Instituição de Memória, Museu, apontamos como referência duas normas seguidas na inventariação das peças: o ICOM Handbook of Standards e o CCO.

ICOM Handbook of Standard

O ICOM - Handbook of Standard, (1996) é um recurso disponível na *Internet* que resultou de um esforço conjunto entre o CIDOC - International Committee for Documentation da ICOM - The International Council of Museums juntamente com sete museus africanos. De acordo com o ICOM, para além de permitir efetuar um inventário do património existente em África, o recurso tinha também como objetivo preparar as instituições e desenvolver as competências dos profissionais africanos para o contexto internacional. É composto por 4 (quatro) zonas: zona 1 - Object management; zona 2 - Object description; zona 3 - History of the object e a zona 4 - Documentation, divididos pelas áreas das Humanidades e das Ciências Naturais.

CCO

O CCO - Cataloguing Cultural Objects foi desenvolvido pela VRA - Visual Resources Association (2006), com o objetivo de, internacionalmente, promover e divulgar as boas práticas, na catalogação de recursos visuais, pelas comunidades das bibliotecas, arquivos e museus. Está dividido em duas grandes áreas: uma em que determina os elementos a figurar no registo e uma outra que aborda as autoridades. É na primeira parte que são referenciados os requisitos mínimos para a identificação de uma obra e na segunda parte os requisitos mínimos para as autoridades, como se pode observar pelo Quadro 1 (Baca et al., 2006) ².

² Grande parte da obra *Cataloging cultural objects : a guide to describing cultural works and their images* encontra-se disponível no portal CCO - Cataloguing Cultural Objects. [Consul. 25 out. 2014]. Disponível em WWW:<URL: <http://cco.vrafoundation.org/>>

CCO (required)				
Pt1_Elements	Pt2_Authorities			
Artifact description	Personal and corporate name authority	Geographic place authority	Concept authority	Subject authority
Work type	Names (preferred, alternates, and variants)	Names (preferred, alternates, and variants)	Terms (preferred, alternates, and variants)	Names (preferred, alternates, and variants)
Title	Display biography	Broader context	Broader context	Broader context
Creator display	Birth Date (Start date for corporate bodies)	Place type	Note	Related keywords
Role	Death Date (End date for corporate bodies)	Sourcesw	Sources	Related subjects
Creation date	Nationality (National affiliation for corporate bodies)			
Subjects	Life roles (functions for corporate bodies)			
Current location	Sources			
Measurements				
Materials and techniques display				
View description				
View type				
View subject controlled				

Quadro 1 - Elementos mínimos do CCO
Fonte – Adaptado de Baca et al. (2006)

Após a apresentação das normas utilizadas na descrição/catalogação/inventário tomemos o nosso foco na Indexação.

Indexação

A seleção dos pontos de acesso que caracterizam o conteúdo de uma dada Unidade de Informação é efetuada através da sua análise e representada pela linguagem de indexação ³.

³ As linguagens de indexação têm como objetivo “normalizar” as diferenças semânticas provenientes da Linguagem Natural (Hutchins, 1978).

A linguagem de indexação é uma condensação e simplificação da linguagem natural. É uma linguagem convencional, controlada, intermediária entre a informação e o utilizador. É considerada como sendo um sistema de representação do conteúdo dos documentos e das perguntas do utilizador, destinado a facilitar a pesquisa da informação. É formada por um conjunto de termos de indexação, organizados conforme o tipo de linguagem utilizada.

A principal característica da linguagem de indexação é o controlo terminológico, que permite a representação dos conceitos identificados e selecionados após a análise do conteúdo informacional sem ambiguidade e redundância (Hutchins, 1978), garantindo o emprego dos mesmos termos para representar os mesmos conceitos. É de salientar que os termos utilizados na indexação podem ser termos preferenciais ou não preferenciais sendo que estes últimos remetem para os primeiros.

Existem dois tipos de linguagem de indexação, a pré-coordenada e a pós-coordenada (Hutchins, 1978). Na primeira, incluem-se as linguagens categoriais/classificações. Os assuntos estão organizados, seguindo uma lógica, numa estrutura feita previamente e onde o técnico, no momento da indexação, tem de enquadrar o assunto, da Unidade de Informação. Na segunda, cabem as linguagens combinatórias ou vocabulares. São formadas por termos soltos, extraídos da linguagem natural e possíveis de serem combinados pelos utilizadores no momento da pesquisa. A seleção do tipo de linguagem de indexação a adotar depende do tipo de sistema de informação, como se pode verificar pelo quadro seguinte (Quadro 2), adaptado do estudo efetuado por Nicholson e Wake (2001, p. 65) para a construção do HILT (High-Level Thesaurus project(s)).

Instituições de memória			
	Arquivo	Biblioteca	Museu
Classificações	Próprio	CDU – Classificação Decimal Universal	CDU – Classificação Decimal Universal
		CDD – Classificação Decimal de Dewey	CDD – Classificação Decimal de Dewey
			SHIC – Social History and Industrial Classification
Tesauros	UNESCO Tesauros	Próprio	AAT – Art and Architecture
	Bet	UNESCO Tesauros	MDA – Museums Documentation Association : British Museums Materials Thesaurus
Uniformização dos pontos de acesso	Próprio	LCSH – Library of Congress Subject Headings	LCSH – Library of Congress Subject Headings
	LCSH – Library of Congress Subject Headings	MeSH – Medical Subject Headings	MeSH – Medical Subject Headings

Quadro 2 - Projeto HILT

Fonte – Adaptado de Nicholson e Wake (2001)

Controlo de autoridade

O controlo de autoridade de autores (pessoa física, coletividade e família) é outra atividade resultante do processo de catalogação para o qual contribuem normas como as GARE – *Guidelines for Authority Records and Entries*⁴ (IFLA Working Group on GARE Revision, 2001) ou ISAAR(CPF) – *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, and Families* (ICA, 2004). É estabelecida a forma preferencial, normalmente a mais conhecida, de acordo com regras, como é o caso das AACR2 – *Anglo-American cataloguing rules*⁵, futuras RDA – *Resource Description and Access*⁶, CCO – *Cataloguing Cultural Objects* ou as RPC – Regras Portuguesas de Catalogação⁷ e eventuais relações com o termo preferencial. No caso das bibliotecas, essas relações ficam pelas designadas remissivas de Ver⁸ e Ver também⁹. No caso dos arquivos e museus, o controle de autoridade de autores permite uma maior e enriquecedora flexibilidade possibilitando efetuar relações hierárquicas, associativas e de equivalência entre/e com o termo preferencial, ao longo do tempo.

Formatos

Para representar a informação proveniente dos processos de catalogação e indexação, ao nível dos computadores, foram desenvolvidos vários formatos¹¹, tendo em conta o sistema de informação onde esses dados são inseridos.

Com a informatização das bibliotecas houve a necessidade de desenvolver um formato que representasse a informação, resultado do processo de descrição e representação do conteúdo. Assim, em 1966, a Library of Congress “cria o primeiro formato de catalogação legível pela máquina – MARC – *Machine Readable Cataloging* (Santos, 2007, p. 9) que continua em evolução¹². O Formato MARC “permite aos computadores trocar, usar e interpretar a informação bibliográfica” (idem, p. 19). Trata-se de um formato concebido para um sistema fechado, caracterizado pela “existência de um computador central e de terminais que permitiam o processamento da in-

⁴ À semelhança da ISBD, também na GARE está dividida por zonas, por 7 (sete) zonas: zona 1- Forma de cabeçalho autorizado; zona 2 – nota; zona 3 – remissiva ver; zona 4 – remissiva ver também; zona 5 – nota do catalogador; zona 6 – fonte; zona 7 – ISADN – International Standard Authority Data Number [Trad. nossa] (IFLA, 2001).

⁵ Estabelece as entradas e formas de autores e títulos.

⁶ Vai substituir as AACR2. Para mais informações consultar RDA (2010) [Consult. a 25 out. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.rda-jsc.org/rda.html>>.

⁷ Mencionadas nesta investigação por serem as normas em Portugal que estabelecem as entradas e formas de autores e títulos. São baseadas nas AACR2 mas, e contrariamente às mesmas, as RPC não estabelecem os níveis de catalogação.

⁸ Representadas pelos campos 400 do UNIMARC – autoridades (2006). [Consult. 25 out 2014]. Disponível na WWW: <URL: http://purl.pt/11442/1/bloco_4.html>.

⁹ Representadas pelos campos 500 do UNIMARC – autoridades (2006). [Consult. 25 out 2014]. Disponível na WWW: <URL: http://purl.pt/11442/1/bloco_5.html>.

¹⁰ Veja-se, por exemplo, no caso dos arquivos o formato de representação EAC . Encoded Archive Context (2006). [Consult. 25 out. 2014]. Disponível na WWW: <URL: <http://eac.staatsbibliothek-berlin.de/>>.

¹¹ Neste contexto de investigação considera-se o termo formato como esquemas de metainformação, legíveis por máquina, e não como formatos de ficheiros.

¹² Adaptado a cada país. Por exemplo em Portugal utiliza-se o UNIMARC (Formato internacional de representar a informação. O seu objetivo inicial foi o de permitir a troca entre as várias organizações) mas em Espanha utilizam como formato o MARCES.

formação à distância" (idem, p. 20). Para possibilitar a permuta dos registos bibliográficos a IFLA criou, em 1977, um formato internacional e universal: o UNIMARC - *Universal MARC Format*, baseado no MARC (ibidem). Para estipular qual a informação necessária a conter no formato UNIMARC para "o intercâmbio de informação" (idem, p. 19), em 1996, surge a ISO 2709¹³. A permuta de informação, entre os computadores dos catálogos das bibliotecas, é efetuada através do protocolo de correspondência Z39.50.

O EAD - *Encoded Archival Description* foi desenvolvido, na década de 1990 na Universidade de Califórnia (Berkeley), para o sistema de informação Arquivo em resposta a algumas lacunas apresentadas pelo formato MARC. A seleção da norma SGML - *Standard Generalized Markup Language*, ISO 8879, a incluir no formato a desenvolver, justificou-se pelo facto de, de certa forma, ser autónomo dos *softwares* e dos sistemas operativos e responder às necessidades funcionais do formato, ou seja, pelo facto de permitir a interoperabilidade. Ao EAD - *Encoded Archival Description* foi introduzido o DTD - *Document Type Definition* para facilitar a edição e manipulação dos ficheiros (idem, p.22).

Para sistemas de informação ligados a museus, foi concebido o CDWA - *Categories for the Description of Works of Art* e o VRA Core Categories. O CDWA foi desenvolvido, no início da década de 90, pela AITF - *Art Information Task Force* sob a direção de J. Paul Getty Trust, composto por quinhentas e doze (512) categorias e sub-categorias. Destas, as que contêm a indicação core, são as que representam os campos essenciais de preenchimento para a identificação e troca da informação. Construído sob as regras do CCO, este formato¹⁵ pretende mapear a informação existente nos diversos sistemas (Trust, 2009, pp. 1-2). O VRA Core (2007) é também um formato baseado no CCO. Atualmente na versão 4.0, foi desenvolvido em 1996 pela *Visual Resources Association's Data Standards Committee*¹⁶ para a representação da informação relativa a património cultural. O seu desenvolvimento ficou a dever-se à necessidade de encontrar um formato menos exaustivo, como era o CDWA, e que respondesse de modo satisfatório à descrição das imagens, especialmente a nível da arquitetura¹⁷.

¹³ É uma norma internacional que estabelece os campos do formato necessários a preencher para a permuta de registos bibliográficos.

¹⁴ A norma SGML foi desenvolvida para facilitar a manipulação e troca de documentos textuais. Os vários formatos de "escrita" e armazenamento de objetos digitais que hoje dispomos, foram baseados na norma ASCII - *American Standard for Codification and Interchange of Information*. São formatos independentes dos programas e *softwares*, podendo ser acedidos e consultados em qualquer computador. Para responder à diversidade linguística surgiu a norma ISO 10464, correspondente ao UNICODE, atualmente na versão Unicode 8 - *utf-8*. À medida que os documentos textuais se foram tornando mais complexos, pelo desenvolvimento da Internet e da WWW, surgia o GML (*generalized Markup Language*) e, para facilitar a edição e manipulação de forma normalizada, o DTD - *Document Type Definition*. Na década de 80 surge o SGML mas que, pelo facto de ser uma linguagem complexa e de não responder às necessidades da partilha em rede, WWW, leva a que surja o *http - Hypertext Markup Language* possibilitando o hipertexto. No entanto, não possuía características importantes do SGML, como a extensibilidade, estrutura e validação. Assim, surge o XML (*eXtensible Markup Language*) que contém as propriedades do SGML e responde às necessidades da WWW, sendo um formato normalizado para a transmissão da metainformação estruturada às aplicações da WWW (Santos, 2007, p. 22-3).

¹⁵ O formato foi construído sob a relação Entidade-Relacionamento (Trust, 2009, p. 3).

¹⁶ Apesar dos seus trabalhos terem sido iniciados em 1968, a VRA só foi fundada em 1982. [Consult. 25 out. 2014]. Disponível em WWW:<URL: <http://uraweb.org/about/history/>>.

¹⁷ Informação obtida no VRA : *Visual Resources Association* (VRA, 2014). [Consul. 25 out. 2014]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.uraweb.org/>>.

O DCMES - Dublin Core Metadata Element Set, mais conhecido por DC - Dublin Core (DCMI, 2014) é a única forma de representação da informação, comum a todos os sistemas de informação. Foi desenvolvido para satisfazer a necessidade de descrever os crescentes recursos na *Internet* de uma forma simples e transversal a todos os sistemas de informação. O DC é composto por 15 elementos que potenciam a procura e recuperação da informação. Está dividido em três grandes áreas: Conteúdo (Content), Propriedade Intelectual (Intellectual Property) e Atributos (Instantiation). Os seus maiores objetivos consistem em que o formato: *Possibilite*, de um modo simples, a descrição da metainformação; *Se torne universal*; *Seja adaptável às novas normas de forma extensível* ¹⁹ e *seja flexível* ²⁰; *Permita um entendimento semântico* ²¹; *Permita a interoperabilidade entre os vários sistemas de informação*.

Interoperabilidade

A interoperabilidade é assim tida como um dos requisitos essenciais para chegar à informação. De acordo com Miller (2000), Baïna, Panetto e Morel (2007) a interoperabilidade é a capacidade de dois ou mais sistemas ou componentes permitirem a troca e uso da informação sem um esforço significativo para os sistemas envolvidos. Moen (2003) considera ainda que a interoperabilidade abarca duas dimensões específicas: orientado para os dados técnicos dos sistemas, com a capacidade de dois ou mais sistemas ou componentes, permitirem a troca e uso da informação sem um esforço significativo para os sistemas envolvidos; dirigido para o utilizador, com a possibilidade de obter a informação, de modo satisfatório, nesses diversos sistemas ou componentes.

Por outro lado, Miller (2000) baseando-se no trabalho desenvolvido pela UKOLN - United Kingdom Office for Library and Information Networking ²² (2009) considera, ainda, que para tal, deverão ser seis as áreas de intervenção que, de modo interligado e em conjunto, formam a interoperabilidade desejada. Em específico, a interoperabilidade: técnica ²³, semântica ²⁴,

¹⁸ Todos os elementos são opcionais e repetíveis.

¹⁹ O DC permite a adição de elementos, etiquetas e qualificadores.

²⁰ O DC permite a adição e/ou a subtração de elementos, etiquetas e qualificadores, sempre que desejável.

²¹ Possibilidade conseguida pelo sub conjunto de 13 elementos que caracterizam o DC relation, em específico: *Is Version of*, *Has Version*, *Is Replaced by*, *Replaces*, *Is Required By*, *Requires*, *Is Part Of*, *Has Part*, *Is Referenced By*, *References*, *Is Format Of*, *Has Format* e *Conforms to* (DCMI, cop. 1995-2014).

²² De acordo com a UKOLN (2009) é um centro de excelência na gestão da informação digital, fornecendo conselhos e serviços para as comunidades das Bibliotecas, da Informação e do património cultural. Foi fundado pelo MLA - the Museums, Libraries and Archives Control, a JISC - Joint Information Systems Communittee, assim como por projetos financiados pela União Europeia. [Consult. 25 out. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ukoln.ac.uk/about/>>. São vários os projetos e atividades desenvolvidos e podem ser consultados em WWW:<URL: <http://www.ukoln.ac.uk/activities/>>.

²³ Considera que é esta a área mais forte para a concretização da Interoperabilidade. Dá como exemplos o desenvolvimento das normas para a comunicação, transporte, armazenamento e representação, como é o caso do protocolo Z39.50 e o trabalho do consórcio W3C.

²⁴ Segundo o autor, é um tema que ainda está em desenvolvimento e que, de uma forma geral, uniformiza as diferentes formas de representar o mesmo conceito. Dá alguns exemplos como o que foi desenvolvido no Getty (Getty Research Institute, 2014) (tesauros e controlo de autoridade). [Consult. 25 out. 2014]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.getty.edu/research/tools/vocabularies/>>.

política/humana ²⁵, entre as Comunidades ²⁶, Legal ²⁷ e Internacional ²⁸. Neste último ponto, a nível dos serviços prestados damos especial atenção para a possibilidade de reutilização dos dados. Todavia, e para que isso seja possível com a qualidade e assertividade necessárias, a informação recuperada deverá ser de confiança (autoridade reconhecida e credível), acessíveis (públicas) e com o uso e partilha das mesmas terminologias. Estas, de acordo com Pinheiro da Silva, McGuinness e Fikes (2004) permitem criar serviços que possibilitam ao utilizador: desambiguar os conceitos, termos e as relações semânticas; o uso de vocabulários consistentes; acesso à metainformação enquadrada nos modelos da *web* semântica; conhecer exemplos de uso e de boas práticas; aceder a informação fidedigna, credível, relacionada com conhecimento da autoridade.

A interoperabilidade não é um tema recente no contexto das instituições de memória. Efetivamente, já era efetuada entre os catálogos bibliográficos, com o recurso ao protocolo de Z39.50. De facto, com a uniformização do uso de formatos de representação em UNIMARC ou ISO 2709 ²⁹ permitia a comunicação entre sistemas de forma plena, sem qualquer esforço.

Todavia, com evolução da *Web*, das componentes tecnológico-participativa relacionadas com a *Web 2.0* bem como a evolução da *web* semântica ³⁰ tornou a interoperabilidade cada vez mais difícil de realizar. Efetivamente, são vários os motivos que contribuíram para essa dificuldade, bem como são muitos os desafios na sua concretização. Nomeadamente: a adição dos objetos digitais para além da metainformação descritiva; a harmonização dos esquemas de representação da metainformação, pelos *Mappings* ³¹; o surgimento dos OPAC 2.0, Plataformas de descoberta (por facetas, pesquisa federada); o desenvolvimento de sistemas cada vez maiores de metainformação; o surgimento do *open source*, com ferramentas de pesquisa e recuperação da informação, como é o caso do VuFind ³² que

²⁵ Em relação a esta área, o autor considera que tornar ou não a informação disponível e acessível, tem a ver com a política da própria organização e das pessoas que a gerem.

²⁶ O autor considera que no acesso à informação a fronteira entre as diversas organizações é cada vez mais ténue.

²⁷ Para, de acordo com o autor, existir uma uniformidade nos diversos códigos legais.

²⁸ Na opinião do autor, para que todas as áreas se uniformizem proporcionando, assim, uma interoperabilidade efetiva, a uma escala global.

²⁹ Descreve uma estrutura destinada especialmente para comunicações entre sistemas de processamento de dados e não para uso como formato de processamento pelos sistemas.

³⁰ A *web* semântica, arquitetura desenvolvida por Tim Berners-Lee e o Consórcio W3C, foi desenvolvida para permitir a interoperabilidade da informação disponível na *Web*. A arquitetura da *Web* semântica é estratificada porque, de uma maneira geral, as especificações vão representando a informação de uma forma cada vez mais, expressiva e rica de significado. Podemos dividi-la em três grupos: o 1.º correspondente às camadas inferiores, correspondentes ao URI/Unicode, XML, XML schema e Names Space (NS) – especificações da normalização; o 2.º composto pelo RDF/RDF schema [RDF – Resource Description Framework “permite descrever os recursos, as suas propriedades e as relações existentes entre esses recursos, através da utilização de um modelo, denominado Modelo RDF”. (Pereira, 2006, p. 59). O modelo utiliza uma representação simples de três elementos: Sujeito (Recurso), Objecto (Valor) e a propriedade (Predicado). A sua descrição é feita em XML. [Consult. 25 out. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.w3.org/RDF/>>] e Ontology vocabulary [onde estão incluídos os modelos conceptuais e as OWL Web Ontology Language] – especificações de recente normalização; o 3.º composto pela Logic, Proof e Trust – especificações experimentais (W3C, 2004).

³¹ Os *mappings* apresentam vantagens aquando a troca de informação entre sistemas heterogéneos. Todavia, requer um esforço grande na realização desses mapeamentos que, apesar de já existir a possibilidade de realização automática, não dispensa a observação humana; a pluralidade de formatos existentes faz com que aumente o número de interpretações desses mapeamentos; com o recurso aos mapeamentos poderá existir informação que se perde ou que não seja possível de mapear.

³² <http://vufind.org>

permite a otimização dos catálogos e o processo de descoberta; as tecnologias de serialização ³³ e as API (application programming interface); os protocolos de disponibilização de metainformação (para além do Z39.50 surgiu o OAI-PMH) ³⁴; ao nível de recolha e pesquisa surgiram, para além do Z39.50 queries (Type 1, Z39.58, COL), apareceram os SRU, SRW e SPARQL (Coyle, 2013a, 2013b; Mitchell, 2013a).

Apesar dos desafios e dificuldades, no cenário atual as Instituições de Memória têm demonstrado um interesse cada vez maior na integração e gestão da Metainformação na Web. Este interesse passa desde o enriquecimento e contextualização da metainformação, tornando-a cada vez mais complexa, bem como no desenvolvimento de novos modelos conceituais.

Modelos conceituais

A convergência atual inclui o desenvolvimento de trabalhos ligados à *Linked Open Data* (LOD) e à *Linked Open Vocabularies* (LOV) (Mitchell, 2013c). Neste sentido, e com o objetivo de possibilitar a interoperabilidade semântica ³⁵, as instituições de memória desenvolveram modelos com base nas ontologias ³⁶ para a troca, partilha e reaproveitamento da informação produzida. Nomeadamente o CIDOC/CRM (Conceptual Reference Model) [ISO/IEC, ISO/DIS 21127]; IFLA/FRBR (International Federation of Library Associations and Institutions, Functional Requirements for Bibliographic Records) [FRBR 1998] e o FRBR/CRM Harmonization.

CIDOC/CRM

O CIDOC/CRM - Comité International pour la Documentation: conceptual Reference Model, da ICOM é ISO 21127:2006. É um modelo conceitual que permite a real interoperabilidade da metainformação, entre os vários sistemas de informação. Para a conceção da sua arquitetura foram tidos em conta todos os intervenientes do sistema e respetiva contextualização da informação, no espaço e no tempo.

³³ Como são os casos do: MARCXML; EAD XML DTD - Encoded Archival Description Document Type Definition; METS - Metadata Encoding & Transmission Standard (o METS é uma iniciativa da Digital Library Federation); MIX - Metadata for Images in XML Schema; PREMIS - PREservation Metadata: Implementation Strategies; CDWA Lite XML schema - Categories for the Description of Works of Art Lite; Qualified Dublin Core XML schema; Simple Dublin Core XML schema.

³⁴ OAI-PMH → OAI-ORE (Open Archives Initiative Object Reuse and Exchange -norma de disponibilização da metainformação para a nova geração de catálogos de descoberta).

³⁵ A interoperabilidade semântica requer um consenso na estrutura, nos conceitos e nas terminologias a usar, na representação da informação. Tem como objetivos principais a possibilidade de construir, de forma comum, as coleções, partilhar e trocar dados e potenciar o desenvolvimento de uma dada área do conhecimento. Nesta convergência semântica estão incluídos os vocabulários, classificações ou taxonomias e os tesouros.

³⁶ Muitas vezes, consideradas como sinónimos de linguagens de indexação dos tesouros, as ontologias têm a sua origem na metafísica (ramo da Filosofia). Nalguns tratados de Filosofia, a ontologia é o estudo do que existe e do que assumimos que existe (o que existe em linguagem natural para linguagem controlada) para conseguir uma descrição coerente da realidade. É o resultado de relação entre as entidades (Conceitos), as Relações e Axiomas $O = (C, R, A)$. Currás (2005) indica-nos, ainda, a diferença entre os tesouros e as ontologias: nos tesouros parte-se de uma ordenação dos termos, de como são compostos, as relações hierárquicas, relações semânticas e sintáticas; nas ontologias, a ordenação é realizada tendo em conta certas particularidades e propriedades dos termos.

³⁶ Muitas vezes, consideradas como sinónimos de linguagens de indexação dos tesouros, as ontologias têm a sua origem na metafísica (ramo da Filosofia). Nalguns tratados de Filosofia, a ontologia é o estudo do que existe e do que assumimos que existe (o que existe em linguagem natural para linguagem controlada) para conseguir uma descrição coerente da realidade. É o resultado de relação entre as entidades (Conceitos), as Relações e Axiomas $O = (C, R, A)$. Currás (2005) indica-nos, ainda, a diferença entre os tesouros e as ontologias: nos tesouros parte-se de uma ordenação dos termos, de como são compostos, as relações hierárquicas, relações semânticas e sintáticas; nas ontologias, a ordenação é realizada tendo em conta certas particularidades e propriedades dos termos.

O modelo permite a integração entre os formatos “estrutura” existentes (XML/RDF). O controlo de autoridade das *entities* (objects, events e actors) é efetuado através dos tesouros. A grande diferença apontada entre o modelo FRBR e o modelo CIDOC CRM reside no que cada um destes modelos toma como ponto principal. Enquanto o FRBR considera como ponto principal a Work Entity, correspondente ao trabalho intelectual e artístico, o modelo CIDOC CRM tem como foco principal a Temporal Entity. De acordo com Doerr (2003) é na Temporal Entity que se agregam todos os outros elementos (atores, objetos, eventos, etc). Outro problema apontado prende-se com o tipo de conteúdos existentes nos museus e nas bibliotecas. Nos museus, as peças são únicas e caracteriza-se por uma só “manifestação”. Nas bibliotecas, a informação pode apresentar diversas “manifestações”, através da pluralidade de meios e suportes.

IFLA/FRBR

O modelo concetual FRBR tem como objetivo estabelecer uma lógica de relações entre os diferentes pontos de acesso, resultantes da descrição e do conteúdo, numa única estrutura que de uma forma genérica traduzem-se em: encontrar, identificar, selecionar e obter, bem como “recomendar um nível mínimo de funcionalidade para registos criados pelas agências bibliográficas nacionais” (IFLA & Campos, 2008, p. 21).

Editado em 1998, pela IFLA, modelo FRBR é baseado no *entity-relationship model* - (ER) e especifica os elementos e suas propriedades, sendo composto por: *entities* (é o conhecimento explícito, sob a forma física ou abstrata), *attributes* (são as propriedades que uma *Entitie* possa ter) e ; *relationships* (são as relações entre as várias *entities*) que estão representadas sob a forma de três grupos: grupo 1, representação do trabalho intelectual ou artístico; grupo 2, representação do autor (pessoa física [família] ou coletiva) e; grupo 3, representação dos assuntos.

FRBR/CRM Harmonization

O Modelo FRBR resulta da harmonização entre o modelo FRBR e o CIDOC CRM. O processo de desenvolvimento iniciou-se em 2003. Foi organizado pelo Working Group on FRBR/CRM com a orientação de Patrick LeBoeuf e Martin Doerr. Segundo International Working Group on FRBR e o CIDOC CRM Harmonisation (2013), os principais objetivos do desenvolvimento deste trabalho consistiram na elaboração de um novo modelo que conseguisse integrar o modelo FRBR e os princípios (*Entitie-relationship*) incluindo: a sua harmonização com a *entitie work*; a sua harmonização com a *entitie expression*; a sua harmonização com a *entitie manifestation*; colmatasse as falhas identificadas no modelo FRBR (introdução da dimensão temporal e a manifestação de um só exemplar); permitisse uma interoperabilidade e integração da informação; enriquecesse os dois modelos e; fosse alargado a outros sistemas de informação, para além dos utilizados em museus, para o qual o do modelo CIDOC CRM tinha sido elaborado.

Neste contexto, os modelos concetuais, para além de permitirem descrever a unidade informacional, gerir os pontos de acesso e estabelecer relações

foram desenvolvidos para serem representados por formatos LOD. Desta forma permitem apresentar inferências (descoberta de novas relações), representadas através dos LOV, fundamentais na construção da Web semântica. De facto, a grande mais-valia no uso dos LOV nas Instituições de Memória é desta forma ser possível partilhar a metainformação com estruturas e vocabulários comuns.

As Instituições de Memória estão a realizar um grande esforço na publicação da metainformação em formatos LOV, como são exemplo o Open Metadata Registry ou a Library of Congress Linked Data (Mitchell, 2013a, 2013b, 2013c, 2013d).

Conclusão

Não é nosso intuito apresentar soluções para a resolução do problema mas apenas sensibilizar para estas questões que estão na ordem do dia.

Longe de estar terminado, este debate sobre a melhor política para gestão, tratamento, acesso, comunicação e reutilização de informação em Instituições de Memória, tentamos apenas apresentar algumas ideias já estudadas, fruto de trabalho já desenvolvido em contexto de investigação³⁷.

A informação é um recurso fulcral nas organizações, assim como as matérias-primas, a energia e outro qualquer recurso, vital para o “bem-estar” dos indivíduos e para as organizações no mundo moderno. As tecnologias de informação e comunicação estão a mudar a forma como a informação é capturada, processada, armazenada, classificada e disseminada. Portanto, deverá ser prioridade o seu tratamento, uma vez que é imprescindível às boas práticas de gestão.

Da profusão de informação que circula dentro de uma organização, nos mais variados suportes, das mais variadas proveniências e com objetivos bem distintos, esta só adquire valor, se lhe for conferida organização e forma de a recuperar. O recurso às técnicas biblioteconómicas, arquivísticas e museológicas são uma mais-valia, que está comprovada e atestada, pois através da normalização dos procedimentos, de tratamento e de identificação, recuperação e acesso à informação, através de palavras-chave, vem

³⁷ Para mais informação consultar:

- Justino, Ana Cristina Fernandes Cortês Santana, 1972 - O desafio da homogeneização normativa em instituições de memória: proposta de um modelo uniformizador e colaborativo ; sob orientação de Rui Raposo e de Fernanda Ribeiro. Aveiro : A. Justino, 2012. 495 p., pag. var., (10 desdobr.) : il. Tese de doutoramento conjunto em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, pelas Universidades de Aveiro e Porto, 2012
- Moura, Paula Cristina Marinho, 1973 - A gestão da oferta cultural nos museus: o uso do digital na gestão integrada da informação ; sob orientação de Luís Manuel Borges Gouveia. Aveiro : P. Moura, 2009. 223, 8 p., pag. var. : il. Tese de mestrado: Gestão da Informação, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro, 2009.

contribuir para o controlo e atribuição de valor à informação.

Não obstante, o contributo que possam prestar é essencial a existência de uma infraestrutura que suporte todo o fluxo da informação, que circula para dentro e para fora da organização – um Sistema de Informação (Gouveia, 2004).

A forma de tratamento das coleções, o recurso e a necessidade de uso de outras fontes de informação para a documentação das mesmas, a urgência em disponibilizar e aceder à informação contida nas coleções, a produção de conteúdos e informação secundária, a necessidade de dar resposta às exigências dos utilizadores (internos e externos), são fatores de pressão que obrigam a um realinhamento das estratégias e a uma adoção de novas formas de gerir a informação.

O recurso a sistemas normalizados de tratamento das coleções veio auxiliar todo este processo, na medida em que, agilizou e conferiu maior destreza no tratamento das coleções, possibilitando novas formas de pesquisa e recuperação da informação.

No entanto, e por força do digital, outras necessidades surgiram em demanda da organização, disseminação, acesso e reutilização da informação noutros contextos. Potenciar o estabelecimento de pontes de comunicação entre as diferentes tipologias de informação, independentemente da sua localização e formato em que se apresentem, através do digital e da utilização de todas as ferramentas, procedimentos e processos normativos inerentes, que permitam relacionar os diferentes recursos, facilitando assim, a tarefa de acesso ao utilizador final.

Pensa-se que desta forma se poderá contribuir para uma visão da gestão da informação no seu todo, caminhando assim para a convergência de todos os recursos, uma vez que, se está a falar de informação.

Qualquer que seja a política adotada pela instituição ao nível da gestão dos seus recursos de informação, a realidade reside na constante necessidade de facilitar o acesso continuado à informação que cada Instituição de Memória custodia, podendo a partir daqui estabelecer-se ligações, enriquecer e fazer uso da informação sem nunca perder a sua integridade e o seu contexto de criação. Aqui falamos de interoperabilidade, em comunicação entre sistemas, em metadados, na sua representação, com base em modelos concetuais e em normas de representação dessa mesma informação na *web* semântica.

Neste contexto, a interoperabilidade é entendida como um dos requisitos essenciais para se chegar à informação, principalmente se pensarmos no atual cenário, onde diferentes sistemas de informação partilham os mesmos objetivos, no momento de recuperação da informação.

Recursos de informação

Baca, M., Harpring, P., Lanzi, E., McRae, L., & Whiteside, A. B. (2006). *Cataloging cultural objects : a guide to describing cultural works and their images*. New York: ALA.

Baina, S., Panetto, H., & Morel, G. (2007). Towards a product oriented process modelling for enterprise applications synchronisation and interoperability. In G. Doumeingts, J. P. Müller, G. Morel, & B. Vallespir (Eds.) (Eds.), *Enterprise interoperability : new challenges and approaches* (pp. 461–474). Berlin: Springer.

BN. (2006). UNIMARC Autoridades abreviado.

Choo, C. W. (2003). *Gestão de informação para a organização inteligente: a arte de explorar o meio ambiente*. Lisboa: Editorial Caminho.

Coyle, K. (2013a). *Semantic Web and Linked Data*. In *Linked Data Tools: Connecting on the Web* (pp. 10–14). ALA.

Coyle, K. (2013b). *Vocabularies Term: Term Lists and Thesauri*. In *Linked Data Tools: Connecting on the Web* (pp. 27–35). ALA.

Currás, E. (2005). *Ontologías, taxonomía y tesauros : manual de construcción y uso* (3.a ed., a.). Gijón: Ediciones Trea.

DCMI. (2014). DCMI : *Dublin Core Metadata Initiative (DCMI)*. Dublin Core Metadata Initiative.

Doerr, M. (2003). *The CIDOC conceptual reference module: an ontological approach to semantic interoperability of metadata*. *AI Mag.*, 24(3), 75–92.

Getty Research Institute. (2014). Getty Vocabularies: contain structured terminology for art, architecture, decorative arts, and material culture.

Heredia Herrera, A. (2007). *Que és un arquivo?* (p. 135 p.). Gijón: Ediciones Trea.

Higher and Further Education Funding Councils, Joint Information Systems Committee, European Union, & The Museums Libraries and Archives Council. (2009). *UKOLN : United Kingdom Office for Library and Information Networking*. Bath: UKOLN.

Hutchins, W. J. (1978). The concept of “aboutness” in subject indexing. *Aslib Proceedings*.

ICA. (2002). *ISAD(G) : Norma geral internacional de descrição arquivística*. Paris: International Council on Archives.

ICA. (2004). *ISAAR(CPF) : International Standard Archival Authority Record*

for Corporate Bodies, Persons and Families (2nd ed.). Paris: International Council on Archives.

ICOM, Annabi, C., Betu Kumetsu, M., Chieze, V., & Dia, O. (1996). *Handbook of standards : Documenting African collections* (p. 65). Paris: International Council of Museums (ICOM)

IFLA. (2009). *Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação*. Muechen: IFLA.

IFLA. (2010). *International Standard Bibliographic Description (ISBD)*. [Den Haag]: IFLA.

IFLA, & Campos, F. M. G. (trad. de). (2008). *Requisitos funcionais dos registos bibliográficos : relatório final*. Publicações técnicas (p. 159). Lisboa: BN.

IFLA Working Group on GARE Revision. (2001). *Guidelines for Authority Records and References* (2nd ed.). München: De Gruyter.

International Working Group on FRBR, & CIDOC CRM Harmonisation. (2013). *FRBR object-oriented definition and mapping from FRBRER, FRAD and FRISAD*. (C. Bekiari, M. Doerr, P. Le Boeuf, & P. Riva, Eds.) (Version 2., p. 206). International Working Group on FRBR and CIDOC CRM Harmonisation.

JSC. (2010). *RDA toolkit : Resource Description & Access* (Constituen.). Chicago (IL): American Library Association, Canadian Library Association, and CILIP.

Kirchhoff, T., Schweibenz, W., & Sieglerschmidt, J. (2008). Archives, libraries, museums and the spell of ubiquitous knowledge. *Archival Science*, 8(4), 251–266. doi:10.1007/s10502-009-9093-2.

Miller, P. (2000). *Interoperability. What is it and Why should I want it?* . Ariadne.

Mitchell, E. T. (2013a). *Building Blocks of Linked Open Data in Libraries*. *Library Technology Reports*, 49(5), 11–25.

Mitchell, E. T. (2013b). *Issues, Opportunities, and Trends in Metadata*. *Library Technology Reports*, 49(5), 44–50.

Mitchell, E. T. (2013c). *Metadata Developments in Libraries and Other Cultural Heritage Institutions*. *Library Technology Reports*, 49(5), 5–10.

Mitchell, E. T. (2013d). *Three Case Studies in Linked Open Data*. *Library Technology Reports*, 49, 26–43.

Moen, W. E. (2003). *Barriers to interoperability : technical and not so technical*. (GILS, Ed.) *Annual Government Information Locator System Conference*. 5, Lisle: University of Illinois.

Nicholson, D., & Wake, S. (2001). HILT : Subject retrieval in a distributed environment. In IFLA SATTELITE MEETING (Ed.), *Subject Retrieval in a Networked Environment: proceedings on the IFLA satellite meeting...* (pp. 61–67). München: K. G. Saur.

Orna, E., & Pettit, C. (1998). *Information management in museums* (2nd ed.). Hampshire: Gower.

Pereira, R. A. R. G. (2006). *Editor para a web semântica integrando anotações semânticas, ontologias e RDF*. Departamento de Informática. Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Peset Mancebo, M. F. (2002). Tratamiento de información artística em colecciones públicas: um modelo adaptado a la gestión de fondo de lá Universidad Politécnica de Valencia. *Departamento de Biblioteconomía E. Valencia: Universidad Murcia*. Retrieved from <http://descargas.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01260296543471574100035/009711.pdf>

Pinheiro da Silva, P., McGuinness, D. L., & Fikes, R. E. (2004). A Proof Markup Language for Semantic Web Services. *KLS Reports*.

Ponjuán Dante, G. (2007). *Gestión de información: dimensiones e implementación para el éxito organizacional* (p. 158 p.). Gijón: Ediciones Trea.

Portugal. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, I. de I., Barbedo, F., Gomes, E., & Henriques, C. (2000). Recomendações para a gestão de documentos de arquivo eletrónicos. (I. dos A. N. do Tombo & I. de Informática, Eds.) *Programa SIADE - Sistemas de Informação de Arquivo E Documentos Eletrónicos*. Lisboa. Retrieved from http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/siade_cadern011.pdf

Santos, M. L. F. N. dos. (2007). *Organização do conhecimento e recuperação de assuntos : caminhos para uma efectiva recuperação da informação em ambientes de rede*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Society of American Archivists, & Berlin State Library. (2006). EAC-CPF. Staatsbibliothek zu Berlin.

Trust, J. P. G. (2009). Categories for the Description of Works of Art (CDWA) : list of categories and definitions. Los Angeles (CA): J. Paul Getty Trust & College Art Association, Inc.

Visual Resources Association. (2007). VRA Core : a data standard for the description of works of visual culture.

VRA. (2014). Visual Resources Association: The International Association Of Image Media Professionals.

W3C. (2004). RDF - Semantic Web Standards.

Objetos, Documentos, Livros e uma língua franca.

Alexandre Matos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Sistemas do Futuro – Multimédia, Gestão e Arte, Lda.

O que é uma língua franca? Utilizaremos a *Wikipedia* para nos ajudar a definir o conceito, sabendo dos riscos que corremos. A primeira frase do artigo em português diz: "**Língua franca** é uma expressão latina para **língua de contacto** ou **língua de relação** resultante do contacto e comunicação entre grupos ou membros de grupos linguisticamente distintos para o comércio internacional e outras interações mais extensas."

Se tivermos a capacidade de abstração necessária para esquecer a questão linguística, podemos dizer que *Lingua franca* poderia ser definida como um facilitador, um mediador entre duas ou mais partes que se relacionem entre si e que, por tal, necessitem de comunicar. De transmitir e receber mensagens de forma compreensível para todas as partes. Sendo um instrumento mediador, a *Lingua franca* não é necessariamente neutral ou, melhor dizendo, não é um mediador criado por todas as partes que o utilizam para comunicar, porque é criado normalmente pela parte mais forte (veja-se o caso do Grego e do Latim no contexto das civilizações clássicas, por exemplo), no entanto, esse instrumento tem de ser obrigatoriamente e transversalmente útil para todos os que o usam.

Museus, bibliotecas e arquivos são instituições de memória. Guardam, conservam, estudam e divulgam diferentes exemplos da memória e culturas humanas como objetos (e as suas histórias), livros e documentos que nos permitem conhecer melhor o passado, a História e as histórias que nos antecedem, e consequentemente permitem-nos preparar melhor o presente e o futuro da nossa sociedade. A relação ou ligação entre estas três instituições é inevitável. Os objetos que os museus colecionam, os livros que podemos consultar nas bibliotecas ou os acervos documentais existentes em arquivos são muitas vezes complementares para o processo que nos permite reconstruir a História de acordo com rigorosos critérios científicos. São fontes de conhecimento (em grande parte) primárias, criadas no contexto que procuramos conhecer, pelas pessoas que vivenciaram esse contexto, que o influenciaram ou que por ele foram influenciadas, e, portanto, janelas privilegiadas para o observar.

No entanto, a natureza e quantidade dos materiais que cada uma dessas instituições guarda fizeram com que museus, bibliotecas e arquivos desen-

volvessem uma “linguagem” própria, um instrumento específico, que lhes permitiu, ao longo da sua existência, lidar com a organização metodológica dos instrumentos facilitadores do acesso aos objetos, livros e documentos. Assim sendo, inventários, catálogos, registos, controlo de autoridades, *thesauri*, sistemas de classificação dos mais variados tipos e formas foram sendo construídos com o objetivo de encontrar, numa quantidade cada vez maior de itens, aquele que interessa recuperar e consultar para o assunto ou tarefa específica que tenhamos em mãos.

Estes instrumentos, pese embora a similitude entre as instituições, foram sendo construídos diferenciadamente, pelos especialistas de cada tipo de instituição, de acordo com as necessidades e linguagem específica das suas áreas de especialização, de tal forma que, hoje em dia, temos sistemas de classificação e instrumentos de recuperação das “coleções” existentes em cada uma destas instituições completamente diferenciados e sem qualquer comunicação entre si. Este resultado decorre da especialização necessária em cada uma das áreas que, embora parecendo contraproducente, permitiu o desenvolvimento de técnicas e metodologias específicas que conjuntamente permitiram, no pós Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento de uma área científica que tem lidado com estas (e outras) questões, a Ciência da Informação.

Pese embora o desenvolvimento científico associado a estas questões, na Ciência da Informação ¹, alavancado também pelo desenvolvimento nas áreas técnicas como a informática e comunicação, por exemplo, e coadjuvado pelo desenvolvimento da museologia, biblioteconomia e arquivística, ainda não temos hoje instrumentos unificados que nos permitam o acesso, de forma facilitada, a livros, documentos e objetos e, através do conhecimento neles “inscrito”, procurar o desenvolvimento técnico e científico que nos tem guiado, enquanto sociedade, ao longo dos séculos.

Sabemos que é injusto, é aliás mentira que não existam esses instrumentos de acesso e recuperação das “coleções” existentes nas instituições de memória. As bibliotecas e os arquivos têm anos de trabalho e investigação para colocar ao serviço dos seus utilizadores os melhores meios de recuperação e acesso à informação e coleções que guardam. Os museus, pese embora tenham começado tardiamente, contam já com algumas décadas de investigação nesta matéria. Nesses anos de trabalho foram desenvolvidas normas de catalogação, de inventário, sistemas de classificação, terminologia controlada e *thesauri*, ferramentas específicas que constituem, no seu todo, um dos maiores legados para as futuras gerações da sociedade de informação em que vivemos.

¹ Uma área científica nova ainda em desenvolvimento e amadurecimento, segundo Armando Malheiro da Silva (SILVA, 2002).

No entanto, quando questionados sobre uma ferramenta que nos permita, de forma transversal, procurar informação constante em (ou sobre) objetos, livros e documentos relativos a um tema/assunto específico, obtemos normalmente uma resposta negativa. Ela não existe (pelo menos para já).

Confrontados com esta negativa a(s) pergunta(s) que devemos fazer no instante seguinte é(são): mas poderá existir? Algum dia existirá? É possível criar essa ferramenta transversal de recuperação e acesso à informação/coleções das instituições de memória?

Na nossa opinião a resposta a esta questão é cada vez mais afirmativa. A criação de uma ferramenta transversal de recuperação e acesso às coleções (ou à informação sobre elas) está cada vez mais perto e já podemos assistir, ainda que numa fase embrionária, ao resultado do esforço e trabalho de muitos profissionais de informação ao longo de décadas em projetos como a Europeana (www.europeana.eu) e aos produtos que têm sido disponibilizados através do portal e que resultam do contributo de centenas de instituições europeias.

No entanto, há ainda um caminho longo a percorrer até ao momento em que dispensaremos a construção de portais específicos, controlados em termos da informação disponibilizada, em detrimento de pesquisas simples, no *Google* por exemplo, que nos darão resultados específicos, através do reconhecimento automático da sintaxe utilizada para a pesquisa e do significado específico das palavras utilizadas, fazendo com que homem e máquina cooperem para a obtenção de resultados fidedignos que realmente respondam às necessidades dos diferentes públicos que acedem à informação sobre os acervos guardados neste tipo de instituições.

Um dos passos mais significativos para percorrer esse caminho tem sido a normalização criada pelos profissionais das diferentes áreas. Em boa verdade, na nossa opinião, tem sido este o fator essencial para chegarmos até ao presente momento e percebermos que há uma luz no fundo do túnel. Instituições como a IFLA (<http://www.ifla.org>), o ICA (<http://www.ica.org>) ou o CIDOC-ICOM (<http://network.icom.museum/cidoc/>), entre muitas outras, têm contribuído ao longo dos anos com a criação e o desenvolvimento de normas com o objetivo de dotar museus, arquivos e bibliotecas (e os seus profissionais) com ferramentas de apoio ao trabalho de documentação, catalogação, classificação, descrição, etc., dos diferentes tipos de acervos.

Não pretendemos, nem conseguiríamos certamente, ser exaustivos na descrição de cada uma dessas normas, e portanto iremos concentrar a nossa atenção, durante esta comunicação, numa norma que tem a sua origem no trabalho desenvolvido no CIDOC, mas que, pela sua importância, tem sido acolhida e incorporada nos estudos dos especialistas de bibliotecas e arquivos: o CIDOC CRM (Conceptual Reference Model) ou ISO 21127:2006.

O CIDOC CRM nasce no contexto do CIDOC, Comité Internacional de Documentação do Conselho Internacional de Museus, órgão que tem a seu cargo a definição de normas para a documentação de coleções de museus, e de

dois dos seus mais relevantes grupos de trabalho: o CIDOC Documentation Standards e o CIDOC CRM Special Interest Group. É uma norma ISO desde dezembro de 2006 e pretende promover um entendimento comum sobre a informação do património cultural, através da disponibilização e manutenção de um quadro semântico, comum e extenso, que possa servir para mapear qualquer informação sobre património cultural. Ou seja, uma língua comum que possa ser utilizada pelos especialistas para a criação ou modelação concetual de sistemas de informação nesta área. É, tal como podemos ler no *website* da norma, "the semantic glue needed to mediate between different sources of cultural heritage information, such as that published by museums, libraries and archives." ².

Esta "cola semântica", para utilizar a feliz expressão do CIDOC CRM, é a Língua franca que julgamos ser possível criar para que museus, bibliotecas e arquivos possam comunicar entre si e com os seus utilizadores. Na nossa opinião, no atual momento, é o projeto normativo que mais consenso reúne para operacionalizar na prática a vontade e desejo de profissionais de informação, investigadores e dos diferentes públicos que procuram, para os mais diversos fins, informação sobre o património cultural.

No entanto, há ainda um caminho a percorrer e é necessário que esta norma possa sair de um ambiente puramente científico e académico para ser utilizada em serviços e produtos concretos, tal como o são outras normas, como o SPECTRUM ³, por exemplo, para os procedimentos utilizados na gestão de coleções que já foi vertido para dentro dos próprios sistemas ⁴ de gestão de coleções dos museus e outras instituições culturais.

Nesse caminho é preciso dar a conhecer aos profissionais de informação e, acima de tudo, ao público em geral as potencialidades do CIDOC CRM para o dia-a-dia das instituições de memória e dos seus utilizadores. É certo que já existem alguns resultados práticos da sua implementação, tal como os que foram recentemente divulgados pelo British Museum (<http://collection.britishmuseum.org>), mas para a maior parte dos potenciais interessados nesta Língua Franca a sua utilização prática é ainda uma miragem.

É esta reflexão que pretendemos levar ao III Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus sobre os Desafios da gestão integrada dos acervos nos museus. Esperamos que suscite discussão e reflexão a todos os presentes.

Porto, 3 de outubro de 2014.

² Cf. <http://www.cidoc-crm.org/index.html>. Consultado em 01-10-2014.

³ A norma SPECTRUM é a base de dois importantes candidatos a normas BSI no Reino Unido sobre práticas de gestão de coleções e sobre a gestão das condições ambientais associadas conforme poderão consultar em <http://www.collectionstrust.org.uk/bsi-specifications/british-standards-institute-publicly-available-specifications-for-cultural-collections>. Consultado em 01-10-2014.

⁴ Como se pode comprovar no através da ferramenta de comparação de sistemas de gestão de coleções disponibilizada em <http://www.collectionstrust.org.uk/choose-a-cms/choose-a-cms-2014-2015>. Consultado em 01-10-2013.

Bibliografia

SILVA, Armando Malheiro da (2002) - **Arquivística, Biblioteconomia e Museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação**. [Em linha]. 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de documentação e Museus. FEBAVB (ed.). São Paulo: Imprensa Oficial SP. [Consultado em 01-02-2011] Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/52183>.

Referências online

Linking libraries, museums, archives, por Chuck Leddy. Harvard Gazette – disponível online em : <http://news.harvard.edu/gazette/story/2012/04/linking-libraries-museums-archives/>.

IFLA Professional Reports: 108 - Public Libraries, Archives and Museums: Trends in Collaboration and Cooperation. Alexandra Yarrow, Barbara Clubb and Jennifer-Lynn Draper. The Hague, IFLA Headquarters, 2008. Disponível online em <http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/108.pdf>.

CIDOC CRM. Website da norma. Disponível online em <http://www.cidoc-crm.org>.

BAD - Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus: propostas de trabalho 2012 – 2016

Conceição Serôdio, coordenadora do GT-SIM da BAD

Resumo

A necessidade de criação deste grupo no âmbito da BAD prende-se com a urgência de resposta aos atuais desafios que se colocam diariamente aos profissionais dos museus ligados à gestão de acervos: museológicos, arquivísticos e biblioteconómicos. Neste texto apresentamos os primeiros passos do novo Grupo de Trabalho da BAD – Sistemas de Informação em Museus no período 2012-2016. A sua atividade está organizada em cinco linhas de ação que cumprem trabalho para concretizar os objetivos estratégicos do Grupo, que passam por fomentar a reflexão e contribuir para o desenvolvimento de sistemas integrados de informação nos museus, tendo em vista a adequada gestão, recuperação e partilha da informação dos bens patrimoniais. Assim, o GT-SIM tem como principal propósito: disponibilizar a todos os profissionais informação, formação, materiais de trabalho, entre os quais metodologias, procedimentos, e bibliografia nacional e internacional.

Palavras-chave: Grupo de Trabalho de Sistemas de Informação em Museus, Gestão integrada de acervos, Gestão de informação.

Introdução

A emergência do uso dos computadores e das tecnologias de informação e comunicação nas Instituições de Memória para gerir os acervos, aproxima, integra e articula bibliotecas, museus e arquivos, ao exigir metodologias, formatos, técnicas e tecnologias de processamento comuns para um amplo intercâmbio de dados. Desta forma, impõe também um trabalho pluridisciplinar e conjunto ao promover o diálogo interdisciplinar e o desenvolvimento de visões convergentes para a gestão da informação sobre o acervo patrimonial nos Museus. A nível internacional este assunto é discutido nas organizações: como a IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions, 1927; o ICOM - International Council of Museums, 1946; e o ICA - International Council on Archives, 1948. Estas organizações promovem políticas para as bibliotecas, arquivos e museus, através de vários grupos de trabalho específicos, que trabalham na criação e utilização a nível mundial, de um conjunto de linhas de orientação para o registo e gestão da informação do património cultural. Em Portugal a DGLAB e a DGPC transportam e adaptam para a realidade portuguesa

as diretrizes das organizações internacionais. Neste contexto, o Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus - GT-SIM apresenta-se, desde 2012, como um dos grupos de trabalho da BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, reunindo em torno de um objetivo comum, um leque de profissionais de informação: museólogos, bibliotecários e arquivistas.

1. GT-SIM: constituição e objetivos

A ideia da constituição do grupo de trabalho tem a sua origem na realização das duas anteriores edições do Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus.

No primeiro, realizado em outubro de 2004, apresenta nas suas conclusões: Necessidade e urgência de criação de um grupo de trabalho, na Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, de unidades documentais dos museus.

Na organização do segundo Encontro, realizado em março de 2012, retomamos a vontade de dar corpo e estrutura formal ao Grupo, com o apoio da BAD e, em abril de 2012, o necessário GT-SIM é aprovado pelo Conselho Diretivo Nacional da BAD como grupo de trabalho da BAD. Agora neste terceiro Encontro apresenta as propostas de trabalho do Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus 2012-2016.

O Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus procura pensar o museu como um centro de produção de conhecimento, ao assumir o objeto de museu como documento e o acervo da instituição museológica, existente nas reservas, arquivo, biblioteca como um todo unitário nas suas inter-relações informacionais.

A visão integradora do acervo do museu implica um maior enfoque nas potencialidades informativas desse acervo, contribuindo assim para uma mais eficiente gestão de toda a informação sobre património produzida em contexto museológico.

No âmbito deste Grupo de Trabalho, utiliza-se o conceito operativo de sistema de informação em museus (SIM) enquanto conjunto ordenado de elementos inter-relacionados que reúne, armazena, processa e faculta informação considerada relevante para a missão e funcionamento da entidade museológica. Este sistema é centrado na coleção e na prática museológica. Entende-se aqui a coleção como um conceito abrangente que compreende todos os acervos museológicos, independentemente da sua natureza ou suporte.

Objetivos estratégicos:

Apresentar-se como parceiro ativo na sociedade civil no que diz respeito à gestão da informação dos acervos museológicos e à sua importância estratégica na área do património cultural;
Constituir-se como uma plataforma de reflexão e dinamização do diálogo e articulação entre todos os profissionais da informação no universo dos acervos museológicos;
Promover o levantamento nacional dos recursos existentes nas áreas da gestão da informação dos acervos museológicos, de modo a desenhar um quadro global desta realidade;
Desenvolver encontros, seminários e outras iniciativas de valorização profissional.

2. Apresentação do trabalho das cinco linhas de ação entre 2012 - 2016

O Grupo definiu cinco linhas de ação diferenciadas que cumprem trabalho para concretizar os objetivos estratégicos do Grupo. Esta atividade passa por fomentar a reflexão e contribuir para o desenvolvimento de sistemas integrados de informação nos museus, tendo em vista a adequada gestão, recuperação e partilha da informação dos bens patrimoniais. Bem como, disponibilizar a todos os profissionais informação, formação, materiais de trabalho, entre os quais metodologias, procedimentos, e bibliografia nacional e internacional.

1. Diagnóstico relativo aos sistemas de informação nos museus portugueses;
2. Metodologias e procedimentos a utilizar pelos profissionais nos museus;
3. Constituição de um centro de documentação virtual;
4. Seminários, conferências e encontros;
5. Promoção e divulgação da atividade do GT-SIM.

Diagnóstico relativo aos sistemas de informação nos museus portugueses

Equipa de coordenação: Conceição Serôdio, Jorge Santos e Patrícia Costa.

O propósito desta linha de ação pretende promover o levantamento e caracterização dos museus portugueses no que diz respeito às áreas da gestão da informação sobre os seus vários tipos de bens patrimoniais, de modo a desenhar um quadro global desta realidade. Nesta medida reveste-se de relevância conhecer a realidade portuguesa nesta importante questão da gestão da informação dos acervos nos museus, dado a mesma ainda não ter sido objeto de estudo em Portugal. Por outro lado, a partir da análise e avaliação dos resultados do inquérito, teremos outros fundamentos para orientar o trabalho futuro do GT-SIM da BAD.

Sequência das tarefas planificadas:

- Definição dos objetivos específicos do inquérito por questionário;
- Definição do universo a inquirir (o mais alargado possível, mas simultaneamente homogéneo e com base num conjunto bem definido de critérios);
- Escolha do suporte de recolha de dados;
- Definição das questões;
- Definição das escalas;
- Realização de pré-testes (envio para várias instituições de modo a avaliar se a estrutura e as questões vão ao encontro do objetivo principal do nosso inquérito);
- Envio do inquérito para as instituições do universo selecionado;
- Avaliação dos resultados e publicação;
- Programação de ações futuras a partir das conclusões do inquérito.

Do trabalho entretanto realizado destacam-se as seguintes tarefas: consolidação e verificação do número de casos a inquirir (cerca de sete centenas); construção do instrumento de recolha da informação, que pela sua complexidade tem sido realizado em várias etapas; no garantir dos recursos necessários para a aplicação do questionário como seja, a plataforma *on-line*, e o apoio do Instituto Superior de Engenharia do Porto. Para 2015 e 2016 temos planeado vários trabalhos.

Ao nível do universo: - Atualização de campos (sobretudo, responsável e correio electrónico) com vista à fase da aplicação;

Ao nível do questionário: - Estabilização e validação do conjunto final de perguntas; - Elaboração de um pequeno glossário de ajuda para tornar a compreensão clara e objetiva do que se pergunta; - Transposição para a plataforma *on-line*, e respetivo teste; - Realização dos pré-testes num conjunto diversificado de museus para consolidação do questionário.

Ao nível da comunicação (e a anteceder o início da aplicação do questionário): - Solicitar o apoio da DGPC, do ICOM Portugal e da APOM na divulgação do estudo e na sensibilização para a resposta ao questionário; - Apostar igualmente no destaque do estudo através dos vários canais de comunicação da BAD.

Ao nível da aplicação: - Envio do inquérito para as instituições do universo selecionado; - Fase de insistências junto dos museus.

Ao nível do tratamento dos dados: - Recolha e organização de dados; - Análise e avaliação dos resultados; - Redação do relatório.

Ao nível das entrevistas: - Construção do guião de entrevista; - Realização das entrevistas a informantes privilegiados; - Redação dos textos das entrevistas.

Equipa: Conceição Serôdio, Jorge Santos, Patrícia Costa, Fernanda Ferreira, Leonor Calvão Borges, Susana Medina, Maria Manuel Ribeiro.

Metodologias e procedimentos nos sistemas de informação nos museus

Desde a sua formação, o GT-SIM sentiu a necessidade de ancorar o seu trabalho em metodologias e procedimentos normalizados com o intuito de auxiliar os profissionais que desenvolvem a sua atividade nos museus. Para a concretização desse objetivo foram criadas três diferentes sublinhas, trabalhando, cada uma delas, em frentes distintas mas de forma complementar:

Representação da informação e os sistemas de organização do conhecimento nos museus.

Tradução do documento Cataloguing Cultural Objects (CCO). Norma desenvolvida pela VRA – Visual Resources Association, em 2006.

Tradução de guias técnicos, conjunto de orientações e aconselhamento para a implementação da norma SPECTRUM na gestão das coleções de museus.

Representação da informação e os sistemas de organização do conhecimento nos museus

Coordenação: Filipa Medeiros

A representação da informação – entendida como o conjunto de procedimentos que permite o acesso por assunto a uma unidade de informação específica, tendo em vista a sua comunicação e o seu uso – constitui, nos dias de hoje, um tema de grande atualidade e interesse no seio dos profissionais das instituições de memória (museus, arquivos e bibliotecas). De igual modo, o surgimento de novos modelos conceituais convergentes e, portanto, possibilitadores da interoperabilidade entre os diversos sistemas de descrição existentes, tem contribuído largamente para intensificar o debate em torno desta problemática. Veja-se, por exemplo, a crescente importância da partilha de estruturas e de vocabulários comuns através dos novos formatos emergentes, entre os quais se destacam os LOD (Linked Open Data) e os LOV (Linked Open Vocabularies) (HOOLAND e VERBORGH, 2014).

No contexto desta sublinha de trabalho, detêm especial relevância os sistemas de organização do conhecimento, atualmente designados KOS – Knowledge Organization Systems – ou seja, os vocabulários especializados ou não e que têm como finalidade a representação da informação, tendo em vista a sua recuperação, de forma eficaz e pertinente. Os KOS têm conhecido largos progressos nos últimos anos, quer na sua vertente normativa, quer no desenvolvimento de novas estruturas de representação da informação, entre as quais se evidenciam as orientadas para a *web* semântica, designadamente as ontologias (MOREIRO, 2011).

Tendo em conta esta breve caracterização do estado da arte relativa à representação da informação e aos KOS e, ainda, os atuais desafios que se colocam à gestão integrada das coleções nas instituições de memória, constituem objetivos específicos desta sublinha de trabalho os seguintes:

- Reunir normas nacionais e internacionais de referência;
- Criar uma listagem exaustiva de vocabulários controlados (tesauros, terminologias, ontologias, entre outros) para a gestão do património cultural;
- Elaborar um Guia de Boas Práticas sobre a representação da informação e os KOS e publicá-lo na página *web* da BAD;

- Realizar ações de divulgação do Guia, presencial e/ou virtualmente;
- Realizar formação acreditada, seminários e *webinars*, no âmbito da formação promovida pela BAD, a partir dos resultados deste trabalho.

Equipa de trabalho: Filipa Medeiros, Natália Jorge, Ana Cristina Oliveira, Eugénia Correia.

Tradução do Manual Cataloguing Cultural Objects (CCO)

Coordenação: Cristina Cortês

O manual Cataloguing Cultural Objects (CCO), norma desenvolvida pela Visual Resources Association (VRA), em 2006. Tem como objetivo promover e divulgar as boas práticas, na catalogação de recursos visuais, pelas comunidades das bibliotecas, arquivos e museus, a nível internacional (Baca, Harpring, Lanzi, McRae, & Whiteside, 2006). Para além da descrição da unidade informacional, o CCO à semelhança do que acontece com as Regras Portuguesas de Catalogação (RPC), permite escolher a forma dos pontos de acesso. Este código está ainda na base da estrutura do formato de representação da metainformação, para a área do museu, o VRA core (VRA, 2007). Atualmente na versão 4.0 foi desenvolvido em 1996 pela Visual Resources Association's Data Standards Committee para a representação da informação relativa ao património cultural. Efetivamente, no que concerne ao tipo de formatos de representação da metainformação o VRA core está para o museu, tal como o Encoded Archival Description (EAD) está para o arquivo e tal como o UNIMARC está para a biblioteca.

Neste contexto, e pelo facto de se considerar importante a sua tradução para as instituições de memória portuguesas, o GT-SIM definiu esta sublinha, para o efeito. Os trabalhos passam pela seguinte sequência:

- Traduzir a norma;
- Rever a tradução;
- Editar a norma;
- Divulgação e promoção da norma traduzida.
- Realizar formação acreditada, seminários e *webinars*, no âmbito da formação promovida pela BAD;
- Acesso à norma: Portal da BAD e VRA Foundation.

http://cco.vrafoundation.org/index.php/toolkit/cco_pdf_version/

Equipa: Cristina Cortês, Leonor Calvão Borges, Paula Moura, Fernanda Ferreira.

Tradução de guias técnicos, conjunto de orientações e aconselhamento para a implementação da norma SPECTRUM na gestão das coleções de museus.

Coordenação: Alexandre Matos

O principal objetivo desta linha é criar (traduzindo das versões inglesas) um conjunto de linhas de orientação que sirvam como guia da implementação da norma SPECTRUM no contexto português. A norma SPECTRUM, agora traduzida para português, é acompanhada na sua versão original por um conjunto de “guidelines” os SPECTRUM Advices. Estes auxiliam os museus e profissionais de documentação na implementação dos procedimentos SPECTRUM no dia a dia do trabalho de documentação e gestão de coleções. Assim serão traduzidos e adaptados os documentos relativos aos procedimentos primários do SPECTRUM.

A publicação da versão final da tradução portuguesa da norma aconteceu em agosto 2014, em São Paulo, facto que permite e constitui agora, a base essencial para o trabalho que é proposto nesta sublinha de ação do GT-SIM. De facto, a tradução dos documentos de apoio, chamados originalmente SPECTRUM Advices, para português só poderia ser concretizada com base no trabalho de tradução e adaptação da norma ao contexto português e brasileiro. Esta realidade acabou por constituir, uma oportunidade para trabalhar de acordo com a metodologia e terminologia seguidas na tradução da norma e, ao mesmo tempo, por potenciar a possibilidade de uma parceria entre a BAD e os colegas brasileiros que colaboraram na tradução original, que tem por objetivo concretizar a publicação, juntamente com as entidades responsáveis pela norma nos territórios de Portugal e Brasil, do trabalho realizado nesta sublinha.

Assim sendo, a equipa responsável concentra esforços numa primeira tradução bruta dos oito documentos de orientação à implementação dos procedimentos primários SPECTRUM, feita por diversos colegas ativamente envolvidos neste grupo de trabalho, a qual será disponibilizada para os colegas brasileiros, tendo como objetivo a discussão conjunta sobre a adaptação dos documentos traduzidos para os contextos legais e profissionais de ambos os países. Este trabalho decorrerá, de forma continuada, e servirá de base à continuidade desta sublinha de ação com a criação de documentos de apoio à implementação dos restantes 13 procedimentos da norma. A perspetiva da publicação destes oito documentos no âmbito do projeto SPECTRUM PT (www.spectrum-pt.org), onde se encontram reunidas as entidades do Brasil e Portugal que coordenam a divulgação da norma em Portugal e no Brasil, é também um fator relevante para este trabalho e, ao mesmo tempo, o reconhecimento do mérito e competência deste grupo de trabalho da BAD.

Equipa: Alexandre Matos, Ana Braga, Catarina Serafim, Cristina Cortês, Eugénia Correia, Leonor Calvão Borges, Paula Aparício, Paula Moura, Rafael António.

Constituição de centro de documentação virtual

Coordenação: Maria José de Almeida

Desde o início da sua atividade, em 2012, que o GT-SIM tem trabalhado no sentido de proporcionar a todos os seus membros um Centro de Documentação Virtual com recursos de informação relacionados com as áreas de investigação do grupo de trabalho.

Na verdade, houve a necessidade de organizar criticamente inúmeros recursos de informação, privilegiando a disponibilização desses mesmos documentos em acesso aberto na *internet*. O principal esforço foi canalizado para a construção de linguagens documentais que permitiram a sua análise e recuperação, o que se entendeu, desde sempre, ser uma mais-valia deste projeto.

Neste momento, na plataforma *Zotero*, encontram-se mais de uma centena de recursos de informação relacionados com a temática do grupo de trabalho, nomeadamente com a gestão e sistemas de informação em museus e suas bibliotecas e arquivos, bem como com a documentação e normalização documental dos acervos. Estes recursos encontram-se indexados através da utilização de “etiquetas” que transpõem os termos do Tesouro de Biblioteconomia e Documentação – Instituto de Estudios Documentales sobre Ciencia y Tecnología (IEDCYT) (antes CINDOC – Centro de Información y Documentación Científica), complementados pelo Tesouro da UNESCO e Tesouro de Ciência da Informação (Universidade de Minas Gerais). Para facilitar a recuperação de informação, os recursos na biblioteca do grupo estão organizados em coleções, que correspondem ao primeiro nível hierárquico do tesouro do IEDCYT.

Na presente fase de trabalho, procuramos testar entre os membros do GT-SIM as funcionalidades e a utilidade deste centro de documentação virtual, melhorando-o na perspetiva dos potenciais utilizadores. Na sequência da avaliação desta fase de trabalho, em conjunto com a BAD, o GT-SIM procurará encontrar as soluções mais adequadas que garantam a integração desta biblioteca no sistema da BAD, com capacidade para manter a utilização destes recursos de forma permanente, através do sítio *web* da Associação.

Equipa: Fernanda Ferreira, Filipa Medeiros, Maria Armanda Salgado, Maria José de Almeida, Sofia Patrão.

Seminários, conferências e encontros

Coordenação: Conceição Serôdio

No âmbito das iniciativas de valorização profissional, esta linha de ação procura: a) apresentar os Sistemas de Informação em Museus como pilares fundamentais no trabalho museológico da gestão dos acervos patrimoniais; b) Destacar o papel insubstituível dos SIM no tratamento e difusão de informação dos acervos museológicos e na produção de conhecimento; c) Refletir sobre as metodologias de trabalho, de modo a garantir que contribuem de modo relevante para o cumprimento da missão do museu;

d) Divulgar e promover os trabalhos das linhas de ação em desenvolvimento pelo Grupo, de modo a serem apropriados pelos profissionais dos museus.

A primeira apresentação pública do Grupo de Trabalho teve lugar em 2012 no 11.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas com o painel “Os desafios dos sistemas de informação na missão museológica” que procurou contribuir para a discussão da importância dos sistemas de informação na missão dos museus portugueses.

Organização conjunta, do ICOM Portugal e da BAD, do Encontro ICOM de Outono 2013, sobre o tema: “Sistemas de Informação em Museus: Estado da Arte em Portugal”.

A realização de um ponto da situação a nível nacional e internacional no que diz respeito a políticas, normas, procedimentos e projetos recentes. Patrick Le Boeuf, IFLA e Nicholas Crofts, ICOM-CIDOC, convidados respetivamente pela BAD e pelo ICOM Portugal, apresentaram a vontade de trabalhar num modelo de integração de informação das Bibliotecas, Arquivos e Museus, bem como de outros sectores do património cultural, a partir do modelo relacional FRBRoo da IFLA e do modelo CIDOC-CRM orientado para o objeto, do ICOM.

III Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus em 2014 com o tema – “Desafios da gestão integrada dos acervos nos Museus”. Procura trazer à discussão: a reflexão teórica que começa a surgir no mundo académico; a relevância da gestão integrada da documentação no Museu, ao abordar em conjunto todos os acervos arquivísticos, biblioteconómicos e museológicos; continuar a dar a conhecer algumas boas práticas de gestão de documentação nos museus em Portugal; e promover o diálogo entre os profissionais dos museus em torno da necessidade de um trabalho conjunto e pluridisciplinar na gestão e comunicação dos acervos museológicos. Neste âmbito o GT-SIM apresentou uma comunicação: BAD – Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus: propostas de trabalho 2012 – 2016.

Em 2015 propomo-nos apresentar no Congresso BAD, um painel, apresentando os trabalhos do GT-SIM.

Em 2016, a terminar esta primeira coordenação, um Encontro GT-SIM.

Muito importante para o grupo de trabalho é continuar todos os anos a contribuir para o Ciclo de Seminários da BAD, com a preparação de seminários direcionados para a área temática dos sistemas de informação em museus. De igual forma, realizar algumas conferências sobre o tema do Grupo nos eventos *online* de carácter técnico e científico, *Webinar* da BAD. Bem como, a partir de 2016, iremos tentar também realizar formação acreditada no âmbito dos trabalhos das linhas de ação que estão a ser desenvolvidos, e outras relativas à Gestão de Informação nos Museus.

Equipa: Alexandre Matos, Conceição Serôdio, Cristina Cortês, Fernanda Ferreira, Filipa Medeiros, Jorge Santos, Maria José de Almeida, Paula Moura.

Promoção e divulgação da atividade do GT-SIM

Coordenação: Fernanda Ferreira

A promoção e divulgação da atividade do GT-SIM, também é uma linha de ação do grupo, conscientes da tendência crescente, viabilizada pela tecnologia, da necessidade de comunicação e partilha entre os elementos do grupo e destes com o exterior. Esta comunicação tem como principais objetivos dar visibilidade ao trabalho desenvolvido desde a sua conceção e constituir uma rede de relacionamentos profissionais, tendo em vista a partilha, o diálogo e a reflexão sobre temas relacionados com a gestão de informação no âmbito dos acervos museológicos.

Destacamos a nossa participação ativa no Notícia BAD, jornal em linha da BAD. Tendo como objetivos a divulgação das atividades do grupo de trabalho e a produção de conteúdos de promoção e valorização da realidade museológica e seus sistemas de informação, através da recolha de entrevistas, testemunhos, textos de opinião, o Grupo tem preparado a divulgação regular de notícias neste canal de comunicação. Através da categoria informação em museus, na qual todos podem participar, contamos já com quarenta e oito notícias divulgadas.

O GT-SIM está também presente nas redes sociais, dinamizando um grupo público no *Facebook* que conta neste momento com perto de 1400 membros. Esta plataforma colaborativa tem servido sobretudo para a difusão de informação relevante para a temática do grupo (desde recursos a eventos, na dimensão nacional e internacional), bem como para a promoção da identidade do GT-SIM e divulgação das suas ações.

Por último, assinalamos a lista de discussão, prerrogativa dos grupos de trabalho constituídos na BAD, e que promove a comunicação interna entre os membros do grupo de trabalho, a qual conta atualmente com cerca de oitenta membros inscritos.

Equipa: Armanda Salgado, Conceição Serôdio, Fernanda Ferreira e Filipa Medeiros.

Conclusão e perspectivas de futuro

Afirmamos, que o GT-SIM tem como primeiro propósito, facultar a todos os profissionais: informação, formação, materiais de trabalho, entre os quais metodologias, procedimentos, e bibliografia nacional e internacional. Assim, o principal desafio do GT-SIM é contribuir para o desenvolvimento de sistemas integrados de informação nos museus, tendo em vista a adequada gestão, recuperação e partilha da informação dos bens patrimoniais. Neste sentido, queremos continuar a fomentar a reflexão e a discussão sobre as questões que os Sistemas de Informação em Museus colocam no quotidiano dos profissionais e responder aos seus desafios e questões, colhidos nos mais diversos encontros e conversas entre todos.

Há assim, um caminho a percorrer, em termos de consolidação e de operacionalidade de objetivos, mas que tem vindo a ser realizado, enriquecido e continuará a sê-lo, através da participação de todos que direta e indiretamente colaboram neste grupo.

Termino com um merecido agradecimento ao trabalho e generosidade de todos os membros ativos das linhas de ação do GT-SIM que emprestam o seu conhecimento, saber, tempo, entusiasmo e vontade a este Grupo da Sociedade Civil em benefício da Gestão da Informação dos acervos patrimoniais portugueses. Bem como, a todos os que escolhem o Notícia BAD para publicar as suas reflexões, estudos, projetos, partilha de experiências e práticas profissionais.

Um largo e especial obrigada, aos coordenadores dos trabalhos, que também colaboram neste texto: Alexandre Matos, Cristina Cortês, Fernanda Ferreira, Filipa Medeiros, Jorge Santos, Maria José de Almeida.

Coordenação: Conceição Serôdio - conceicaoserodio@gmail.com

Divulgação: Fernanda Ferreira - fernandamaria@netcabo.pt

Mailing list: gt-sim@lists.bad.pt

Notícia BAD: <http://www.bad.pt/noticia/category/informacaomuseus/>

Facebook: <https://www.facebook.com/#!/groups/SistemasInformacaoMuseus/>

Inscrição no Grupo: <http://www.apbad.pt/Seccoes/Seccoes.htm>

BAD-Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

Rua Morais Soares, 43, 1º - 1900-341 Lisboa

Tel. 218 161 980

Email: bad@bad.pt

Referências bibliográficas

APBAD. (2013). Sistemas de Informação em Museus: um novo grupo de trabalho na BAD. Notícias BAD: Jornal dos profissionais de informação. Disponível: <http://www.bad.pt/noticia/category/informacaomuseus/>

BACA, M. et al. (2006) - Cataloging Cultural Objects: A Guide to Describing Cultural Works and Their Images [Em linha].
http://cco.vrafoundation.org/index.php/toolkit/cco_pdf_version/

DÁVILA FREIRE, M. (2012) - El Centro de Estudios y Documentación del MACBA. Hacia un nuevo modelo de biblioteca de museo. In Primeras Jornadas de Bibliotecas de Museos (pp. 9-19). Madrid : Ministerio de Educación, Cultura y Deporte.
http://www.mcu.es/museos/docs/Primeras_Jornadas_BIMUS.pdf

FAJARDO, C. R. (2002) - Técnicas documentales aplicadas en Museología. Cuadernos de documentación multimedia, 2000, p. 269-278.
<http://dialnet.unirioja.es/servlet/dcart?info=link&codigo=1408684&orden=60435>.

FRANCE, F. G., EMERY, D., & TOTH, M. B. (2010). The Convergence of Information Technology, Data, and Management in a Library Imaging Program. The Library Quarterly, 80(1), 33-59. doi: 10.1086/648462

HEDSTROM; KING (2001). On the LAM: Library, Archive, and Museum Collections in the Creation and Maintenance of Knowledge Communities Disponível em: <http://www.oecd.org/education/country-studies/32126054.pdf>

HOOLAND, Seth Van; VERBORGH, Ruben (2014) – Linked data for libraries, archives and museums: how to clean, link and publish your metadata. London: Facet. 224 p. ISBN 978-1-85604-964-1

KIRCHHOFF, T., SCHWEIBENZ, W., & SIEGLERSCHMIDT, J. (2009). Archives, libraries, museums and the spell of ubiquitous knowledge. Archival Science, 8(4), 251-266. doi:10.1007/s10502-009-9093-2.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio (2011) – Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para a web: elementos conceituais. Salvador: EDUFBA. 128 p. ISBN 978-85-232-0824-0

RAYWARD , W. (1998). Electronic information and the functional integration of libraries, museums, and archives. Status: published or submitted for publication.

SILVA, Armando Malheiro da (2002) - Arquivística, Biblioteconomia e Museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação.

1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de documentação e Museus. FEBAVB (ed.); São Paulo: Imprensa Oficial SP.

Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/52183>.

VRA. (2007). VRA Core: a data standard for the description of works of visual culture. Visual Resources Association. Disponível em <http://www.loc.gov/standards/vracore/>

YARROW, Alexandra; CLUBB, Barbara; DRAPER Jennifer-Lynn (2008). IFLA Professional Reports: 108 - Public Libraries, Archives and Museums: Trends in Collaboration and Cooperation. The Hague, IFLA Headquarters, 2008. Disponível em <http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/108.pdf>.

Bibliografia complementar

CABALLERO, Zoreda L. (1988) -. La Documentación museológica Boletín Anabad. Madrid: Anabad, XXX-VIII, n.º 4, pp 455-493.

CIDOC (2007) Declaração de Princípios de Documentação do Museu. [Em Linha]. Comitê Internacional de Documentação. Disponível em: <http://cidoc.mediahost.org/principles6>

CIDOC CRM (2011) - CIDOC CRM. [Em Linha]. Comitê Internacional de Documentação.

Disponível em: <http://www.cidoc-crm.org/index.html>

CORTÊS, A.C. (2013) - O desafio da homogeneização normativa em instituições de memória: proposta de um modelo uniformizador e colaborativo. [Em linha]. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Comunicação e Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Aveiro. Disponível em <http://ria.ua.pt/handle/10773/10444>

DAWSON, Alex; HILLHOUSE, Susanna [Ed.] (2011)- SPECTRUM 4.0 - The UK Museum Collections Management Standard. Versão 4.0. Londres: Collections Trust.

GETTY HISTÓRIA DA ARTE INFORMAÇÃO PROGRAMA; CIDOC (1993) - Evolução Internacional dos Museus e Património Cultural Informações Standards. Santa Mônica: Getty Programa de Informação História da Arte.

GIVEN, L. M., MC TAVISH, L. (2010). What's Old Is New Again: The Reconvergence of Libraries, Archives, and Museums in the Digital Age. The Library Quarterly, 80(1), 7-32. doi: 10.1086/648461

GOUVEIA, L. B. (2004) - *Sistemas de informação de apoio à gestão*. Disponível em: http://www2.spi.pt/inovaut/docs/Manual_VII.pdf

HARRISON, Margaret, McKenna, Gordon (2008) - *Documentação: um guia prático*. Cambridge: Collections Trust.

HOOPER-GREENHILL, Eilean (1992) - *Museus e a formação do conhecimento*. Londres e Nova York: Routledge.

ICOM (2006) - *The Future of Collections*. Newsletter do Conselho Internacional de Museus. Paris: ICOM, vol. 59, n.º 4.

KANTER, Norbert (2008) - *De coleções para sistemas de gestão de museus. Uma revisão crítica das demandas e características...* [Em Linha]. Conferência Anual fazer CIDOC 2008. Atenas. CIDOC.
<http://cidoc.mediahost.org/archive/cidoc2008/Documents/papers/drfile.2008-06-50.pdf>.

KOCH, Walter e KOCH, Gerda (2012) - *Património Cultural: On the Way to Europeana* [Em Linha]... Conferência Anual fazer CIDOC, 2012. Helsinki, Finlândia.
Disponível em <http://www.cidoc2012.fi/en/File/1491/cidoc2012-koch-abstract.pdf>.

KOCH, Walter (2012). *Processos Museu e processos de negócio*. Conferência Anual fazer CIDOC 2012. Helsinki, Finlândia.
Disponível em: <http://www.cidoc2012.fi/en/File/1639/museum-procedures.pdf>.

MANZUC, Z. (2009). Archives, libraries and museums as communicators of memory in the European Union projects. *Information Research*, 14(2).

MARQUES, I C. (2010) - *O museu como sistema de informação*. [Em linha]. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Museologia.
Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/55282>

MARTY, P. F. (2009). *An introduction to digital convergence: libraries, archives, and museums in the information age*. *Archival Science*, 8(4), 247-250. doi: 10.1007/s10502-009-9094-1

MATOS, Alexandre (2007) - *Os sistemas de informação na gestão de coleções museológicas: contribuições para a certificação de museus*. [Em linha]. Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Museologia.
[Consultado em 09-01-2012] Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/13038>.

MATOS, Alexandre (2009) - *Sistemas de Gestão de colecções: que Futuro?* CAMACHO, C.F. [dir.] *Museologia.pt*, n.º3. Lisboa: Instituto dos Museus e Conservação, pp 139-145.

MATOS, Alexandre (2012) - *Spectrum: uma norma de gestão de coleções para os museus portugueses*. [Em linha]. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67304>

MOURA, P. (2009) - *A gestão da oferta cultural nos museus: o uso digital na gestão integrada da informação*. [Em Linha] Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Aveiro. Disponível em <http://ria.ua.pt/handle/10773/9203>

REMELGADO, Patrícia (2008) - *Gestão Integrada de colecções museológicas: proposta aplicada aos Museus da Câmara Municipal do Porto*. [Em linha]. Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Museologia. Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/9142>.

RIBEIRO, Fernanda (2005) - *Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso?* Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, I Série vol. IV, pp. 83-100.

SILVA, Armando Malheiro da (2002) - *Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

VILAR, Ana (2011) - *Unidades de informação: criação e gestão de catálogos electrónicos em colecções museológicas*. Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em Ciências da Informação e da Documentação. Porto.

VONTADE, Leonard (1994) - *Museus como centros de informação*, *Museu internacional XLVI*, 1; Paris: UNESCO, pp 20-25.

ASSIM VÊ-SE MELHOR: UM OLHAR SOBRE O MUSEU NACIONAL DO TEATRO ENQUANTO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Ana Sofia Patrão, Isabel Cartaxo, Cristina Sampaio – Museu Nacional do Teatro

O Museu e as suas coleções

Oficialmente estabelecido em 1982, o Museu Nacional do Teatro (MNT) abriu as suas portas ao público em fevereiro de 1985. Na sua qualidade de museu nacional e sendo o principal arquivo das artes do espetáculo em Portugal, o seu objetivo é colecionar, preservar, arquivar e estudar a memória das artes de palco, tornar as suas coleções disponíveis e promover o conhecimento da história e da atividade contemporânea dessas artes.

No seu conjunto, a coleção do museu é atualmente constituída por cerca de 260.000 peças, devendo realçar-se que este crescimento exponencial, em apenas 30 anos, se ficou sobretudo a dever a doações embora se tenham feito, essencialmente no início da vida da instituição, algumas aquisições.

Coleção museológica

A coleção museológica do MNT possui três características que devem ser realçadas: a quantidade, a diversidade e a qualidade dos materiais.

Relativamente à quantidade, pode afirmar-se que o Museu Nacional do Teatro regista atualmente no seu livro de inventário cerca de 260.000 peças que tiveram já um tratamento técnico mínimo. Todavia, este número é muito superior se forem tidas em conta as últimas doações que ainda não mereceram qualquer estudo ou tratamento. Obviamente, uma coleção com tais dimensões obriga a um permanente exercício de escolha, sendo o primeiro critério de seleção a nacionalidade, quer dizer, privilegia-se naturalmente o tratamento das espécies que testemunham a prática espetacular portuguesa em detrimento da estrangeira, embora esta seja também abordada.

A quantidade dita também outras regras: assim do ponto de vista da elaboração da ficha de inventário, a abordagem deverá ser completa e cuidadosa, mas cada inventariante só muito excecionalmente poderá deter-se longamente sobre apenas uma peça da coleção.

Quanto à diversidade cabe dizer que a coleção do museu é constituída por variados tipos de peças que vão desde mobiliário até ao bilhete de ingresso num espetáculo. De entre as mais estudadas destacam-se as seguintes categorias: Trajes de cena (cerca de 2.500); fotografias (cerca de 200.000); postais ilustrados (cerca de 3.500); maquetas ou projetos de cenário (cerca de 2.400); figurinos (cerca de 6.200); desenhos, retratos, caricaturas (cerca de 2.000); cartazes (cerca de 1.500); programas e folhetos (cerca de 15.000) e folhas de música (cerca de 1.200).

A conjugação da quantidade com a diversidade das peças e o escasso número de inventariantes existente no MNT, obriga a que cada profissional diversifique o seu trabalho não se especializando numa única categoria, de forma a que, ao longo do ano, a coleção possa ser tecnicamente abordada em boa parte da sua multiplicidade.

No que respeita à qualidade dos materiais, deve ainda referir-se que, sendo a arte do espetáculo a arte do momento, efémera portanto, é também reduzida a durabilidade dos materiais usados na sua produção (maquetes, figurinos, trajes, adereços, publicidade, etc), o que torna difícil a sua preservação.

O tratamento técnico e a inventariação do acervo do Museu têm quatro principais preocupações: controlar, preservar, estudar e dotar esta instituição de capacidade de resposta às diversas necessidades dos utilizadores. Assim, para além do registo de cada peça no livro de inventário, que passa pela atribuição de um número sequencial, uma pequena descrição, a sua data de produção, medidas, a data em que deu entrada no museu, a forma de incorporação (compra, doação, legado, etc.) e o responsável pela mesma, a peça é introduzida no programa de inventário museológico Matriz. Sendo o Matriz um programa de inventário, o preenchimento das respetivas fichas obedece a regras estabelecidas para cada categoria. No entanto, dada a especificidade das artes do espetáculo e uma vez que o programa não contempla esta supercategoria, o MNT foi compelido a fazer algumas adaptações, no que respeita à introdução dos dados, com o propósito de tornar o programa verdadeiramente eficaz e facilitar a pesquisa sobre uma coleção que tem (como todas) as suas especificidades. Destacam-se de entre as opções tomadas neste sentido, a utilização do campo historial, onde são colocadas informações que com ela estão relacionadas e não a história da peça. Um outro exemplo é a utilização do campo multimédia, no qual se relacionam diversas espécies do acervo entre si, por exemplo, uma maquete cenário com uma fotografia de cena do mesmo espetáculo, ou o desenho de um figurino com o respetivo traje de cena.

Com estas estratégias de carregamento do programa, pode dizer-se que a introdução da informatização do inventário excedeu as expectativas no que concerne à capacidade de disponibilizar a informação para os utilizadores. A título de exemplo, antes da introdução do Matriz, só era possível afirmar se havia ou não fotografias de um determinado espetáculo, seria impossível saber de imediato quais os atores que nela figuravam. Apenas a verificação individual de cada imagem possibilitaria um resultado satisfatório. Atualmente, responder às perguntas: Têm alguma fotografia do ator x na peça y?, ou ainda existem maquetes de cenário que tenham telefones? demora apenas alguns segundos desde que as peças estejam tratadas no sistema. Assim, se é verdade que, quando foi introduzida a informatização do inventário, a principal preocupação dos inventariantes tenha incidido sobre o controlo interno da coleção, ao longo do tempo, a interação com o público em geral, as solicitações dos investigadores e as próprias solicitações internas do Museu, levaram a que o preenchimento dos campos se tenha tornado mais completo e complexo e a elaboração das fichas de inventário tenha ultrapassado muito os campos obrigatórios no sentido de dotar o museu de uma capacidade de resposta melhor e mais eficaz.

Deve ainda acrescentar-se que o programa de inventário contempla também a componente de digitalização – cada peça é digitalizada ou fotografada (sempre que necessário, sob vários ângulos) sendo as imagens digitais disponibilizadas aos utilizadores, o que permite proteger, espécies museológicas frequentemente frágeis e/ou fragilizadas.

Um outro aspeto a realçar é a preocupação de colocar *on-line* o maior número de peças possível, permitindo que os utilizadores consultem o espólio na *internet*¹ sem terem necessidade de se deslocarem ao MNT.

Deve todavia referir-se que, apesar do enorme esforço levado a cabo nos últimos anos, apenas 15% da coleção se encontra informatizada o que corresponde 'apenas' a 39.000 espécies.

Biblioteca, centro de documentação e arquivo

A biblioteca do MNT é um centro de recursos especializado em artes do espetáculo cujo núcleo inicial foi constituído a partir de três importantes bibliotecas privadas: a dos atores e empresários Amélia Rey e Colaço-Robles Monteiro, a do multifacetado Francisco Ribeiro (Ribeirinho) e a do colecionador António Magalhães. A estas três coleções acresceu ainda o fundo documental do antigo Grémio dos Artistas Teatrais. Depois, ao longo dos já trinta anos de vida do MNT, este acervo tem vindo a ser enriquecido por doações de gente de palco e do público em geral tendo sido também feitas algumas aquisições.

A coleção tem cerca de 35.000 títulos de monografias que compreendem essencialmente peças de teatro, bibliografia ativa (memórias, crítica teatral, etc...) e bibliografia passiva. Obviamente, observa-se neste acervo uma atenção particular sobre o caso português. Todavia, a bibliografia estrangeira ocupa também um espaço nada desprezível, não só porque permite dar resposta a questões mais técnicas de cenografia, arquitetura teatral, encenação, etc... uma vez que a produção nacional nestas áreas não é abundante, como também, porque as artes de palco portuguesas foram sempre amplamente influenciadas pelas realidades congéneres além fronteiras².

Deve realçar-se que muitas das monografias são autografadas ou anotadas, o que as torna documentos históricos únicos.

Para além dos livros, existem também cerca de 300 títulos de publicações periódicas nacionais e estrangeiras.

Destaca-se também a coleção de cerca de 6.000 peças de teatro manuscrito e dactilografado não publicado. Estes documentos contêm igualmente muitas anotações que oferecem informação sobre elencos, itinerâncias, marcações de cena, etc... que muito os valoriza.

A biblioteca procura ainda criar ficheiros temáticos a partir de documentação avulsa diversa. O objetivo é colmatar a inexistência de bibliografia

¹ As peças do museu disponibilizadas na Internet podem ser consultadas através do site MatrizNet <http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/home.aspx>

² Na verdade, do estrangeiro (sobretudo de França até meados do século XX), vieram teorias, modelos de representação, de encenação e repertórios.

publicada em português sobre determinadas áreas insistentemente procuradas pelos utilizadores, como salas de espetáculo, biografias de atores, de bailarinos encenadores, coreógrafos, companhias de teatro, etc...

No que respeita ao tratamento técnico desta coleção, cabe dizer que o sistema informático de processamento documental para esta área é uma solução genericamente adotada pela Direção-Geral do Património Cultural com forte presença no universo das bibliotecas portuguesas e que obedece à estrutura e apresentação de dados normalizada utilizada mais comumente no nosso país.

Neste momento, o catálogo da biblioteca possui 20.015 registos, o que corresponde a cerca de metade da coleção e está disponível *on-line* ³.

Tal como já foi referido para a área de inventário museológico, também aqui o grande objetivo tem sido tornar este sistema verdadeiramente eficiente no que concerne à recuperação da informação para as artes do espetáculo. Assim, são utilizados não só os campos obrigatórios, como os campos suplementares - por exemplo os campos de notas e títulos relacionados. Foi igualmente considerado fundamental o emprego de uma forte indexação, sendo que, para tal, tem vindo a ser criada neste Museu uma lista de descritores construída, também ela, a partir do conhecimento da coleção, da realidade das artes de palco em Portugal e no mundo e do contacto permanente com o público que interpela o Museu enquanto centro de recursos informativos. Como em qualquer biblioteca especializada, a produção de analíticos de monografias e publicações periódicas ocupam importante lugar no processamento documental, com a óbvia finalidade de fazer uma recuperação o mais fina possível da informação.

Quanto à recuperação da bibliografia que não está ainda inserida no sistema, ela pode ser feita através de catálogo manual por autor. Complementarmente, foram também criadas estratégias de arrumação e pesquisa para a documentação ainda não processada informaticamente, como a organização alfabética por título (de que é exemplo a coleção de coplas), ou a elaboração de listagens simples que permitem a pesquisa por autor/título (tal como se pode observar para a coleção de teatro manuscrito e datilografado).

Seja como for, não existem restrições ao acesso a esta informação, podendo no entanto não ser tão imediato e estar sujeito à intermediação dos técnicos do Museu.

O Museu possui ainda um arquivo histórico do qual se destaca o arquivo institucional do Fundo de Teatro do SPN/SNI, ao qual está associada uma vasta coleção de peças censuradas e respetivos processos. Existem ainda outros fundos particulares como arquivo escrito de programas radiofónicos sobre história do teatro da autoria do Dr. Eurico Lisboa Filho ou as coleções de críticas da empresa Vasco Morgado ou do crítico Carlos Porto recebida recentemente. Devem ainda ser mencionados arquivos de companhias de entre os quais realçamos o grande arquivo dos Artistas Unidos. A maioria destes fundos não está ainda informatizada, mas está acessível sem restrições.

³ O catálogo da biblioteca pode ser consultado no site do MNT em <http://www.museudoteatroedanca.pt/pt-PT/biblioteca/HighlightList.aspx> ou da Direção-Geral do Património Cultural em <http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/home.aspx>

Diversidade dos utilizadores e das suas questões e algumas notas sobre as particularidades da historiografia das artes de palco

Relativamente às questões colocadas ao Museu enquanto sistema de informação, elas são muito diversificadas e vão desde as solicitações do teatro amador e profissional, como a seleção de repertório, consulta de material sobre espetáculos já levados à cena como forma de inspiração, ou o esclarecimento de questões técnicas associadas à iluminação, cenografia, figurinos, etc..., passando pela curiosidade legítima do público generalista que procura antepassados ligados ao espetáculo ou letras de músicas cantadas no teatro de revista.

No entanto, o grande peso no universo das pesquisas sobre as coleções do Museu provém da investigação no âmbito de trabalhos académicos (sobretudo mestrados e doutoramentos). Relativamente a este aspecto, é importante sublinhar que os objetos de estudo se têm vindo a estreitar, o que tem representado um importante desafio em termos de tratamento técnico.

Se questões concretas como a existência ou não de determinada peça de teatro ou libreto de ópera, a informação sobre elencos de espetáculos, não representam qualquer espécie de dificuldade, desde que a documentação esteja minimamente tratada, outras questões há, em que apenas o fino tratamento da informação possibilita a resposta, e é aqui que ganham particular pertinência as abordagens técnicas anteriormente descritas.

Por outro lado, a determinadas linhas de investigação bastam fontes absolutamente tangíveis, como o estudo da produção literária teatral ou operática que tem por base os textos de peças de teatro ou libretos, ou a investigação do ponto de vista exclusivo das artes plásticas que se centra no estudo de maquetes de cenário e figurinos. O que coloca questões verdadeiramente complexas é a abordagem do espetáculo enquanto prática, uma vez que se trata de uma realidade efémera e irrepetível, produto de vários processos criativos e da qual nunca se preservam todas as (amíúde delicadas) provas materiais. Além disso, um museu do teatro, um centro de documentação das artes performativas não contém os momentos vivos e únicos que fazem parte integrante destas práticas e que os testemunhos que ficam não chegam para reconstituir. Para trás ficam, irremediavelmente perdidas a verdadeira dimensão da expressão, da emoção e da afetividade que marcam estas atividades. Todavia, é guardando e registando o que delas ficou que se pode ir construindo uma história do espetáculo.

Socorremo-nos do Dr. Luiz Francisco Rebello, dramaturgo, ensaísta e historiador de teatro para explicarmos melhor esta questão (neste texto o autor refere-se apenas ao teatro, mas o que escreve é extensível a todas as artes de palco) :

[a] função de um museu do teatro [é]: fazer brotar dos textos arquivados e das anotações dos seus encenadores e intérpretes, de cenários, de figurinos, de desenhos, gravuras, fotografias, esculturas, projetos e plantas de salas de espetáculo (...) que sei mais, «o corpo vivo de um mistério passado» - e irrepetível, mas eterno na sua efemeridade. Só assim uma história do Teatro que o seja verdadeiramente e não aceite reduzir-se a um mero capítulo da história da literatura, ainda que só dramática, poderá escrever-se. (Rebello, 2005)

Conclusão

Ao longo do tempo, o MNT foi desenvolvendo formas de tratamento de informação que permitiram incrementar a sua capacidade de resposta às múltiplas questões colocadas de forma cada vez mais satisfatória, sem todavia possuir instrumentos informáticos propositadamente desenhados para as artes de palco e sem possuir um sistema único de tratamento documental e museológico.

A estratégia tem-se pois centrado sobretudo na introdução de dados nos sistemas informáticos disponíveis de forma a permitir a sua recuperação e relacionamento da informação entre si. Realça-se, que ao longo dos seus trinta anos de existência, este Museu foi constituindo a massa crítica que permitiu torná-lo cada vez mais eficaz enquanto sistema de informação, sendo que, para tal, tem sido fundamental a atenção prestada às questões colocadas, às especificidades da informação a tratar e ao universo que a rodeia.

Enquanto sistema de informação, importa sublinhar que as perguntas são centrais e que a tipologia de materiais utilizada para lhes responder é secundária, sendo o instrumento de trabalho fundamental os sistemas informáticos (assentes em normas e/ou boas práticas, todavia suficientemente flexíveis) e cujo valor só se define pela forma como são utilizados. Por isso, ambos os sistemas, (quer o de inventário museológico, quer o de tratamento documental) estão à disposição dos utilizadores na sala de leitura da biblioteca deste museu para realizarem as suas pesquisas conjugando a coleção da biblioteca e arquivo com a coleção museológica de forma a olharem o acervo como um todo.

Sublinha-se ainda que é da conjugação dos conhecimentos técnicos de inventário museológico, biblioteconómicos e arquivísticos, do conhecimento da área temática de cada unidade de informação (em partes iguais) que se constrói todo um sistema capaz de dar resposta cabal a quem o interpela.

Num museu do teatro deve saber-se, pois que cada espetáculo é irrepetível e que muita informação é irrecuperável, sobretudo aquela que é do domínio dos afetos e da emoção. Todavia, só convocando todos os elementos que ficaram dessa prática viva, mas volátil se poderá construir a história do espetáculo.

Porquê, então, a multiplicidade de objetos e documentos? Porquê o olhar simultâneo sobre tudo aquilo que ficou do antes, durante e depois de um espetáculo? - Porque, apesar de todas imperfeições, assim vê-se melhor.

(In)Tangível: do património tangível e intangível, a sua necessária articulação. Projectos em concretização e futuros.

Pedro Félix (Museu do Fado/INET-md)

Hoje, pela primeira vez em Portugal, um acervo significativo de fonogramas históricos de Fado está disponível para estudo e disseminação. Por iniciativa do Museu do Fado, promotor (juntamente com a empresa municipal EGEAC) da candidatura do Fado à inscrição na lista da UNESCO do Património Cultural Imaterial, está-se a proceder ao tratamento arquivístico de um importante acervo fonográfico, um processo que sendo essencialmente patrimonial, tem também permitido o desenvolvimento de técnicas e tecnologias que facilitam os procedimentos internacionalmente estabelecidos. Ao mesmo tempo que podemos olhar para a música em Portugal na primeira metade do século XX, estamos a desenvolver técnicas de tratamento arquivístico e restauro que facilitarão o trabalho de arquivos no século XXI.

Nesta apresentação, após um breve enquadramento sobre o programa da UNESCO para o Património Cultural Imaterial e uma síntese da estratégia desenvolvida no plano de salvaguarda pelo Museu do Fado, discutirei a abordagem metodológica que sustenta todo o processo, as suas virtualidades e os seus problemas.

Por último serão apontadas algumas das iniciativas já projetadas no futuro.

Em 2004, o Museu do Fado lançou o projecto de propor o “Fado” para inscrição na lista de património imaterial da UNESCO. Na altura, pouco se sabia do que se tratava. A própria UNESCO ainda debatia os termos em que formularia este seu recente programa (Smith e Akagawa 2009). Ao longo de quase uma década, paulatinamente, foram sendo implementadas várias ações que visavam, em simultâneo, aprofundar o conhecimento sobre a prática do Fado e refletir criticamente sobre o programa da UNESCO. Hoje, o Fado está inscrito na famosa lista, após uma apreciação muito positiva do dossier de candidatura, rapidamente reconhecida como exemplo de “boas práticas” no domínio do património. Era essa uma das preocupações do Museu do Fado: cuidar da comunidade do fado, proceder com rigor ao estudo da prática do fado, mas também inovar no domínio teórico do “património imaterial”. Nesse longo processo, apesar da sua invisibilidade, a reflexão conceptual, a abordagem crítica e problematizante dos processos ocupou sempre um lugar central na actividade do reduzido grupo de técnicos mobilizado para esse projecto.

Pessoalmente, estou ligado a uma série de ações desenvolvidas no contexto de preparação do dossiê e atualmente (desde 2011) na implementação de algumas ações do plano de salvaguarda aprovado, nomeadamente coor-

denando as ações relativas à fonografia e ao trabalho de campo. Hoje afi-gura-se-me difícil resumir ou sequer sintetizar um trabalho complexo que tantos resultados produziu. No entanto, alguns tópicos exigem, na minha perspetiva, que sobre eles detenhamos o nosso olhar:

1) O programa da UNESCO para o Património Cultural Imaterial

Para a UNESCO, na convenção aprovada em 2003, o termo “património imaterial” designa “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências - bem como os instrumentos, objetos, artefactos, e espaços culturais que lhes estão associados - que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural” (UNESCO 2003). Assim, esse património é transmitido geracionalmente, é passível de sofrer mutações, e o conhecimento mobilizado é o fulcro do que deve ser trabalhado enquanto “património” (sendo que as suas concretizações em objetos ou performances correspondem à sua face visível).

No entanto, todos, e cada um, destes conceitos estão muito longe de estar isentos de problemas.

O primeiro de todos eles, radica na aparente incompatibilidade entre uma tradição que é transmitida de geração em geração e uma “prática viva”, ou seja, uma prática que, pela sua própria natureza muda ao longo do tempo. Esta aparente incompatibilidade é resolvida através da centralidade da noção de comunidade. Para a UNESCO, a “comunidade” de praticantes corresponde ao grupo de pessoas que se revê identitariamente na manifestação, o grupo de pessoas que se reconhece na manifestação, que nela identifica um poderoso elemento agregador. Assim sendo, faz sentido identificar uma prática, identitariamente relevante para um grupo, mas que, dela se apropriando a altura no tempo. Como é possível desenhar um plano de salvaguarda sem cristalizar a prática? Desenhar um “plano de salvaguarda” constitui-se como a mais delicada tarefa.

O segundo problema decorre do primeiro. Se o património imaterial deve ser entendido como uma “prática viva”, como desenhar um plano de salvaguarda que não suponha uma normatividade, que não contribua para a cristalização da prática em questão, que se limite (?) a “assegurar a viabilidade do património cultural imaterial”. Nesse sentido, e seguindo de próximo o entendimento da UNESCO, o programa de salvaguarda a adotar deveria tratar da identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, e revitalização da manifestação.

Um terceiro problema era exterior ao próprio processo, mas que não podia ser escamoteado. Por razões de política cultural dos Estados, da mediatização dos processos de patrimonialização, por razões económicas dos países do Sul da Europa, o desenvolvimento das “indústrias do património” poderiam contribuir para o desenvolvimento da candidatura assegurando o seu impacto público, mas podiam conduzir a apropriações menos avisadas do programa. Em países com recursos naturais escassos, com fraca capacidade produtiva, com uma decapitada capacidade de produção intelectual e científica (o famigerado ID ou R&D), estas indústrias “do património”

revestem-se de especial relevância estratégica, arrisco mesmo a dizer, conforme a moda dos dias de hoje, de cariz de “salvação nacional” (Ministério da Economia e do Emprego 2013). O trabalho científico e a própria manifestação não têm necessariamente que resistir a esse facto, mas não podem a ele hipotecar a sua existência.

Paralelamente, também no próprio procedimento científico de elaboração do dossiê da candidatura surgiram alguns riscos metodológicos: arriscar numa visão simplista, precipitando um tratamento acrítico da manifestação, fundar o dossiê numa visão folclórica da prática ou numa abordagem “desconstrutiva” tão irrelevante como perigosa. Era fundamental evitar qualquer ação que contribuísse para a “emblemização” de uma prática que se cria, acima de tudo, viva e participativa.

Por outro lado, próprio de processos de candidatura e inscrição numa lista, era essencial não tomar este processo como um concurso, nem o resultado das ações como “produtoras de valor” pelo valor em si. Ou seja, havia o risco de reduzir um processo científico complexo à participação num “concurso”, numa luta pelo reconhecimento de um “valor”. Contornou-se sempre os discursos de “valor” conscientes da importância da manifestação (cujo valor cultural e identitário nunca se questionou) escapando a uma visão redutora e mediatizada a que chamaria de “fetichização do valor”.

Estes problemas, cuja abordagem exigia um especial cuidado e delicadeza, foram abordados conscientemente por uma pequena mas especializada equipa que procurou sempre e constantemente refletir sobre as ações que projetava, as suas possíveis implicações na comunidade e na própria manifestação. Sem tal preocupação corria-se um efetivo risco de falhanço no processo de candidatura ou que esta se tornasse um mero procedimento político e burocrático.

Hoje, o património é um domínio fundamental para o desenvolvimento económico das comunidades, das regiões, e dos países, seja de forma direta (pela venda dos produtos associados à manifestação) seja indiretamente (pelos benefícios económicos retirados por outros agentes que não os diretamente envolvidos na prática mas que beneficiam da exposição garantida pela manifestação). Por tudo isto, mais do que nunca, é fundamental: 1) a cooperação entre comunidade, especialistas e instituições (museológicas, políticas, académicas), 2) o desenho e implementação de programas que dinamizem o universo da prática, 3) trabalho intenso no sentido de reforçar a consciencialização das comunidades do património de que são depositários.

2) O plano de salvaguarda pelo Museu do Fado

A haver um denominador comum em todo o processo e ao longo destes quase 10 anos de investigação, esse seria o esforço de recusar liminarmente toda a forma de simplificação/purificação, porque se incorrêssemos nesse erro sabíamos que só encontraríamos “encenações”. Ao mesmo tempo, todos os envolvidos no processo estavam conscientes que qualquer ação no domínio do “património imaterial” tem de ir muito além de questões legislativas, normativas, classificatórias. Não deve esquecer que é do plano do político e do económico e que o plano do cultural e/ou do património não existem em si e por si.

O que importa sublinhar relativamente a qualquer abordagem a uma manifestação enquadrável no âmbito do património cultural imaterial é o papel que esta desempenha enquanto instrumento de coesão social e material de referência para as identidades dos participantes, a referida “comunidade”. Por outras palavras, a manifestação tem de ser, necessariamente, representativa de alguma coisa ou de algum grupo e tem de ser reconhecida como tal pela comunidade de praticantes. Em torno dessa ideia se construiu um muito detalhado plano de salvaguarda.

O plano de salvaguarda proposto pelo Museu do Fado, genericamente, nunca procurou o caminho mais simples; explorou as controvérsias, resistindo à tendência para as disfarçar; recusou a purificação, porque sabíamos que ao fazê-lo só recolheríamos “encenações”; todas e quaisquer ações tiveram de ir muito além de questões legislativas, normativas, classificatórias como já referi.

2.1) a preparação do dossiê “Fado. Património da Humanidade”

Por iniciativa do Museu do Fado, desde o primeiro momento, o processo passou a contar com o envolvimento direto, não-conduzido e não-hierárquico das comunidades de praticantes e académica. Mobilizou investigadores de diferentes áreas científicas, especialistas de diferentes domínios técnicos, e elementos reconhecidos pela comunidade como representantes do conhecimento partilhado e transmitido. Assim, foi criada uma comissão científica e um conselho consultivo que tutelava e avaliava todas as ações desenvolvidas no âmbito da investigação.

Para tal, foi preciso um trabalho constante, prolongado no tempo, que viabilizou a criação de cooperação, respeito e compreensão mútua, que implicou a negociação da retórica, a partilha de conhecimentos específicos, num muito longo e discreto processo... e todos nós sabemos que não são estes os tempos mais propícios a longos e lentos trabalhos de investigação.

Um exemplo: a definição da manifestação a candidatar. Uma visão imediatista e redutora podia pensar que a resposta era simples: “o Fado”... mas imediatamente a comunidade questionou-se “que fado?”, “há muitos fados...”, que fronteiras ou limites traçar. No caso do fado, que encerra em si a especificidade – da máxima importância – de se tratar de um domínio de prática musical especialmente visível nacional e internacionalmente, pleno de acaloradas discussões ideológicas e estéticas, tantas vezes sem fundamento crítico mas cheias de paixão não menos significativa e relevante... O fado, sendo registado em fonogramas desde 1900, com “artistas” a circular nacional e internacionalmente, profissional e institucionalmente, obrigou a que fossem assumidos elementos pouco habituais na reflexão sobre o Património Cultural Imaterial, nomeadamente noções como difusão, valorização, estrelato, internacionalização, espectacularização, tradição, tipologias de repertório, definição de género musical e universo de práticas, indústrias da música e do património, normatividade, e era essencial debater essas noções com a comunidade para que não fossem esquecidas mas para que também não matizassem o próprio processo e definição do objecto a candidatar.

Por tudo isso a abordagem metodológica que sustentou o processo foi desenhada num muito intenso trabalho cooperativo. A muito reduzida equipa envolvida na preparação da candidatura do fado não impediu a persecução de uma intensa reflexão que se materializou no constante desenho da investigação, sua avaliação e adaptação às necessidades da investigação e às solicitações da comunidade. Nenhum dos conceitos centrais (cultura, *popular culture*, património, “tradição”, prática, salvaguarda, “autenticidade”) deixou de ser profundamente refletido. Daí, e já o disse muitas vezes, foi fundamental a intervenção de profissionais especializados, não para ajudar os representantes da comunidade a “tratar melhor o seu património” ou a “pensar melhor [para não dizer “corretamente”, que é o que muitos pensam mas por pudor não afirmam] sobre ele”, não para redigir fichas de inventário mais corretas, mas para mediar os conhecimentos, os atores, e as políticas, acompanhando intensa, eficaz, e efetivamente, com sensibilidade técnica os processos ativos nas manifestações patrimonializadas ou em vias de o ser.

Assim:

1) identificamos os recursos existentes (na sua grande maioria desconhecidos), identificando-se instituições, públicas e privadas, ou pessoas detentoras de documentos sobre as práticas e os agentes envolvidos no domínio de comportamento expressivo.

2) levámos a cabo um trabalho de sensibilização para o património fonográfico, que, como disse na altura, estava “entre o tragicamente instituído desprezo pelos fonogramas e o oportunismo especulativo dos curiosos”. Foram identificadas coleções, procedeu-se a inventariação e/ou consolidação de inventários, preparou-se processos de digitalização sistemática do audio. Hoje temos identificados mais de 12 mil gravações de repertório associadas ao fado.

3) foram identificadas cerca de 150 instituições que, no vale do Tejo, desenvolveram uma qualquer actividade ligada ao fado. Esta linha de ação foi assumidamente de carácter experimental, tendo sido condicionada pela dimensão da equipa e o tempo disponível. Quase como uma investigação preliminar. Ainda assim serviu para tomarmos o pulso de uma rede de contactos intensa, gerida pela comunidade do fado. Sabemos agora que tipo de espólio detêm, que tipo de instituição são, que existência, em que condições de conservação e acesso, o estado do património.

4) procedemos ao registo da memória dos intervenientes neste universo de prática musical, realizando mais de 170 entrevistas a mais de 70 pessoas indicadas pelo conselho consultivo. Realizamos três histórias de vida junto de três pessoas, com três âmbitos de ação distintos (um guitarrista, um guitarreiro e um técnico de som). Procedeu-se ao estudo mais detalhado de cariz etnográfico junto dos dois principais construtores de guitarras portuguesas, representantes das duas tradições mais reconhecidas de construção daquele instrumento.

5) desenhámos e implementámos um programa de valorização da prática, repartida pelos domínios da educação, comunidade e acesso universal através da publicação de fontes bibliográficas (obras de carácter histórico em edições fac-similadas antecedidas de estudos críticos, monografias com investigação original, catálogos de exposições); um programa educativo que neste momento alcança todos os graus de ensino, do pré-primário ao universitário, envolvendo estudantes nacionais e estrangeiros, na zona de Lisboa e em todo o país; desenhou-se um projeto piloto de investigação-ação junto de crianças em bairros históricos da cidade associados ao fado; estabeleceu-se uma geografia histórica da prática do fado na cidade de Lisboa.

2.2) O plano de salvaguarda.

Uma vez a manifestação inscrita na lista do Património Cultural Imaterial da UNESCO, cumpria executar o plano de salvaguarda proposto e que se repartia por seis linhas.

1) Estabelecimento de uma rede cooperativa de instituições arquivísticas e museológicas detentoras de acervos relevantes para o estudo do Fado, tendo em vista a salvaguarda, o estudo, a investigação e a disseminação do património do fado.

2) Constituição de um Arquivo Digital de Fonogramas de Fado devidamente restaurados e documentados a ser disponibilizado gradualmente, *online*, registos que hoje se encontram dispersos por diferentes entidades arquivísticas e museológicas.

3) Implementação de um programa educativo que promova gradualmente a integração transversal de conteúdos relacionados com o universo do Fado, envolvendo a comunidade científica e de praticantes. Este programa consubstanciou-se na Escola do Museu do Fado, *workshops*, “visitas cantadas” ao museu e aos bairros históricos ligados simbolicamente ao fado, ensino de construção de Guitarra Portuguesa (através da atribuição de Bolsas, abertura de uma oficina de construção), elaboração de programas educativos e materiais pedagógicos dirigidos aos diferentes níveis do ensino básico e secundário, designadamente através de seminários de formação de formadores/professores, projectos piloto em escolas de ensino básico e secundário, articulação com a actividade de escolas de ensino artístico, formação técnica e científica de especialistas nas áreas de investigação e da prática museológica e arquivística, realização de encontros académicos, implementação de um programa de investigação-ação junto de crianças do ensino básico dos bairros históricos que vise o desenvolvimento de competências no domínio da pesquisa científica.

4) Reforço das redes que estruturam a comunidade do fado através do apoio a atividades a desenvolver por associações e coletividades locais.

5) Programa de edições regulares de textos originais, obras históricas em edições críticas fac-similadas, fontes musicais, fontes iconográficas, documentários, roteiros temáticos e guias bibliográficos e fonográficos

6) Um plano de apoio à rede de espaços performativos.

Nos dois últimos anos, a minha atenção tem recaído no estudo da fonografia histórica do fado, no âmbito de um trabalho pioneiro no campo da fonomusicologia que mobiliza antropólogos, musicólogos e, principalmente, a comunidade de praticantes, implicando a especialização em diferentes domínios técnicos: de realidade aumentada à programação de bases de dados, do tratamento arquivístico ao restauro do áudio, da análise do som ao seu estudo etnográfico.

Para melhor apresentar esta linha de ação (que deve ser entendida no quadro da ação que visa a constituição de um arquivo digital do património fonográfico) proponho que nos detenhamos em uma experiência concreta, desenvolvida no primeiro semestre de 2014, um caso concreto que nos demonstra a produtividade de uma ação deste tipo.

O muito significativo espólio fonográfico do Museu do Fado tem sido a base de partida para uma fonomusicologia do fado. Esse espólio foi inventariado, fotografado e documentado. Esse inventário elucidou-nos sobre o panorama fonográfico na primeira metade do século XX, as empresas e os agentes envolvidos, a tecnologia mobilizada e o repertório registados. Esse espólio pode ser pensado em termos de três grandes núcleos: os discos acústicos (1900-1925), discos acústico-elétricos (1925-1928) e discos elétricos (1927-1950).

Para cada um dos fonogramas é preparada a metadata (nomeadamente a identificação dos intervenientes, repertório, empresas envolvidas, direitos de autor, números de referência, procedimentos desenvolvidos e a desenvolver, datação).

Uma vez inventariados e documentados, cada disco foi sujeito a um tratamento físico de limpeza e estabilização (em termos de conservação física do suporte). Uma vez limpos cada disco foi digitalizado e o áudio restaurado, sendo produzida uma cópia de arquivo e uma cópia de acesso. Este processo implicou a montagem de estruturas de gestão da informação, de segurança da informação e futura transferência regular de suporte.

Uma vez fixado o áudio e documentado o fonograma, passamos a um estudo do universo dos intervenientes (humanos e não-humanos) no fonograma bem como das redes sociotécnicas mobilizadas. Para isso recorremos à imprensa do fado e ao trabalho com músicos (junto de quem procedemos a uma etnografia das práticas e do saber-fazer).

Deste complexo trabalho contamos promover o acesso crítico e informado ao património sonoro do fado, através de um arquivo de som digital numa plataforma digital de acesso livre e universal (uma entidade que não existe em Portugal!) que irá posteriormente estender-se a outras instituições onde procederemos à inventariação sistemática dos acervos, tratamento e difusão do património fonográfico sonoro, contribuindo assim para o reconhecimento público do fonograma como uma das materializações do património.

Bibliografia:

Ministério da Economia e do Emprego (2013) Plano Estratégico Nacional do Turismo. Revisão e objectivos 2013 - 2015. Acedido em http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENTurismo_07out14.pdf, a 19 de Dezembro.

Smith, L.; Akagawa, N. (ed.) (2009) *Intangible Heritage*. London, New York: Routledge

UNESCO (2003) *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*.

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS: DE REPOSITÓRIO A BASE DE DADOS. DESAFIOS PARA O FUTURO

António Carvalho, Lúvia Cristina Coito*, Ana Ávila de Melo*, Luís Raposo**

1. A biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia

A biblioteca do MNA, criada por decreto régio de 1901, foi desde o início, e no espírito do seu fundador, Doutor José Leite de Vasconcelos, um dos eixos fundamentais do Museu em paralelo com as coleções e a edição da revista *O Arqueólogo Português* (OAP).

José Leite de Vasconcelos pretendeu criar um museu onde contasse a história do “Homem Português” que contribuísse para o conhecimento das origens, tradições e características do povo português. No seguimento desta sua linha de pensamento, vamos encontrar na biblioteca e arquivo do MNA, para além dos esperados livros e revistas de Arqueologia, Etnografia, Museologia, com cerca de 30.000 monografias, 1.800 títulos de publicações periódicas, ainda, manuscritos, incunábulos, livro antigo, literatura de cordel, arquivos pessoais, em especial o legado do seu fundador formado pela livraria pessoal de J.L.V., correspondência, apontamentos e documentação que utilizou na elaboração dos seus numerosos trabalhos científicos, fotografia, etc. (fig. 1).

Independentemente de constituir um suporte para os técnicos do Museu, e estar aberta ao público, a biblioteca tem, igualmente, como missão, pesquisar, selecionar, organizar e difundir as fontes de informação da área específica da arqueologia, necessárias para o estudo do acervo museológico, mas também, apoiar projetos de investigação.

A biblioteca, desde sempre se afirmou como um dos instrumentos fundamentais para o desenvolvimento da investigação arqueológica em Portugal.

A maior parte da coleção de publicações periódicas é mantida atualizada pelas permutas com cerca de 300 instituições internacionais, conseguida através da publicação da revista centenária do Museu *O Arqueólogo Português*. Na reforma para melhoria da organização do Museu, estabelecida pelo decreto régio de 1901, ficou estipulado que seria criada “uma biblioteca especial das obras mais indispensáveis, constituída em parte por trocas com as publicações do Museu.”

2. O Arqueólogo Português

O *Arqueólogo Português*, fundada em 1895 pelo Doutor José Leite de Vasconcelos, tornou-se na revista científica mais prestigiada na arqueologia portuguesa, tanto no plano nacional como no plano internacional, e com edição constante ao longo destes 120 anos.

A maior parte dos seus volumes (setenta até ao presente) encontra-se esgotada. A coleção completa da revista constitui uma raridade bibliográfica, e o próprio Museu Nacional de Arqueologia não possui em arquivo senão três coleções completas da revista.

Acresce referir que todos os trabalhos de investigação arqueológica que se reportem a estações já escavadas no passado ou a peças já encontradas, terão invariavelmente de recorrer à consulta dos artigos da revista.

Para além dos benefícios que resultam do progresso decorrente dos conhecimentos aqui divulgados, esta publicação cumpre ainda o papel essencial de apoio à investigação no âmbito da arqueologia realizada no contexto nacional, designadamente em museus detentores de espólios arqueológicos, em centros e laboratórios de restauro de bens arqueológicos e nas universidades responsáveis pela formação na área, mesmo a base nacional de sítios arqueológicos "Endovélico", criada no início da década de noventa do século passado, reflete de sobremaneira os dados publicados na revista. A nível internacional, constitui-se igualmente como repositório do conhecimento arqueológico produzido no contexto português.

3. Edição em DVD e disponibilização via Web, da Revista O Arqueólogo Português (1895-2003)

A proposta para este projeto foi pela primeira vez apresentada ao Instituto dos Museus e da Conservação em 2005, mas só em 2007 e no âmbito das comemorações do 150º aniversário de nascimento de José Leite de Vasconcelos foi integrado no Plano Operacional da Cultura desse ano. O seu principal objetivo foi proceder ao tratamento e à digitalização integral de 57 volumes da revista editada pelo Museu Nacional de Arqueologia *O Arqueólogo Português*, entre 1895 e 2003, dos quais 42 vols., da 1.ª à 3.ª série se encontravam esgotados, perfazendo um total de 20.103 páginas.

O tratamento documental da informação digitalizada contemplou igualmente a elaboração de analíticos de todos os artigos da revista, num total de 1.915 artigos promovendo assim o célere acesso à informação, e, por consequência, impulsionando a investigação portuguesa e estrangeira em variados campos disciplinares das ciências humanas (designadamente Arqueologia, Antropologia, Etnografia e Linguística).

Os trabalhos de digitalização dos 57 volumes da revista, 30 vols. da 1ª série; 5 vols. da 2ª série; 7 vols. da 3ª série e 15 vols. até ao número 21 da 4ª série (fig. 2) e posterior disponibilização da informação em ambiente digital (DVD e via *website* do Museu Nacional de Arqueologia) ajudaram a devida

salvaguarda dos originais, assegurando a sua conservação em condições adequadas (fig. 3) .

Os efeitos positivos deste projeto fizeram-se sentir a diversos níveis como facilitar e aumentar as possibilidades de pesquisa da informação; fornecimento de serviços de melhor qualidade aos utilizadores; melhoria significativa da imagem dos serviços prestados, ao público, pelos museus; melhor conservação das espécies bibliográficas.

4. Disponibilização dos resultados

Este projeto procedeu à disponibilização integral dos conteúdos da revista através de edição em DVD, com uma tiragem de 1.000 exemplares, distribuídos com o vol. 26 da revista, comemorativo do 150º aniversário de nascimento de José Leite de Vasconcelos, o que constitui uma fonte preciosa de informação posta ao serviço dos investigadores, bem como no já referido *Website* do Museu, hoje com o seguinte endereço: http://www.museuarqueologia.pt/documentos/oap_lista.htm

5. Aspectos a ter em conta num projecto de digitalização

Antes de se iniciar um projeto de digitalização é necessário definir e estruturar muito bem todo o processo para se evitarem constrangimentos de última hora.

Das primeiras decisões a tomar será a opção de digitalização a efetuar nos serviços ou em "outsourcing", o que depende das capacidades da instituição, natureza do projeto, menor risco de danificar os originais e maior controlo na qualidade, mas por outro lado um serviço externo será mais especializado, terá melhor equipamento, menores custos. No caso do Museu a opção foi em "outsourcing", no entanto, é preciso não esquecer que mesmo este sistema de trabalho implica igualmente um grande empenhamento do pessoal da biblioteca para gestão do projecto, controlo de qualidade, etc. (fig. 4).

Toda a preparação inicial é fundamental para garantir que a informação digital se manterá acessível a longo prazo. Sendo sem dúvida um processo complexo, uma forma de minimizar essa complexidade é a utilização de formatos *standards*, como o XML ou ASCII para documentos de texto ou metadados e formato TIFF para ficheiros de imagem pois, desta forma podem-se atenuar os custos e eventuais perdas de informação, tantas vezes inevitáveis nos processos de migração.

Ao seguir os *standards* reconhecidos internacionalmente garantem-se as melhores práticas e facilita-se a interoperabilidade e o acesso a longo prazo aos conteúdos digitais.

A digitalização é, ela própria, geradora de novos recursos de informação digital que, também, importa preservar, daí a escolha de estratégias e procedimentos que possam minimizar os efeitos da desatualização tecnológica envolvida na utilização das cópias digitais, não esquecendo que quando se detetam as perdas já é normalmente tarde, uma vez que estas são repentinas e não graduais, como no analógico. É preciso não esquecer que o Museu, como instituição produtora destes recursos, é simultaneamente entidade responsável pelo seu arquivo e conservação.

Outro aspeto a não esquecer nos projetos de digitalização é a obtenção de autorizações para reprodução de originais que estejam ainda sujeitos ao Código dos Direitos de Autor. No caso de *O Arqueólogo Português* solicitámos cartas de autorização para todos os artigos publicados na 4ª série.

Segundo indicadores da UNESCO, em termos de aspetos económicos a ter em conta quando se pretende avançar para um projeto de digitalização, deve-se considerar que o trabalho de digitalização e obtenção de fundos representa 1/3 do tempo do projeto, enquanto organizar e descrever materiais, criar índices e a transferência e organização dos conteúdos digitalizados para serem pesquisáveis ocupará os outros 2/3 do tempo. É também preciso não esquecer que a preservação da informação digital implica um custo adicional permanente.

6. A digitalização da revista *O Arqueólogo Português*

Os requisitos técnicos e de qualidade solicitados no processo de digitalização da revista *O Arqueólogo Português* foram todos definidos num caderno de encargos salientando-se os seguintes aspetos:

1 - Formatos de imagem

Produção de um ficheiro master, mais fiel possível ao original, sem compressão e sem processamento adicional de correção, em formato TIFF, para arquivo;

Produção de imagens de consulta, documentos multi-imagem, em PDF, com compressão e processamento adicional da imagem de forma a minimizar a degradação do aspeto visual;

Produção de imagens *thumbnail*, em formato GIF ou JPEG;

Produção de imagens com resolução *Web*, documentos multi-imagem, em PDF, com compressão e processamento adicional da imagem de forma a minimizar a degradação do aspeto visual.

2 - Metadados

Os metadados, para além de descritivos, desempenham um papel fundamental na preservação, proveniência, troca, compatibilidade e acesso a longo prazo à informação digital.

Foram solicitados metadados estruturais para navegação e apresentação de metadados para gestão e processamento, sendo definidos os dados técnicos das imagens, os dados administrativos e os dados bibliográficos (fig. 5).

3 – Identificação e organização dos ficheiros

Foram também definidos à partida todos os elementos de identificação a introduzir nos nomes dos respetivos ficheiros.

4 – Suportes de entrega do produto final

Foram definidas determinadas regras, e solicitou-se a entrega em dois discos externos.

5 – Requisitos de qualidade de imagem

Foram solicitados índices de qualidade das imagens (IQ) excelentes para as imagens de arquivo e mediana para as imagens de consulta.

6 – Organização para armazenamento e acesso aos ficheiros produzidos

Foi também contemplada a transferência e organização dos conteúdos digitalizados, em formato PDF, para servidor *on-line* e para a base de dados da biblioteca para permitir a hiperligação individual ao conjunto dos ficheiros em formato PDF.

7. Protocolo entre o Museu Nacional de Arqueologia e a Imprensa Nacional-Casa da Moeda para a edição de *O Arqueólogo Português*

Em 2008, foi editado o volume 26 da série 4 de OAP, número especial comemorativo dos 150 anos do nascimento de José Leite de Vasconcelos, que acabou por marcar o fim de um ciclo na vida da revista (fig. 6).

Os constrangimentos orçamentais na Administração Pública que se vieram a sentir posteriormente¹, e a perspetiva da impossibilidade de o Museu Nacional de Arqueologia continuar a editar a sua revista centenária motivaram a direção do Museu, a procurar soluções alternativas em parceria com outras instituições, o que se verificou logo no começo de 2011, com uma primeira reunião de trabalho com a INCM, onde foi definido o interesse estratégico em estabelecer uma parceria editorial entre as duas instituições. Sendo a INCM a editora oficial e tendo estado, no início, ligada à edição de *O Arqueólogo Português* e à obra de José Leite de Vasconcelos, era natural que voltasse a editar a revista e outras publicações do MNA, como a série monográfica “Suplementos a *O Arqueólogo Português*” e catálogos de exposições.

Tratou-se do primeiro protocolo² do género, entre a INCM e um museu, iniciando um processo que depois viria a ser seguido por outros museus e mais tarde, também, adoptado pela tutela (IGESPAR e DGPC). Na cláusula 2ª do Protocolo a INCM compromete-se a publicar, anualmente, um volume

da revista e um volume da série monográfica “Suplemento a *O Arqueólogo Português*”, o que se verificou logo nesse ano com a edição do Suplemento 7 “Leite de Vasconcelos e Orlando Ribeiro. Encontros epistolares (1931-1941)” e o início de uma nova série de *O Arqueólogo Português*, a 5ª, cujo primeiro volume foi igualmente publicado nesse ano. No espírito desta colaboração foi ainda editada a Agenda INCM 2012 dedicada à figura de José Leite de Vasconcelos.

É pois neste cenário de profunda mudança e constrangimento que se deu início, e continuidade, à série 5 de *O Arqueólogo Português*, agora em co-edição entre as duas instituições.

8. Projetar *O Arqueólogo Português* – arbitragem e indexação

Em 2012 assistiu-se à mudança de direção do MNA mas manteve-se a edição de *O Arqueólogo Português* como peça estruturante do “edifício” centenário que é esta instituição .

Na primeira reunião do Conselho Editorial, foi decidida a criação de um Comité de Leitura que incluísse um vasto número de especialistas de diferentes áreas e que constituiria o primeiro passo para a organização de um sistema de arbitragem que respondesse aos requisitos internacionais para uma futura indexação da revista.

Atualmente são muitos os arqueólogos e investigadores que estão credenciados no MNA e estudam coleções do acervo do Museu de diferentes épocas e sobre diversas temáticas (fig. 7).

Estes projetos de investigação em curso têm repercussão direta em OAP. Os resultados dos trabalhos desenvolvidos por arqueólogos e investigadores são publicados na revista após a sua conclusão, alimentando o seu conteúdo científico (fig. 8).

Em que consiste então o sistema de arbitragem?

Já bem estabelecido nas designadas “ciências exactas” o sistema de arbitragem de artigos e demais trabalhos científicos, ou “peer review”, generalizou-se a outras áreas científicas, como as Humanidades ou as Ciências Sociais. Na sua essência, o sistema de arbitragem assenta na confiança mútua entre autores e editor – o autor submete o seu artigo para publicação ao editor que, com o seu consentimento, o remete para outros especialistas da área, seus pares, “peer reviewers”, para apreciação. O processo entre a submissão e apreciação final do trabalho não deverá exceder os quatro meses. Como se pode ver no diagrama abaixo, são três os intervenientes neste processo – autor, editor e revisor (fig. 9).

O que se pretende então com este sistema de arbitragem?

Podemos resumir em duas palavras – seleção e validação. O editor assegura a qualidade dos trabalhos que publica e o autor vê a sua investigação reconhecida pelos seus pares. Feito o balanço, todos saem beneficiados, pois se por um lado apenas os bons trabalhos são publicados, os revisores têm a possibilidade de sugerir aos autores alterações que melhoram a qualidade

do trabalho publicado. O processo torna-se mais eficiente ainda, pois os revisores são também eles próprios autores, o que confere maior credibilidade ao sistema.

São várias as metodologias possíveis num sistema de arbitragem: revisão “cega” simples (“single blind peer review”) – o revisor sabe quem é o autor, mas este desconhece a identidade do revisor; revisão “cega” dupla (“double blind peer review”) – tanto o revisor como o autor desconhecem as respetivas identidades; revisão “aberta” (“open peer review”) – autor e revisor conhecem as respetivas identidades. Todas elas são utilizadas por grande parte das revistas indexadas (editores científicos) nas bases de dados internacionais (fig. 10). A opção por qualquer um destes procedimentos é uma decisão da política editorial da revista que deve ser do conhecimento de todos.

O modo de “operacionalizar” o processo de revisão de um artigo também é decisão dos editores. Neste momento uma editora como a Elsevier promove todo o processo de revisão “em linha”. A opção pela revisão “em linha” é uma forma de agilizar o processo e permitir maior rapidez na edição dos artigos, mas implica recursos humanos e informáticos consideráveis.

Num universo imenso de publicações científicas impressas e digitais deste século, uma revista científica só é considerada se tiver implementado um sistema de arbitragem – este é um “passaporte” para a sua integração nas bases de dados internacionais de referência bibliográfica, como a Web of Science, SCOPUS ou outras.

Este aspeto não é de somenos importância para os investigadores, inclusive arqueólogos, pois publicar numa revista com sistema de arbitragem é valorizado de modo diferente pelas instituições que definem e gerem as políticas científicas nacionais, como é o caso da FCT, no que se refere a Portugal – publicar nos *“Trabajos de Prehistoria”*, por exemplo é, presentemente, mais valorizado do que publicar em *O Arqueólogo Português*, o que é importante quando se pretende submeter projetos de investigação para financiamento (fig. 11).

9. Indexação de revistas científicas: procedimentos

A indexação de publicações científicas é um processo que remonta à década de 1950 e que acompanhou, de perto, o desenvolvimento da computação. O conceito que está na sua origem é basicamente simples – o reconhecimento que a importância da informação é determinada por aqueles a quem a informação se destina. Ao medir o impacto dessa informação sobre a comunidade científica, está-se igualmente a determinar a “qualidade” do trabalho.

Logo em 1963 é publicado o Science Citation Index que reunia as mais importantes publicações científicas de diferentes áreas e que atualmente ainda é publicado, mas em versão *web*. Durante décadas coube ao ISI (Institute for Scientific Information) a gestão do SCI. A base de dados SCI é atualmente gerida pela Thomson Reuters que tem a seu cargo igualmente a

Web of Science.

Inicialmente vocacionada para a indexação em revistas científicas na área das Ciências Naturais, a *Web of Science* abrange todas as áreas do saber, mesmo as ciências sociais e humanidades. A criação das bases Arts & Humanities Citation Index e Social Sciences Citation Index permitiram alargar a indexação e estudos de impacto a todas as áreas do saber.

Atualmente são diversas as bases que indexam revistas científicas e produzem estudos bibliométricos de impacto dessas publicações, como a SCOPUS, a JSTOR e outras. Porém, o facto de estar indexado na Web of Science é, por si só um fator de possível integração noutras bases de dados.

Em 2002 o Standing Committee for the Humanities (SCH) da European Science Foundation (ESF), por recomendação dos seus membros criou o European Reference Index for the Humanities (ERIH) cujo objetivo principal é realçar a "visibilidade global" da grande qualidade de investigação na área das Humanidades de revistas científicas publicadas em toda a Europa e em diferentes línguas. A primeira lista foi publicada em 2008 e em 2011-2012 as listas foram revistas e apresentadas, estando na base do European Reference Index for the Humanities and Social Sciences (ERIH PLUS). Em Janeiro de 2014 foi assinado um protocolo entre a European Science Foundation (ESF) e a Norwegian Social Science Data Service (NSD) através do qual a gestão da base European Reference Index for the Humanities and Social Sciences (ERIH PLUS) passa para esta última instituição.

10. Indexar *O Arqueólogo Português* – considerações finais

Como se pode deduzir de tudo o que foi escrito anteriormente, a indexação de uma revista científica é um processo complexo e com múltiplos fatores que o condicionam.

No caso de *O Arqueólogo Português* se por um lado podemos beneficiar do percurso de indexação já feito por algumas revistas espanholas de Arqueologia, como os "*Trabajos de Prehistoria*" ou o "*Archivo Español de Arqueología*", para só mencionar estas, a verdade é que temos de lidar com outro tipo de constrangimentos que podem afetar o pretendido processo de indexação de OAP.

Presentemente o OAP é uma edição conjunta do MNA e da INCM, após o estabelecimento do referido protocolo entre as duas instituições em 2011. O OAP é uma prestigiada revista científica na área da Arqueologia e do estudo das coleções do museu desde a sua fundação em 1895. Tal facto foi reconhecido primeiro pela JNICT que, entre 1988 e 1992 subsidiou a edição da revista e, mais tarde, pela FCT – organismo tutelar da política científica em Portugal – a qual, entre 1998 e 2003, subsidiou cinco volumes da revista. Foi a própria FCT que incluiu OAP na base de dados Latindex que ela gere, no caso português (<http://www.latindex.unam.mx>).

A integração de *O Arqueólogo Português* na base de dados *Latindex* é um passo importante para a sua inclusão futura na *Web of Science*. A avaliação é feita pelo envio de exemplares impressos, ou eletronicamente, caso a revista tenha versão digital.

Na fig. 12, apresenta-se de forma resumida e esquemática os pré-requisitos para a indexação de OAP, tendo sempre presente que a sua manutenção na bases de dados é um processo que é reavaliado todos os anos.

De um modo geral, podemos considerar que OAP cumpre as principais exigências no processo de candidatura à *Web of Science*, mas não todas – por exemplo ainda não apresenta o título dos artigos em português e inglês, ou a indicação da data de receção e aceitação dos originais dos artigos. Os elementos prioritários na avaliação da candidatura à *Web of Science* são os mesmos que estão discriminados no portal da *Latindex*.

Neste momento há três aspectos que importam resolver na submissão da revista para indexação – o cumprimento da periodicidade, a falta de um efetivo sistema de arbitragem e a disponibilização da revista *on-line*. Todavia no que diz respeito a este último ponto foi possível concretizá-lo no início de 2015 com a sua disponibilização na página da DGPC <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/recursos/o-arqueologo-portugues/o-arqueologo-portugues>. Estamos orientados agora para solucionar as outras duas questões. Sem isso, especialmente o cumprimento da periodicidade e o sistema de arbitragem, é difícil a integração de OAP na *Web of Science*, como se poderá ver na fig. 13.

Claro que as características intrínsecas de OAP e a sua longevidade como revista científica de Arqueologia têm, necessariamente, de nos fazer refletir sobre a identidade da própria revista. A “sede” de indexação das revistas científicas e a obrigatoriedade de publicação em inglês leva a uma normalização e descaracterização das publicações. *O Arqueólogo Português* é uma revista centenária que já “sobreviveu” ao francês como língua franca da ciência e agora “enfrenta” o inglês. O que sucederá então à língua portuguesa? Tal como o castelhano permanece em todas as revistas espanholas de arqueologia indexadas, também o português continuará a predominar em *O Arqueólogo Português* – a indexação Arts & Humanities Citation Index e Social Sciences Citation Index não obriga ao uso exclusivo da língua inglesa, como se verifica no Science Citation Science (SCI) da *Web of Science*. Por outro lado, quando abrirem as novas candidaturas ao ERIH e forem definidos critérios de seleção poderemos reavaliar todo este processo.

Na atual conjuntura internacional de política científica a hegemonia anglo-americana é incontestável e caberá à European Science Foundation tentar atenuá-la, através da intensificação do papel da base de dados European Reference Index for the Humanities and Social Sciences (ERIH PLUS) na credibilização e divulgação das revistas científicas publicadas. Desde janeiro de 2014 que a gestão da base de dados ERIH PLUS está a cargo da

Norwegian Social Science Data Services (NSD), após a assinatura do acordo de cooperação entre a ESF e a NSD. A implementação e reforço do papel que se pretende com a ERIH PLUS passam pela abertura de candidaturas de novas publicações científicas europeias. O referido concurso abriu no dia 9 de julho de 2014, sem prazo de encerramento.

Assim que todos os requisitos exigidos pela NSD estejam cumpridos iremos submeter a candidatura de *O Arqueólogo Português* à ERIH PLUS.

Bibliografia

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS. Lisboa. S. 4, 26 (2008).

COITO, L. C.; CARDOSO, J. L.; MARTINS, A. C. (2008) – José Leite de Vasconcelos: Fotobiografia. Lisboa: MNA; Verbo.

GARCÍA MARÍN, A. [et al.] (1997) – Nos pasamos de la raya?: la frontera hispano-portuguesa a través de las publicaciones de Prehistoria y Proto-historia. Trabajos de Prehistoria. Madrid. 54: 1, p. 35-56.

HISTORY OF CITATION INDEXING - Web of Science [Em linha]. Filadélfia: Thomson Reuters, 2014. [Consult. 15 Maio 2014]. Disponível em WWW: URL: <http://wokinfo.com/essays/>

NEWMAN, A. (2014) - Publishing Seminar: How to be a good referee and Publishing as a Career Springboard. Amsterdam: Elsevier. Comunicação apresentada na Reitoria da Universidade de Lisboa a 9 de Abril de 2014.

RAPOSO, Luís (2011) – Agenda 2012: José Leite de Vasconcelos. Lisboa: INCM.

TESTA, J. (2012) – The Thomson Reuters Journal Selection Process [Em linha]. Filadélfia: Thomson Reuters, actual. Maio 2012 [Consult. 15 Maio 2014]. Disponível em WWW: URL: <http://wokinfo.com/essays/journal-selection-process/>

TOWARDS comprehensive bibliographic coverage of the scholarly literatures in the humanities and social sciences. Report from a working group [Em linha]. 2010 [Consult. 28 Julho 2014]. Disponível em WWW:URL: <https://dbh.nsd.uib.no/publiseringsskanaler/erihplus/about/index>

VICENT GARCIA, J. M. (2008) – Editorial. Trabajos de Prehistoria. Madrid. 65: 2, p. 7.

Fig. 1 – A biblioteca do MNA



Fig. 2- As séries de "O Arqueólogo Português"

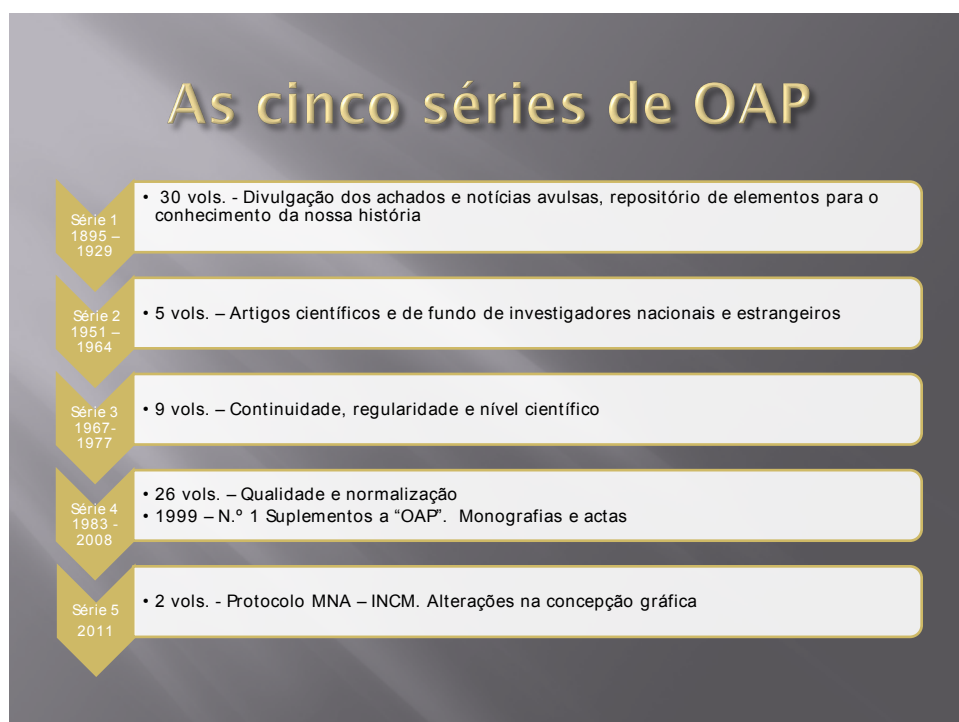


Fig. 3 – Volumes da revista digitalizados



Fig. 4 – Digitalização de “O Arqueólogo Português”, custos e recursos

Digitalização OAP - CUSTOS e RECURSOS

Coordenação	<ul style="list-style-type: none"> • 1 técnico superior - bibliotecária • 1 técnico superior – apoio tecnológico
gestão financeira do projecto	<ul style="list-style-type: none"> • 1 técnico superior IMC
Introdução dos analíticos na base de dados	<ul style="list-style-type: none"> • 1 bibliotecária • 4.980,80 €
Digitalização 20.103 pág., 1.915 artigos	<ul style="list-style-type: none"> • 2 operadores e 1 informático • 6.432,96 €
Encadernador	<ul style="list-style-type: none"> • 900 €
Design DVD	<ul style="list-style-type: none"> • 1.500 €
Servidor	<ul style="list-style-type: none"> • 3.437,00 €
Transferência dados Web	<ul style="list-style-type: none"> • 1.250,00 €
Bibliopac	<ul style="list-style-type: none"> • 1.325,00 €
Edição 500 DVD	<ul style="list-style-type: none"> • 4.893,00 €
TOTAL	<ul style="list-style-type: none"> • 24.717,96 € + IVA

Fig. 5 – Processo de digitalização de “O Arqueólogo Português”



Fig. 6 – Momento de transição



Fig. 7 – Projetos de investigação a decorrer no MNA



Fig. 8 – O estudo de colecções no MNA

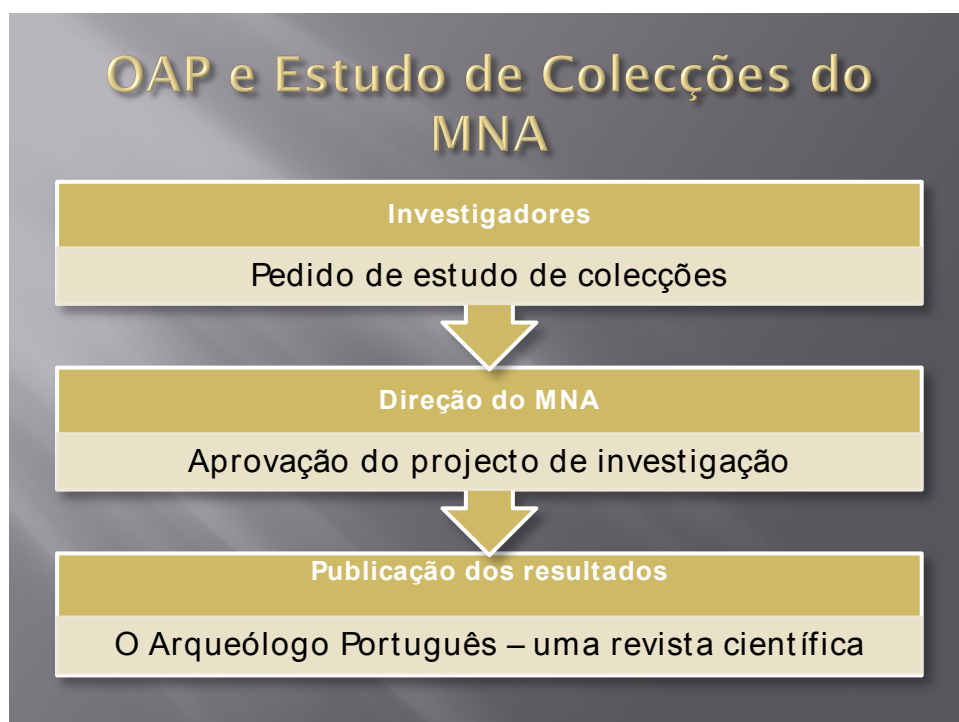


Fig. 11 - Adaptação da revista às atuais exigências da investigação científica

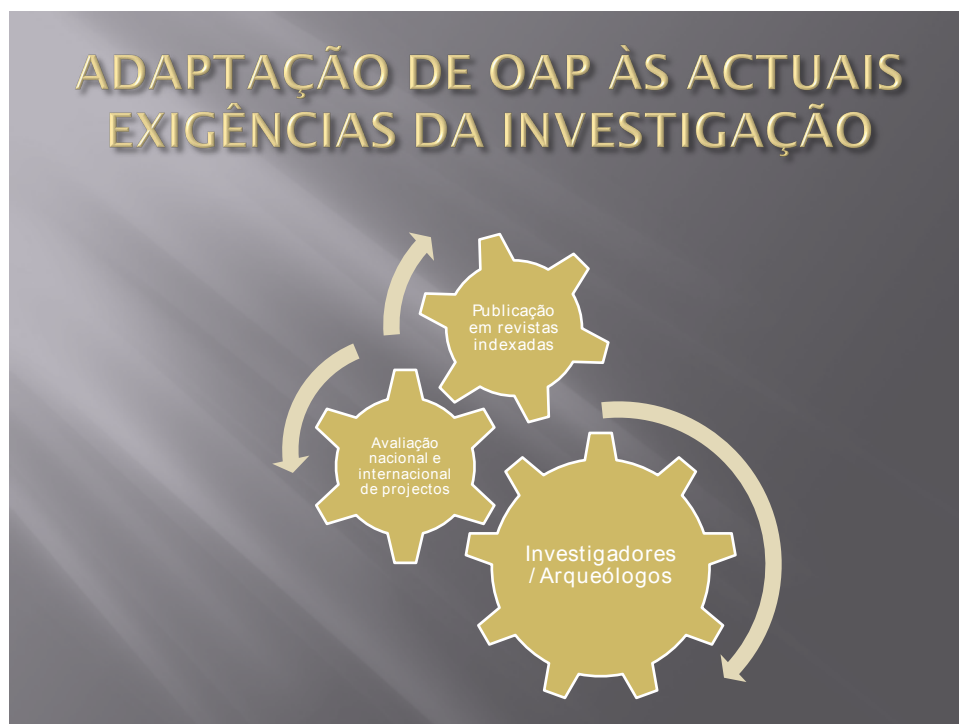


Fig. 12 - Processo de credenciação de OAP

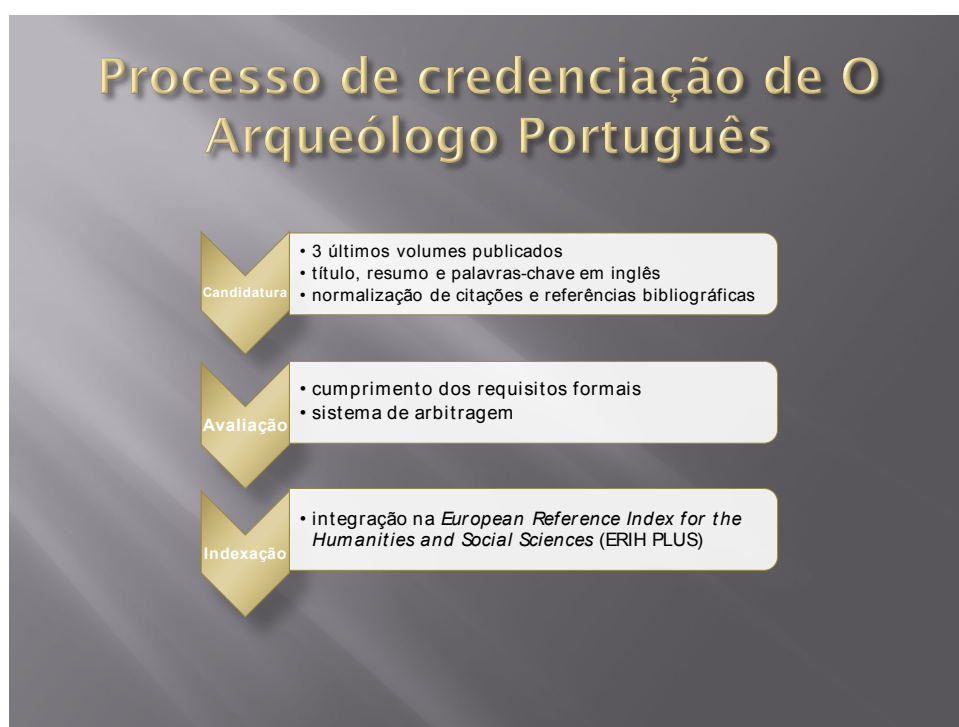
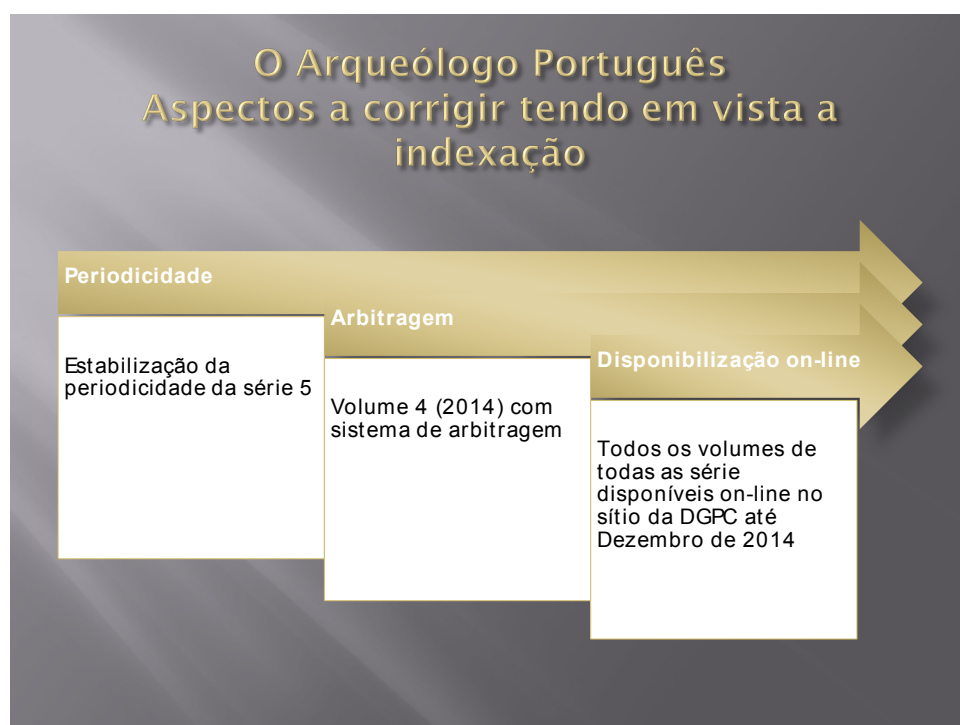


Fig. 13 – Indexar OAP



Notas biográficas

Conceição Serôdio

Conta já com 25 anos ao serviço das Bibliotecas, Arquivos e Museus na Câmara Municipal de Loures.

Bibliotecária do Museu de Cerâmica de Sacavém. Integra a equipa de conceção e produção das exposições do Museu, e publica textos em catálogo e apresentações públicas sobre o acervo documental do Museu.

Coautora do projeto e realizações do Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus da Câmara Municipal de Loures.

Fundadora e cocoordenadora do Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus da BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

Licenciada em Filosofia, variante Filosofia da Cultura, pela Faculdade de Letras de Lisboa.

Pós-graduação em Ciências Documentais – Biblioteca e Documentação, pela Universidade Autónoma de Lisboa. Cadeiras de Arquivística, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

Pós-graduação Gestão e Empreendedorismo Cultural e Criativo, pelo INDEG / ISCTE.

Sócia das associações portuguesas BAD e APAI e do ICOM internacional.

Margarida Amaral

Bibliotecária no Centro de Documentação do Museu Municipal de Loures.

Iniciou a sua atividade profissional na Biblioteca João Paulo II, da Universidade Católica Portuguesa.

Docente na pós-graduação Ciências Documentais, cadeira de catalogação, da Universidade Autónoma de Lisboa.

Formadora em várias instituições na área da catalogação.

Colaborou no projeto de conversão retrospectiva da Fundação Calouste Gulbenkian e na reestruturação da Biblioteca do CLCLE da Faculdade de Letras de Lisboa.

Vários artigos publicados e apresentações públicas sobre os fundos documentais do Centro de Documentação do Museu Municipal de Loures.

Coautora do projeto Encontros Nacional de Centros de Documentação de Museus.

Licenciada em Filosofia, pela Universidade Católica Portuguesa.

Pós-graduação em Ciências Documentais – Biblioteca, pela Universidade Autónoma de Lisboa.

Diversas formações em Museologia, Património Imaterial, História da Imprensa em Portugal.

Paula Ochôa

Professora Auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigadora no CHAM. Licenciada em História; Curso de Especialização em Ciências Documentais, Curso de Inventário de Coleções Museológicas, pós-graduação em Conservação e Preservação do Património, mestrado em Gestão da Informação e doutoramento em Documentação.

Iniciou a sua atividade profissional no Instituto Português do Património Cultural (1982) tendo desempenhado funções no Departamento de Musicologia e no Museu do Teatro. Posteriormente, trabalhou na Divisão de Informática da Biblioteca Nacional, acompanhando o lançamento da PORBASE (Base Nacional de Dados Bibliográficos) e no serviço de referência. Foi diretora de serviços de Informação e Documentação na Secretaria Geral do Ministério da Educação, onde coordenou o projeto de gestão de informação integrada BAME (Bibliotecas, Arquivos e Museus do Ministério da Educação), no qual se integrou a criação do Museu Virtual da Educação.

Armando Malheiro da Silva

Nasceu em Braga no ano de 1957. Licenciou-se em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de Braga, da Universidade Católica Portuguesa, e em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Obteve o diploma do curso de bibliotecário-arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e, em 1999, doutorou-se em História Contemporânea na Universidade do Minho. É atualmente professor associado do curso de licenciatura em Ciência da Informação, do Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tem repartido as suas pesquisas e publicações pela Arquivística e Ciência da Informação, pela História Política e das Ideologias em Portugal nos séculos XIX-XX, pela História Social e da Família e pelos Estudos Locais. Publicou, pelas Edições Afrontamento, em 2002 e em coautoria com a prof.^a Fernanda Ribeiro, o livro *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular* e, em 2006, pela mesma Editora, *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico*. Tem trabalhado, desde 1994, quer como historiador, quer como arquivista e investigador em Ciência da Informação, no Arquivo/Biblioteca do General José Mendes Ribeiro Norton de Matos (1867-1955), localizado na Casa de Família, em Ponte de Lima.

Graça Filipe

Natural de Lisboa, licenciada em História (1980, FLUL), mestre em Museologia e Património (2001, FCSH-UNL) e pós-graduada em Museologia Social (1991, UAL). É investigadora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nova de Lisboa e nesta mesma faculdade é docente de museologia, desde 2007. É técnica superior da administração local e responsável científica e técnica, desde maio de 2014, do Projeto do Museu da Levada de Tomar, neste Município. Foi responsável e diretora do Ecomuseu Municipal do Seixal, entre 1989 e 2009, e técnica superior na mesma instituição em 2011-2014. Desde 1989

que concentra o seu trabalho na investigação e em projetos no âmbito da história, dos estudos de património e da museologia, ligados à ação patrimonial e à formação, com ênfase em contextos museais.

Cristina Cortês

Educação: (I) Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pelas Universidades de Aveiro e do Porto (URL: <http://hdl.handle.net/10773/10444>) (2013); (II) Pós-graduação em Ciências da Informação e da Documentação, pela Universidade Fernando Pessoa (2008); Licenciatura em Documentação e Arquivística, pela Universidade de Aveiro.

Investigação: (I) Investigadora no INET - MD, Instituto de Etnomusicologia (FCSH - UNL|DECA - UA| FMH - UL| ESE- IPP); (II) Membro do Grupo de Trabalho, Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM), da APBAD (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas); (III) Revisora científica, na editora IGI Global.

Produção científica e académica: A produção científica e académica encontra-se disponível nas plataformas: ORCID ID (<http://orcid.org/0000-0001-9622-513X>) ou ResearchID (<http://www.researcherid.com/rid/A-5378-2011>).

Experiência Profissional: iniciou a sua atividade profissional nos Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro, atuais Serviços de Bibliotecas, Informação Documental e Museologia da Universidade de Aveiro, desde 1994 até ao presente. Exerce funções nas Áreas, de Biblioteca e dos Recursos Eletrónicos e Apoio ao Utilizador.

Membro ativo do Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus da BAD.

Paula Moura

Nasceu no Porto a 16 de junho de 1973.

Desde 2002 é técnica superior de biblioteca e documentação no Museu dos Transportes e Comunicações.

Em 1996 finaliza a sua licenciatura em Ciências-Históricas (ramo científico) na Universidade Portucalense. Em outubro de 2009 concluiu o mestrado em Gestão da Informação, na Universidade de Aveiro, desenvolvendo a sua dissertação na área da gestão da informação nas organizações culturais.

Entre os anos de 2001-2006 frequentou as pós-graduações em Ciências-Documentais, na variante, bibliotecas e centros de documentação (2001-2003) e, na variante arquivos (2003-2006), na Universidade Portucalense.

Membro ativo do Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus da BAD.

Alexandre Matos

Licenciado em História - ramo científico pela Universidade Portucalense, mestre e doutor em Museologia pela Universidade do Porto é, atualmente, diretor do Departamento de Investigação e Formação da Sistemas do Futuro, Lda, e professor afiliado no Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A sua atividade académica e profissional tem como principal foco a investigação na área da gestão e documentação de coleções em museus e paralelamente na utilização da tecnologia no sector do património cultural. Foi responsável pela primeira tradução da norma SPECTRUM para Português e faz atualmente parte da equipa que gere a tradução e adaptação da norma nos territórios de Portugal e Brasil através do projeto SPECTRUM PT (www.spectrum-pt.org).

Tem como interesses de investigação as políticas de gestão de coleções, a normalização em museus, a documentação do património cultural, a utilização das redes sociais neste sector e a divulgação das coleções recorrendo a ferramentas como o *storytelling*.

É investigador do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória (CITCEM - www.citcem.org), membro do conselho consultivo do projeto eCultSkills (www.ecultskills.eu) e embaixador do eCultObservatory (www.ecultobservatory.eu). Faz parte dos atuais corpos gerentes do ICOM Portugal e é sócio da Associação Portuguesa de Museologia (APOM).

É também autor do blog Mouseion (www.mouseion.pt) e coordenador do projeto MuseusPortugal (www.museusportugal.org).

Membro ativo do Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus da BAD.

Cristina Sampaio

Licenciada em Filosofia, tem o curso de formação de professores incluindo estágio, na mesma área e é mestre em História de África pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Desde 2013, integra a equipa de inventário e documentação do Museu Nacional do Teatro.

Anteriormente: exerceu funções no Instituto dos Museus e da Conservação; integrou a equipa de investigação do projeto: "Cartografia Política e Territórios Coloniais (1883 - 1936) um registo patrimonial para a compreensão dos problemas atuais", do Instituto de Investigação Científica Tropical; exerceu funções docentes na área da Filosofia e trabalhou para a Segurança Social.

Isabel Oleiro Cartaxo

Tem 56 anos, é licenciada em História pela Faculdade de Letras de Lisboa. Desde 2001 é responsável pelas reservas do Museu Nacional do Teatro.

Anteriormente desempenhou funções na Direcção-Geral dos Serviços Centrais e na Secretaria-Geral do ex-Ministério da Cultura.

Ana Sofia Patrão

Tem 46 anos, é licenciada em História, pós-graduada em Ciências Documentais e é mestre em Estudos de Teatro, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Desde 2003 é responsável pela biblioteca, arquivo e centro de documentação do Museu Nacional do Teatro.

Anteriormente desempenhou funções de bibliotecária no Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e nas Bibliotecas Municipais de Oeiras.

Membro ativo do Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus da BAD.

Pedro Félix

Investigador do Instituto de Etnomusicologia - Centro de Estudos em Música e Dança da Universidade Nova de Lisboa (FCSH) desde 1997 e colabora com o Museu do Fado desde 2005.

Na última década tem desenvolvido trabalho de terreno sobre grupos musicais em Portugal (grupos que se reconhecem como pertencentes ao domínio do *pop-rock*), tecnologia, indústria de edição de fonogramas, e património sonoro. Esse trabalho serviu de base para a elaboração de vários artigos científicos, apoiar a coordenação da Enciclopédia da Música em Portugal no século XX para a qual escreveu mais de 50 entradas (nos domínios do *pop-rock* e do fado), e a elaboração de uma tese de doutoramento sobre prática musical em contextos de produção industrial, tendo como terreno o grupo Xutos & Pontapés.

Integrou a equipa responsável pela elaboração da candidatura do Fado a Património Cultural Imaterial da UNESCO, coordenando e desenvolvendo o trabalho de terreno. Atualmente é responsável pelo processo de digitalização e estruturação do Arquivo de Som do Museu do Fado.

Desenvolve atividade letiva na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na área de métodos etnográficos e epistemologia quer do departamento de Ciências Musicais, quer na pós-graduação em Estudos de Música Popular.

António Carvalho

Colaborador da Câmara Municipal de Cascais, na área da Cultura, desde 1986, onde dirigiu o Departamento de Cultura entre 2002 e 2012. Esteve ligado a importantes projetos culturais da autarquia na área das Bibliotecas, Arquivos e Museus. Em 2010 a programação cultural da Câmara de Cascais recebeu da Sociedade Portuguesa de Autores o Prémio de Melhor Programação Cultural Autárquica, relativo ao ano de 2009.

Iniciou a sua actividade em Arqueologia em 1983 participando até 1985 nos trabalhos de prospecção no vale do rio Sado, mas também no rio Tejo, realizados por uma equipa do Museu do Mar de Cascais, coordenada por A. M. Dias Diogo que integrava alunos da licenciatura em História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. No âmbito deste projeto, participou na edição de vários estudos sobre a localização de fornos romanos e os conjuntos anfóricos recolhidos, com destaque para o forno da Enchurrasqueira (Alcácer do Sal). Durante este período, participa, ainda, na realização do inventário-geral do Museu do Mar, em Cascais.

Entre 1986 e 1990 participou em campanhas de escavação em sítios arqueológicos como o Cabeço do Crasto de São Romão (Seia) e Mesas do Castelhinho (Almodôvar), projetos dirigidos por Carlos Fabião e Amílcar Guerra.

Em 1990, foi convidado por Victor S. Gonçalves para integrar, como investigador não docente, a UNIARO-Unidade de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa, à qual ainda pertence.

A partir de 1990 dedicou-se à investigação arqueológica em torno da villa romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas). Ali teve oportunidade de experimentar um método de prospeção inovador - com recurso à implantação de uma quadricula e a recolha sistemática dos materiais arqueológicos que se encontravam à superfície para posterior interpretação - que constituiu a primeira experiência do género em Portugal, devidamente

publicada em 1994.

De 1991 até 2005, ali dirigiu escavações, em colaboração com Maria José Almeida, a partir de 1994.

Para o “Projeto de Estudo e de Valorização da Villa Romana da Quinta das Longas, Elvas (PEVLONG)” conta com a colaboração de outros investigadores que cobrem diferentes valências. Destaque para o estudo dos mosaicos, onde colabora Cristina Oliveira e no domínio da escultura Trinidad Nogales Basarrate, do Museu Nacional de Arte Romano, em Mérida.

A sua principal produção bibliográfica no domínio da Arqueologia, resulta, fundamentalmente, desse projeto, mas também da investigação sobre a História da Arqueologia em Portugal. Tem dado particular atenção a outros temas da Arqueologia Clássica que, de alguma forma, se relacionam com o principal tema de estudo: o povoamento rural na Época Romana no atual território português. Realizou ainda investigações e tem obra publicada em outras áreas da História.

Desde 2011 que leciona a disciplina de História da Arqueologia em Portugal, regida pelo Prof. Doutor Carlos Fabião, no âmbito da licenciatura em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Em 2012, foi nomeado diretor do Museu Nacional de Arqueologia, cargo que atualmente desempenha. No Museu tem realizado um programa de atividades onde se destaca a conservação do edifício e a preparação de exposições temporárias.

Lívia Cristina Madeira Coito

Nasceu em Lisboa em 1959. Licenciou-se em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em 1985 concluiu a pós-graduação em Ciências Documentais – Bibliotecas e Documentação pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Desde 1984, bibliotecária do Museu Nacional de Arqueologia. Para além das funções inerentes ao cargo, podem-se destacar a conceção do projeto de organização e inventariação do Arquivo Pessoal de José Leite de Vasconcelos, coordenação de projetos da biblioteca ao Programa Operacional de Cultura, como o Projeto POC (2007) – Edição em DVD e disponibilização via Web da coleção completa da revista “O Arqueólogo Português”, como no âmbito do Projeto QREN – PORLISBOA – “Tratamento, Digitalização, Edição e Disponibilização via Web de Fundos Documentais do Museu Nacional de Arqueologia – Cadernos de Campo, Relatórios de Escavações, Apontamentos e correspondência de Manuel Hellen.”

Tem igualmente comissariado exposições bibliográficas.

Também ligada ao sector editorial do MNA, foi coordenadora da edição da revista, “O Arqueólogo Português” entre, 1985 e 2001, e do vol. 26 (2008) e da edição de monografias.

Tem desenvolvido e publicado trabalhos, em revistas nacionais, na área dos arquivos pessoais e história da arqueologia.

Ana Ávila de Melo

Nasceu em Lisboa em 1957. Licenciou-se em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em 1989 concluiu a pós-graduação em Ciências Documentais – Arquivo, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo nessa mesma instituição defendido a dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia em janeiro de 2000.

Desde 1 de setembro de 2000 a desempenhar funções no Museu Nacional de Arqueologia, especialmente na área editorial, tendo coordenado a edição de vários volumes de *O Arqueólogo Português* e de vários volumes da série monográfica “Suplementos a *O Arqueólogo Português*”, bem como o roteiro da exposição “STTL” e o catálogo da exposição “A República. Etnografia do quotidiano”, exposições essas que comissariou.

Tem desenvolvido e publicado trabalhos, em revistas nacionais e internacionais, na área da Arqueometalurgia e História da Arqueologia e participado em diversos projetos aprovados e financiados pela FCT.

É secretária da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa e membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Luís Raposo

Arqueólogo, especialista em Pré-História Antiga (Paleolítico).

Museu Nacional de Arqueologia: arqueólogo desde 1980, diretor entre 1996 e 2012. Universidade de Lisboa (Faculdade de Letras): professor convidado, entre 2005 e 2014. Comissão Nacional Portuguesa do ICOM: presidente da direção entre 2009 e 2014. Associação Profissional de Arqueólogos: presidente da direção em 1998-2000, presidente da mesa da Assembleia-Geral em 2000-2010, presidente do Conselho Fiscal, entre 2010 e 2014.

Associação dos Arqueólogos Portugueses: presidente do Conselho Fiscal desde março de 2012.

Aldeias Históricas de Portugal: presidente da mesa da Assembleia-Geral desde 2011. ICOM Europa: membro da direção desde 2011.